



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

RAFAEL LIMA DE OLIVEIRA

UMA ANÁLISE TEXTUAL DO *PATHOS* EM POLÊMICAS

FORTALEZA

2020

RAFAEL LIMA DE OLIVEIRA

UMA ANÁLISE TEXTUAL DO *PATHOS* EM POLÊMICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Magalhães Cavalcante.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O51a Oliveira, Rafael Lima de.

Uma análise textual do pathos em polêmicas / Rafael Lima de Oliveira. – 2020.
144 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante.

1. Argumentação no discurso. 2. Pathos. 3. Estratégias textuais. 4. Polêmica. I. Título.

CDD 410

RAFAEL LIMA DE OLIVEIRA

UMA ANÁLISE TEXTUAL DO *PATHOS* EM POLÊMICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Magalhães Cavalcante.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Mônica Magalhães Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Mariza Angélica Paiva Brito
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof^a. Dr^a. Suzana Leite Cortez
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof^o. Dr^o. Valdinar Custódio Filho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^a. Dr^a. Áurea Suely Zavam
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A meus pais, Eugênio e Rejane (*in memoriam*),
por tanto esforço e dedicação à minha
formação.

À Mônica Magalhães Cavalcante, por ter me
dado a oportunidade única de ser seu orientando
e por todas as consequências positivas que essa
oportunidade me trouxe.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, figura que sempre percebi não-unívoca, que se estabelece na minha vida com múltiplos significados, muitas vezes imprecisos, mas a quem tenho muito respeito pela proteção que me concede e também pela força que dá a mim para a execução de meus planos, pois sem saúde e motivação, por exemplo, nada disso seria possível.

Aos meus pais, Rejane Maria Lima de Oliveira (*in memoriam*) e Eugênio Lima de Oliveira, agradeço e dedico essa dissertação, pelo incansável esforço de ambos para a formação do ser humano que hoje sou. A minha mãe, que, mesmo distante, me guia, me protege e torce pelo meu sucesso, a quem puxei para estar hoje nos caminhos do magistério. A meu pai, por ter sido, desde sempre e, principalmente, após a partida de minha mãe, um homem compreensível, amável, cuidadoso, prestativo... adjetivos tantos que custariam muitas páginas dessa dissertação, mas que reduzo em dois dizeres: Muito obrigado e amo você!

À minha orientadora Mônica Magalhães Cavalcante, por ter me “adotado” como um filho e por ter notado em um menino falador, inquieto e, por vezes, teimoso, ainda nos primeiros anos de graduação, um pesquisador em potencial. Se hoje assim me considero, um pesquisador, certamente é pela segurança que sua orientação e seus ensinamentos me deram. Agradeço, principalmente, por ter me ensinado que a humildade é o primeiro passo para qualquer objetivo que tenhamos e que o fazer científico anda lado a lado com o afeto. Não conseguiria resumir em tão poucas linhas tão grande carinho que tenho pela senhora.

Ao meu namorado e companheiro de todas as horas, Yan, pela profunda paciência que teve e tem comigo, por entender todas as minhas ausências, seja por motivos acadêmicos, seja por questões de trabalho, nesses dois primeiros anos de relacionamento, que nasceu juntamente ao início de minha vida profissional. Meu agradecimento profundo por me ouvir falar por horas assuntos sobre os quais talvez nem entendia; por ter me ensinado a ter paciência e tranquilidade na execução de meus planos, por ter cuidado de mim nesse processo tão enriquecedor e, algumas vezes, desgastante que é a pós-graduação. Você é parte essencial e fundamental na construção do ser humano que sou hoje. Amo você!

A todos os meus familiares - em especial, Eugênio, Diego, Camila, Luiz, Maria José, Larissa, Leonardo, Imaculada, Melina, Paulo César, Júnior, Maria Clara, Marcos Vinícius, Marina, Letícia, Thomás, Albanita, Celinha, Yuri, Adairla, Dante, Germânia, Ribamar, Elen, Elenita. Cada palavra de motivação, desde a minha aprovação até este momento, foi indescritivelmente importante em minha trajetória. Obrigado por estarem ao meu lado sempre.

À professora Mariza Brito, por ter me acolhido tão bem desde o dia que entrei no Protexto; pelas inúmeras vezes que me recebeu carinhosamente em sua casa, com direito a muitas comidas deliciosas e papos divertidos; e também por ter me acompanhado nas duas grandes fases dessa trajetória, a qualificação de meu projeto e a defesa de minha dissertação, fazendo considerações muito importantes para a construção dessa pesquisa.

À professora Patrícia Almeida, querida amiga paraense, pela grande parceria que tivemos nesses últimos anos; por tantas vezes ter, gentilmente, sido ouvinte de meus questionamentos e dialogado sobre esse grande arcabouço teórico que nos une – a análise da argumentação no discurso; e pelas boas considerações que fez sobre minha pesquisa quando a convidei para ser minha parecerista na disciplina de Seminários de Pesquisa.

À professora Suzana Cortez, por ter aceitado gentilmente meu convite para participar de minha banca de defesa; pelo modo respeitoso e atencioso com o qual sempre me tratou e pelo olhar sensível que lançou sobre minhas apresentações durante os vários congressos que tivemos a felicidade de termos nos encontrado.

À professora Edmar Peixoto, por ter sido sempre incentivadora dessa pesquisa; por ter aceito o meu convite para compor a banca de minha qualificação e por ter trazido questionamentos que guiaram meu caminho nas trilhas que compõem essa trajetória.

À professora Suelene, minha primeira coordenadora, a quem tenho muito respeito e admiração, por ter aberto as portas de minha primeira experiência efetiva no magistério.

Ao professor Valdinar, pelos divertidos diálogos e também pelas discussões teóricas que tivemos; por também ter me ajudado em momentos importantes de minha vida profissional.

Aos amigos “de mesma orientação” que dividiram comigo esse percurso, em especial Mayara, Maiara, Eduardo, Jessica, Dálete, Jefferson, Joeliza, Isabel, Patrícia e Geana, foi muito importante para mim todos os diálogos, conversas despreziosas e pretensiosas, que tivemos durante esse tempo, agradeço por cada momento que passamos juntos.

Aos meus amigos do “Percurso”, por tantos momentos bons que foram essenciais para tornar mais leve a carga pesada que é a trajetória do mestrado.

A todos os meus amigos, de longe e de perto, pelo apoio de sempre.

A todos do meu amado grupo Protexto, minha eterna fonte de inspiração. Tenho imenso orgulho de fazer parte desse grupo, lugar repleto de pesquisadores admiráveis.

A todos os professores que me formaram, desde o ensino básico à pós-graduação.

A minha segunda casa, Universidade Federal do Ceará.

A todos que torceram por mim e pela pesquisa que desenvolvi.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Muito obrigado!

“Memória de um tempo onde lutar por seu
direito é um defeito que mata”
(Gonzaguinha)

RESUMO

Este trabalho propõe investigar as estratégias textuais que servem à mobilização do *pathos* em textos de modalidade argumentativa polêmica. Com esse propósito, inicialmente, assumimos como pressuposto o diálogo entre a Argumentação no Discurso (Amossy, 2018 [2006]) e a Linguística Textual, proposto por Cavalcante (2016) e aprofundado na tese de Macedo (2018), que sugere apreender a argumentação (inter)discursiva por categorias de textualidade. Posteriormente, discutimos criticamente estudos de diversos autores que investigaram o *pathos* na argumentação – como Ungerer (1995), Micheli (2008a, 2008b, 2010), Plantin (2008, 2010), Charaudeau (2007, 2010) e Amossy (2017, 2018), além de Aristóteles (2012) –, em busca de fundamentar a concepção de *pathos* que mais atendia aos interesses de nossa pesquisa. Em razão de termos sugerido um estudo linguístico para a investigação do *pathos* que fosse além das marcas gramaticais, nossa pesquisa valeu-se de duas categorias de textualização – os processos referenciais (MONDADA; DUBOIS, 2016 [2003]; CAVALCANTE, 2011) e os processos intertextuais (CARVALHO, 2018) – a fim de evidenciar e explicar como se dava o apelo ao *pathos* em textos. Para a construção de nosso *corpus*, admitimos como premissa que o conflito entre os embates discursivos só pode ser compreendido na relação entre textos e que a polêmica só se estabelece no diálogo intertextual (CAVALCANTE, 2017). Desse modo, foram selecionadas dez postagens, cinco do jornal O Globo e cinco do jornal O Estado de São Paulo, dos anos 2018 e 2019, com notícias que reportavam declarações do Papa Francisco sobre questões relacionadas à sexualidade e à prática do aborto. A partir dessa seleção, o *corpus* adotado neste estudo foi composto pelas respectivas notícias compartilhadas nessas postagens dos jornais no Facebook e pelos comentários de cada postagem. Os resultados confirmaram nossa hipótese básica de que os processos referenciais e intertextuais podem evidenciar a mobilização do *pathos* nos textos. Por essa razão, propusemos que essas estratégias textuais fossem consideradas no quadro dos princípios de inferência emocional, de Ungerer (1995). Pelo critério da referenciação, constatamos que a recategorização de referentes tanto auxilia na construção comovente de um referente quanto colabora para a desqualificação do adversário. Constatamos também a utilização da dêixis pessoal para a mobilização do *pathos*, uma vez que esse processo referencial promove a inserção do interlocutor em uma cena emocionante. Pelo critério da intertextualidade, inicialmente, foi possível atestar que, na mobilização do *pathos*, a intertextualidade guarda significativa relação com a referenciação. Percebemos que o intertexto convoca certas redes referenciais que são determinantes para a mobilização do *pathos*, pois ora auxiliam na apresentação comovente de determinado referente, ora associam-no a outros

referentes que são afetivamente marcados. Além disso, observamos a regularidade na utilização de citações e paráfrases a passagens bíblicas que, por manifestarem ideias de punição, mobilizavam o sentimento de medo; e também a utilização de alusões amplas como mecanismo de desqualificação do adversário, tendo em vista a convocação de certos contextos históricos que auxiliam a estratégia de desacreditar a tese do Oponente.

Palavras-chave: Argumentação no discurso. *Pathos*. Estratégias textuais. Polêmica.

ABSTRACT

This paper aims to investigate textual strategies used to mobilize *pathos* in polemic argumentative texts. With this purpose, initially, we take as premise the dialogue between the Argumentation in Discourse (Amossy, 2018 [2006]), and the Textual Linguistics, proposed by Cavalcante (2016) and deepened in Macedo's (2018) thesis, which suggests the understanding of the (inter)discursive argumentation in standards of textuality. Subsequently, we critically discuss several studies from authors who investigated *pathos* in argumentation - as Ungerer (1995), Micheli (2008a, 2008b, 2010), Plantin (2008, 2010), Charaudeau (2007, 2010) and Amossy (2017, 2018), besides Aristotle (2012) – aiming to base the *pathos* concept that meets best the interests of our research. Due to having suggested a linguistic study to investigate *pathos* beyond grammar marks, our research took two standards of textuality – the referential processes (MONDADA; DUBOIS, 2016 [2003]; CAVALCANTE, 2011) and the intertextual processes (CARVALHO, 2018) – in order to emphasize and explain how the appeal to *pathos* happened in texts. To build our corpus, we took as premise that the conflict between discursive clashes can only be comprehended in text relations and that the polemic only stabilizes in an intertextual dialogue (CAVALCANTE, 2017). In that way, ten posts were selected, five from O Globo newspaper and five from O Estado de São Paulo newspaper, of years 2018 and 2019, with news that reported declarations of the Pope Francis regarding issues related to sexuality and abortion. As from this selection, the corpus embraced in this study was formed of the mentioned news shared in the newspapers' posts on Facebook and of comments of each post. The results confirmed our basic hypothesis that the referential and intertextual processes can demonstrate the mobilization of *pathos* in texts. For this reason, we proposed that these textual strategies were considered in the Emotional References Chart principles, by Ungerer (1995). By the referential criteria, we verified that the recategorization of referents helps in a moving construction of a referent as much as it collaborates to the opponent's disqualification. We also observed the use of personal deixis to *pathos*' mobilization, once this referential process promotes the insertion of the interlocutor in an emotional scene. By the intertextual criteria, firstly, it was possible to confirm that, in the *pathos*' mobilization, intertextuality keeps a meaningful relationship towards referentiation. We realized that intertext evokes certain referential networks that are determining to the mobilization of *pathos*, because it either helps in a moving presentation of a certain referent and or we associate it to other referents that are sentimentally marked. Besides, we observed the regularity in the use of quotes and paráfrases to biblical passages that, by expressing punishment ideas, mobilized the feeling of fear; and

also the use of broad allusion as a mechanism of the opponent's disqualification, bearing in mind some historical background mentions that help discredit the opponent thesis.

Keywords: Argumentation in discourse. *Pathos*. Textual strategies. Polemic.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	PRESSUPOSTOS DE UMA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO	10
2.1	A retórica clássica e a nova retórica	10
2.2	Abordagem da argumentação no discurso	15
2.3	Análise textual da argumentação no discurso	21
3	O LUGAR DO <i>PATHOS</i> NA ARGUMENTAÇÃO	25
3.1	O <i>pathos</i> na tradição retórica e em outras abordagens da argumentação	25
3.2	O <i>pathos</i> em estudos contemporâneos da argumentação	28
4	A MODALIDADE ARGUMENTATIVA POLÊMICA	43
5	PARÂMETROS TEXTUAIS PARA UMA ANÁLISE DO <i>PATHOS</i>	50
5.1	O fenômeno da referenciação e os processos referenciais	50
5.2	O fenômeno da intertextualidade e os processos intertextuais	61
6	METODOLOGIA	70
6.1	Caracterização da pesquisa	70
6.2	Delimitação do universo e da amostra	71
6.3	Procedimento de coleta de dados	72
6.4	Procedimento de análise de dados	73
7	UMA ANÁLISE TEXTUAL DO <i>PATHOS</i> EM POLÊMICAS	74
7.1	Referenciação e mobilização do <i>pathos</i> em polêmicas	75
7.2	Intertextualidade e mobilização do <i>pathos</i> em polêmicas	91
8	CONCLUSÃO	104
	REFERÊNCIAS	111
	ANEXOS	116

1 INTRODUÇÃO

No poema intitulado “Saber viver”, a poeta Cora Coralina disse que “nada do que vivemos tem sentido se não tocarmos o coração das pessoas”. Se esse pensamento se traduz em uma máxima, estamos longe de saber; no entanto, não se pode negar que as emoções têm papel fundamental nas atividades humanas e que elas, desde a antiguidade, são objetos de estudos em abordagens psicológicas, sociológicas, filosóficas e linguísticas. Atentar para um estudo das emoções em linguagem é, sobretudo, percebê-las como importantes à complexidade das questões relacionadas à argumentação e válidas, dado que são, a nosso ver, indissociáveis da racionalidade.

A importância das emoções nas interações argumentativas já se apresenta na Retórica, disciplina responsável pela fundação dos estudos da argumentação, quando Aristóteles (2012) dá ao *pathos* um estatuto de *prova retórica*, isto é, aquela que não está dada no mundo e se constrói no discurso, e diz que se persuade pela disposição dos ouvintes quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, tendo em vista que os juízos que emitimos acerca das proposições variam de acordo com os sentimentos que nos são suscitados.

No entanto, essa valorização das emoções na complexidade argumentativa perdeu espaço com a retomada dos estudos de argumentação, após a deslegitimação da retórica no fim do século XIX. Obras como a de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014) propuseram uma “retórica sem emoções”, como bem avaliou Plantin (2008), porquanto objetivaram o estudo das técnicas argumentativas, privilegiando, desta forma, a construção do argumento (*logos*). Essa postura é observada também na maior parte das teorias da argumentação, que, segundo Amossy, não partem da tríade *logos-ethos-pathos*, pois “é ao *logos*, como discurso e razão, que reservam, sobretudo, sua atenção” (AMOSSY, 2018a, p. 201). A pouca ênfase dada à figura patêmica dentro dos estudos retóricos está intrinsecamente relacionada ao entendimento das emoções como um fator enviesador de raciocínios, equiparando-se a um mecanismo de manipulação, uma tentativa do orador de convencer a todo custo. Todavia, acreditamos que as provas de persuasão propostas por Aristóteles devem ser vistas como partes de uma organização interdependente, na qual *logos*, *ethos* e *pathos* atuam como elementos imbricados no complexo jogo argumentativo.

Dizer que a emoção é indissociável da razão (Plantin, 2010), portanto, é perceber que os meios retóricos de persuasão, incluindo o *ethos*, são da ordem do razoável, isto é, do que é plausível. Esse pressuposto hoje foi basilar na fundamentação desta dissertação e, há quatro anos, foi uma inquietação que gerou nossa pesquisa de Iniciação Científica (CNPq),

desenvolvida entre os anos de 2015 e 2017, tendo em vista a desconfiança que nos causava a ideia da existência de argumentos puramente lógicos, desprovidos de quaisquer artifícios ligados à emoção. Partindo dessa desconfiança, investigamos, durante os anos da bolsa de IC-CNPq, artigos de opinião do Jornal O Povo, de Fortaleza, no estado do Ceará, com teses opostas acerca da temática da diminuição da maioria penal, e confirmamos a hipótese que havíamos levantado sobre o fato de os argumentos lógicos ou quase-lógicos não estarem sempre ligados apenas à figura do *logos*, pois, a depender dos elementos escolhidos pelo orador, tais argumentos poderiam apelar mais à figura do *pathos* e, conseqüentemente, levar a uma persuasão mais efetiva do auditório.

As conclusões dessa pesquisa, às quais chegamos no fim de 2016 e início de 2017, coincidiram com o momento no qual o grupo Prottexto, do qual fazemos parte, liderado pela Profa. Mônica Magalhães Cavalcante, iniciou a tradução da obra *Apologie de la polemique* (2006), de Ruth Amossy, que foi publicada pela editora Contexto, no ano posterior, com o título *Apologia da Polêmica* (2017). Tratamos como coincidência simplesmente pelo interesse que já havíamos apresentado na Iniciação Científica pela escolha de textos de modalidade polêmica para *corpus* de análise, embora não tenhamos tratado dessa questão no desenvolvimento da pesquisa, visto que partíamos de um viés retórico-consensual¹, e pela importância dada pela autora às questões das emoções.

Esta dissertação, ao passo que se pauta por um estudo discursivo das emoções, privilegia trabalhos de autores como Patrick Charaudeau (2007, 2010), Raphaël Micheli (2008a, 2008b, 2010), Christian Plantin (2008, 2010) e Ruth Amossy (2017, 2018a), os quais desenvolveram pesquisas que trataram a emoção como mecanismo legítimo de argumentação e que a observaram sob um viés da racionalidade das emoções, isto é, não mais as tratando sob um viés normativo, a exemplo do que se observa no trabalho de Walton (1992). Nos trabalhos desses autores, como foi discutido no terceiro capítulo desta dissertação, por vezes são observadas aproximações, as quais, em grande parte, no âmbito teórico, darão base à nossa proposta. No entanto, em um ponto de vista metodológico, e, em parte, também teórico, nosso trabalho busca propor um acréscimo aos estudos anteriores acerca da análise do *pathos*, na medida em que, primeiramente, se situa no âmbito da Linguística Textual (doravante LT), tomando como objeto de estudo o texto e, por conseguinte, a descrição e a explicação das estratégias de textualização. Além disso, diferentemente das pesquisas supracitadas, não se

¹ Usamos esse termo para uma oposição à retórica do dissenso, na qual, segundo Amossy (2017), se estabelece a modalidade argumentativa polêmica.

restringe a critérios lexicais, morfossemânticos e sintáticos para uma análise do *pathos* em textos, uma vez que adota os critérios analíticos do domínio da LT, particularmente os processos de referenciação e os processos de intertextualidade, os quais foram devidamente explanados e exemplificados no quinto capítulo desta dissertação.

Como se sabe, conforme Cavalcante (2016, p. 115), a argumentação nunca foi objeto de investigação da LT e nunca foi uma tradição da área propor um aparato metodológico para o estudo da argumentação, embora, como ressalta a autora, “todas as explicações relativas a estratégias de organização textual sejam justificadas pela necessidade de descrever como as unidades de análise textual podem ser arranjadas e dispostas de modo a tornar persuasivo o projeto de dizer do locutor”. É por essa razão que nossa pesquisa se soma a um leque de outras que, anteriormente, buscaram relacionar, de um modo ou de outro, a LT e a argumentação. A mais recente é a de Macedo (2018), na qual se fundamenta esta dissertação, como tratamos em nosso segundo capítulo, que propôs uma articulação entre a Abordagem da Argumentação no Discurso (AAD), proposta por Ruth Amossy, e a LT, visando a descrever a inscrição da argumentação em textos em uma análise pautada em parâmetros de textualização.

Antes de Macedo (2018), outras pesquisas se debruçaram mais especificamente nas funções argumentativas dos processos referenciais e das relações intertextuais. No domínio da referenciação, o trabalho de Ciulla (2008), por exemplo, já atestava que todos os processos referenciais contribuem para o desenvolvimento argumentativo; a pesquisa de Silva (2013) buscou investigar as funções das introduções referenciais e concluiu que uma dessas funções era a de “orientar o ponto de vista desde o título ao longo do texto”; e a pesquisa de Sá (2007) observou que a orientação argumentativa era uma das funções cognitivo-discursivas das anáforas encapsuladoras. Já no domínio da intertextualidade, citamos o trabalho de Forte (2013), que analisou as funções textual-discursivas de processos intertextuais por copresença e identificou funções argumentativas, como a de “argumento de autoridade”. Posteriormente, Cavalcante, Brito e Zavam (2017) atestaram que toda intertextualidade cumpre uma função argumentativa.

No que tange especificamente aos trabalhos que se dedicaram à figura do *pathos*, destaca-se a tese de Piris (2012), que buscou analisar a construção do *pathos* no discurso jornalístico, apoiando-se, além dos elementos linguísticos e enunciativos associados à expressão das paixões nos enunciados, em uma noção por ele proposta, a de cenário passional, baseada nas cenas da enunciação de Dominique Maingueneau e na tópica das paixões de Aristóteles. Também ressaltamos a tese de Mozdzenski (2012), que buscou investigar a construção do *ethos* e do *pathos* em videocliques femininos, valendo-se de diversos aportes

teóricos como a Nova Retórica e a Análise do Discurso, mas assumindo sempre como principal norte teórico a sociocognição.

Sem negar a importância dos trabalhos mencionados, nossa pesquisa visa a recobrir, em parte, uma lacuna observada, ao mesmo tempo, nos estudos textuais e nos estudos discursivos sobre o *pathos*: a necessidade de sugerir um olhar mais complexo à mobilização do *pathos* na argumentação, propondo-lhe uma análise que vá além de marcas gramaticais, convocando os critérios metodológicos advindos da LT, como a referenciação e a intertextualidade. Ademais, nosso estudo elege a proposta de Ungerer (1995) sobre os *princípios de inferência emocional* para sugerir que esses princípios englobem também, como elemento desencadeador das emoções, os processos referenciais e intertextuais.

Faz-se necessário enfatizar que, além disso, a pesquisa que ora propomos nesta dissertação já admite o diálogo muito profícuo entre a Argumentação no Discurso (Amossy, 2018a [2006]) e a Linguística Textual, iniciado pelas pesquisas de Cavalcante (2016) e de Macedo (2018). A proposta de Ruth Amossy, como explanamos no segundo capítulo desta dissertação, é uma tentativa da autora de reconciliar a argumentação retórica e a tradição francesa da Análise do Discurso, desenvolvida por autores como Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, e de defender a argumentatividade com uma característica inerente ao discurso. Nessa concepção, a argumentatividade não implicaria necessariamente a utilização de argumentos formais e da sequência textual argumentativa, como proposta por Adam (2019), uma vez que, para Amossy (2018c, p. 69), “orientar o modo como a realidade é percebida, influenciar um ponto de vista e direcionar um comportamento são ações realizadas por toda uma gama de meios verbais”.

Em virtude de a argumentação ser inerente a todo discurso, ela estaria disposta no discurso, portanto, em um *continuum* de modalidades argumentativas, de acordo com Amossy (2018b), que contém, em um de seus pontos extremos, a modalidade polêmica, isto é, a confrontação violenta de teses antagônicas. Nesta dissertação, buscamos analisar a mobilização da figura patêmica em textos da modalidade polêmica, por isso, faz-se importante salientar que as polêmicas estão, segundo Amossy (2017), estabelecidas dentro de uma ordem do dissenso - algo além de um simples desacordo, relacionando-se a uma discordância com profunda diferença de opiniões que pode envolver paixão e violência em alguns casos.

Esta retórica do dissenso diverge da retórica clássica de Aristóteles (2012) e, posteriormente, da nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), que se apresentavam como uma arte de negociação visando a um acordo. Para Amossy (2017), as polêmicas são uma manifestação discursiva sob forma de embate de opiniões contraditórias que circulam no espaço

público, gerando a dicotomização, ou seja, oposições como pares excludentes uma da outra, e a polarização, que pode ser definida como “processo através do qual um público extremamente diversificado se funde em dois ou vários grupos fortemente contrastados e mutuamente excludentes, que partilham uma grande solidariedade relativamente aos valores que o argumentador considera como fundamentais” (KING; FLOYD, 1971, p. 244 apud AMOSSY, 2017, p. 56). Aliadas a estes dois pontos, aparecem as estratégias para desqualificação do adversário. Esses três critérios são responsáveis por definir a polêmica.

Na discussão do papel das emoções na polêmica, Amossy (2017) propõe um redimensionamento do conceito de *pathos*, ao afirmar que este não só revela uma “tentativa de suscitar afetos no auditório”, definição mais próxima da retórica clássica, mas também expressa “um sentimento manifestado com veemência por um locutor profundamente implicado na sua proposta” (AMOSSY, 2017, p. 137). Esta segunda definição nos é relevante para entender de que forma a figura do *pathos* está relacionada à polêmica discursiva, pois este “sentimento manifestado com veemência” aponta para a potencialização do dissenso e para a constituição, num tempo à frente, da dicotomização, da polarização e do descrédito do adversário.

Embora reconheça que as discussões racionais isentas de paixão estão longe de existir, Amossy (2017) argumenta que a polêmica não se manifesta necessariamente com marcas discursivas de emoção. Isso nos leva a acreditar, juntamente com a autora, que a paixão não produz a polêmica, isto é, não constitui um traço definatório, mas a torna mais acirrada, intensificando a expressão da oposição, da ruptura social e da desvalorização do adversário. É por essa razão que buscamos também, em nossa pesquisa, investigar as relações do *pathos* com os critérios de definição da polêmica, para compreender como a dicotomização de teses oportuniza prever algumas possibilidades de raciocínios, para cada posicionamento antagônico, que articulariam a figura do *logos* e do *pathos*; como Proponentes e Oponentes se colocam em termos de emoção na polarização e de quais estratégias eles lançam mão para conquistar a adesão do Terceiro; e como se relacionam a desqualificação do adversário e as emoções.

Por fim, acentuamos que, para atender aos objetivos levantados nesta pesquisa, nossa dissertação se organiza da seguinte forma nos capítulos subsequentes a esta introdução.

No primeiro capítulo, intitulado *Pressupostos de uma argumentação no discurso*, apresentamos a Abordagem da Argumentação no Discurso (AAD) de Ruth Amossy e os postulados que dão fundamento a essa abordagem, a saber, a retórica clássica iniciada em Aristóteles, a Nova Retórica, instaurada por Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014), e a Análise do Discurso de linha francesa. Além disso, tratamos também da proposta de articulação teórica desenvolvida por Macedo (2018) para uma análise textual da argumentação no discurso.

No segundo capítulo, intitulado *O lugar do pathos na argumentação*, fizemos um percurso histórico sobre algumas abordagens da argumentação, discutindo e dando enfoque ao lugar que foi dado à figura patêmica em cada um desses estudos que fundamentam a noção de *pathos* que defendemos nesta dissertação, desde a Retórica, de Aristóteles (2012), até os estudos contemporâneos desenvolvidos por Ungerer (1995), Charaudeau (2007, 2010), Micheli (2008a, 2008b, 2010), Plantin (2008, 2010) e Amossy (2017, 2018a).

No terceiro capítulo, intitulado *A modalidade argumentativa polêmica*, abordamos especificamente a modalidade argumentativa polêmica, tal como definida por Amossy (2017), explicando seus critérios de definição – a dicotomização de teses, a polarização social e a desqualificação do adversário –, sua estrutura actancial e seu modo de atualização no espaço público, relacionando-a, por fim, à mobilização do *pathos*, em busca de compreender o lugar que ele ocupa nesse modo de gerir a argumentação.

No quarto capítulo, intitulado *Parâmetros textuais para uma análise do pathos*, discutimos os pressupostos teórico-metodológicos da LT que fundamentaram nossa análise, apresentando os teóricos de base dos fenômenos da referenciação e da intertextualidade, os principais conceitos e a descrição dos processos referenciais e intertextuais, de modo que, ao final, salientássemos como estes podem contribuir para uma análise do *pathos* em textos.

No quinto capítulo, explanamos a metodologia que adotamos nesta dissertação, justificando nossas escolhas relacionadas à seleção do *corpus* (pautada em textos da mídia digital, como a notícia e os comentários, que tratam de questões polêmicas contemporâneas, como as relacionadas à sexualidade e à prática do aborto, inscritas no contexto brasileiro) e aos critérios e procedimentos de análise que são adotados.

No sexto e último capítulo, intitulado *Uma análise textual do pathos em polêmicas*, procedemos à análise de nosso *corpus*, buscando responder aos objetivos que foram definidos e testar as hipóteses levantadas no início desta pesquisa.

2 PRESSUPOSTOS DE UMA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO

Há quase duas décadas, a partir da publicação da obra *L'argumentation dans le discours*, publicada nos anos 2000 e traduzida ao português em edição ampliada em 2018, a pesquisadora Ruth Amossy, da Universidade de Tel-Aviv, vem desempenhando um profícuo e sistemático estudo que visa a integrar e a estabelecer o lugar da argumentação nas pesquisas do âmbito da linguística do discurso. O objetivo da autora incide justamente no desafio de se considerar a argumentação retórica dentro de uma abordagem discursiva. Além disso, Amossy (2018a, p. 7) reflete sobre a impossibilidade de evitar a dimensão argumentativa do discurso, dado que toda fala, de certo modo, busca “modificar a orientação dos modos de ver e de sentir” de um público.

Em sua articulação, Amossy recorre à herança retórica, tanto aristotélica quanto perelmaniana, convocando-a como base teórica, e lança mão de instrumentos analíticos das ciências da linguagem, principalmente da análise do discurso de linha francesa. Neste capítulo, iniciaremos com uma explanação sobre as bases da retórica, e sobre alguns de seus conceitos fundamentais para o estudo da argumentação, e, em seguida, aprofundaremos a proposta de abordagem de Amossy (2018a [2006]). Por fim, discutiremos a tese de Patrícia Macedo (2018), que propõe uma articulação entre as disciplinas de Análise do Discurso e Linguística Textual, na intenção de ampliar, por meio da utilização dos critérios de textualidade, o estudo da argumentação (inter)discursiva.

2.1 A retórica clássica e a nova retórica

A retórica, emergindo em contextos políticos e judiciais da Grécia antiga, é concebida como uma arte ou técnica de utilização da linguagem para se comunicar de maneira clara e persuasiva. Aristóteles não foi o primeiro a se dedicar aos estudos retóricos, mas é considerado o expoente da argumentação retórica, devido à sistematização que deu a essa arte/técnica. Diferindo de outras concepções possíveis para o termo, a retórica é, para o filósofo:

um instrumento e pode, enquanto tal, ser posto ao serviço quer do bem quer do mal, quer do justo quer do injusto. [...] Por outro lado, Aristóteles faz da retórica a técnica de argumentação do verossímil e já não da verdade [...]. Essa dupla separação, tanto da moral como da verdade, irá libertar a retórica e permitir que ela se desenvolva enquanto técnica legítima dos debates no espaço público da cidade. (BRETON, 2001, p. 32-33)

Admitir a retórica no domínio do verossímil, de acordo com Amossy (2018a, p. 17), faz com que esta seja sua força motriz, pois permitiria “raciocinar e comunicar em função de normas de racionalidade dos inúmeros domínios em que a verdade absoluta não pode ser

garantida”. Desse modo, Aristóteles define a retórica como “a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada” (ARISTÓTELES, 2012, p. 13), e sendo, para ele, a outra face da dialética, todas as pessoas se utilizam de uma ou de outra, pois todos, de alguma maneira, tentam questionar ou sustentar um argumento, defender-se ou acusar, visando ao fim a um acordo, um consenso sobre as questões dadas.

É no âmbito da retórica que Aristóteles descreve as provas de persuasão, distinguindo-as entre inartísticas e artísticas. As provas inartísticas são aquelas que não são produzidas pelos oradores, já preexistem, como documentos e testemunhos, enquanto as provas artísticas são próprias da arte retórica, pois são inventadas e preparadas por um método. Para o filósofo, são de três espécies as provas fornecidas pelo discurso, “umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte, e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (ARISTÓTELES, 2012, p. 13) –, essas três espécies, nos estudos retóricos, se relacionam, respectivamente, ao orador, ao auditório e ao discurso, e equivalem às figuras do *ethos*, do *pathos* e do *logos*, a tríade aristotélica.

A figura do *ethos*, tão cara aos estudos discursivos, remete à imagem que o orador edifica de si ao construir seu discurso. Aristóteles (2012) diz que se persuade pelo caráter quando o discurso é proferido pelo orador de tal maneira que gera credibilidade a sua imagem. No entanto, para o filósofo, é necessário que essa confiança na imagem do orador seja resultado do discurso construído e não de uma opinião prévia. No que tange ao *pathos*, Aristóteles (2012, p.13) diz que “persuade-se pela disposição dos ouvintes quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso”. Essa prova de persuasão se alicerça na afirmação de que os juízos que um auditório pode emitir sobre determinada questão variam de acordo com as emoções que lhes possam ser suscitadas. Para o filósofo, o *pathos* tem bastante relevância no empreendimento retórico, por essa razão ele dedica um tomo de sua retórica para discutir os pontos concernentes à figura do *pathos*. Por fim, o *logos* corresponderia às operações de raciocínios lógico-discursivos.

Michel Meyer (1998, p. 27), compreendendo a retórica como “a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão”, reforça a necessidade de olhar as três provas de persuasão propostas por Aristóteles numa perspectiva de integração, pois, para o autor, “[...] o *ethos*, o *pathos* e o *logos* devem ser postos em pé de igualdade, se não quisermos cair em uma concepção que exclua as dimensões constitutivas da relação retórica. O orador, o auditório e a linguagem são igualmente essenciais” (MEYER, 2007, p. 25).

Depois de uma grande deslegitimação dos estudos retóricos após o fim do século XIX, foi somente em 1958, com o *Tratado da argumentação – A nova retórica*, de Chaïm

Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, que a argumentação retórica foi revigorada. A proposta de uma “nova” retórica reflete, ao mesmo tempo, uma retomada e uma ampliação da retórica clássica sistematizada por Aristóteles. Segundo Macedo (2018, p. 23), “Perelman situa a argumentação no âmbito de uma racionalidade contingente e negociada, coloca a noção de acordo no núcleo de sua teoria e descreve as técnicas discursivas dos raciocínios retóricos.”.

O *Tratado de Argumentação* divide-se em três partes, a primeira chamada *Os âmbitos da argumentação*, na qual os autores refletem sobre alguns pontos que circundam o campo da argumentação, tais como a noção de auditório; a segunda chamada *O ponto de partida da argumentação*, na qual discutem um ponto chave de seu tratado, a noção de acordo, e, por fim, na terceira parte, os autores descrevem com precisão o grande foco de sua obra: *As técnicas argumentativas*. Não nos caberá nessa fundamentação dar maior atenção às técnicas argumentativas descritas na nova retórica, no entanto, discutiremos a seguir as noções de auditório e de acordo, dada a sua importância no domínio da argumentação retórica.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 22, grifo dos autores), o auditório corresponde ao “*conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*” e conhecê-lo é condição prévia para uma argumentação eficaz. Esse conjunto, segundo os autores, é presumido, uma construção mais ou menos sistematizada do orador com base em seus conhecimentos sobre os interesses daqueles para quem se dirige. Vale lembrar que “o discurso argumentativo é sempre dialógico, não obrigatoriamente dialogal” (AMOSSY, 2018a, p. 53), isso implica dizer que toda argumentação, pelo próprio princípio dialógico da linguagem, é endereçada a um outro, um auditório, ainda que este outro não esteja presente efetivamente.

Na retórica clássica, a importância dada à noção de auditório fez com que Aristóteles organizasse os próprios gêneros retóricos em função dos diferentes papéis exercidos por ele. Por exemplo, no deliberativo caberia ao auditório a finalidade de aconselhar; no judicial, a finalidade de acusar ou defender; e, no epidíctico, a finalidade de elogiar ou de censurar. No entanto, essa ideia demasiadamente “particular” de auditório com a qual lidava a retórica clássica ignorava a heterogeneidade constitutiva de todo auditório. Segundo Fiorin, cada auditório é particular:

porque cada um tem conhecimentos, crenças, valores e emoções diversos. No entanto, há um auditório não especializado, que poderíamos com Bakhtin denominar auditório médio, que é aquele auditório que acredita nos valores dominantes num dado tempo numa determinada formação social. O orador sempre escolhe e articula seus argumentos em função de um ponto de vista sobre o auditório. (FIORIN, 2015, p.74).

Nesse ponto, faz-se necessário trazer à tona uma distinção entre persuadir e convencer, tendo em vista algumas problemáticas que surgem quando o orador se vê

confrontado com uma variedade de auditórios. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 31) propõem “chamar persuasiva a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar convincente àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional”, ainda que essa distinção seja, por vezes, imprecisa, segundoss autores. Há nessa discussão entre persuadir e convencer uma espécie de retomada das questões concernentes à verdade e à opinião. Para Macedo (2018), a argumentação que buscar persuadir é assentada no razoável (e não no racional), isto é, no raciocínio daquilo que parece plausível a uma dada comunidade em função de suas crenças e valores, não visa a conquistar a adesão de um auditório universal, mas de um conjunto mais restrito, particular, e ainda heterogêneo, de modo que seja possível conhecer e compreender as suas especificidades características.

A noção de acordo é essencial para a construção da nova retórica, isso porque ele é o ponto de partida para o desenvolvimento da argumentação. Fiorin (2015) diz que o acordo pode partir de um fato (por exemplo, “a falta de preservativos em uma relação sexual pode transmitir DST”), uma suposição (como “todo educador físico é magro”), um valor (a exemplo, “as mulheres têm direitos sobre o próprio corpo”), uma norma (“é proibido dirigir após a ingestão de álcool”), uma hierarquia de valores (“o justo é superior ao útil”) etc. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p.73), “do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes”. Sem a intenção de produzir um inventário das possibilidades de elementos que são suscetíveis de constituir objeto de adesão, os autores agrupam os tipos de objeto do acordo em duas categorias, uma relativa ao real, na qual se encontram os fatos, as verdades e as presunções, e outra relativa ao preferível, na qual se encontram os valores, as hierarquias e os lugares.

De modo particular, tendo em vista sua relação com a mobilização do *pathos*, que será discutida em seção posterior, deter-nos-emos nas noções de valores e de lugares (*topoi*). Os valores, bem como os lugares, diferentemente dos objetos de acordo relativos ao real, pretendem apenas a adesão de grupos particulares. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 84), “estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação”. Vejamos a seguir como um determinado valor pode servir de ponto de partida na defesa de uma tese:

EXEMPLO (1)



Fonte: www.facebook.com/porumaculturadavida/. Acesso em 14/02/2019.

O texto, veiculado pela página “Por uma cultura da vida”, apresenta uma parte verbal (“Lembre-se: gestação é feita de dois corpos e duas vidas. Quem deseja o direito ao próprio corpo precisa respeitar o direito ao próprio corpo dos outros”) que completa seu sentido com o auxílio da imagem de um corpo feminino em gestação, com duas identificações, uma referente ao corpo da mulher (corpo 1) e outra referente ao do feto (corpo 2). Nesse texto, que se coloca do lado contrário à prática do aborto, constrói-se uma argumentação embasando-se no valor de que “toda vida deve ser respeita”. Isso porque, para as pessoas favoráveis à criminalização dessa prática, a origem do corpo está diretamente atrelada à presença de vida. O sentido do texto se constrói, ao mesmo tempo, como uma resposta ao valor que embasa, por exemplo, a frase dita por muitas mulheres a favor da descriminalização do aborto - “meu corpo, minhas regras”.

Já os lugares (*topoi*, no grego), no sentido aristotélico, são entendidos como “esquema comum subjacente aos enunciados” (AMOSSY, 2018a, p. 122), concebidos como formas vazias. Aristóteles se interessa pelo assunto no intuito de investigar toda espécie de lugares (os esquemas) que podem servir de premissa para silogismos dialéticos e retóricos. Essa noção é a mesma retomada pela nova retórica. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) entendem os *topoi* como um “depósito de argumentos”, e os classificam em *lugares de quantidade, de qualidade, de ordem, do existente e da essência*. Fiorin (2015, p. 95) elucida a concepção clássica do termo, equivalente ao modo como este é concebido por Aristóteles e Perelman:

[é um] esquema argumentativo que pode ganhar os conteúdos mais diversos, é uma matriz semântica, um molde discursivo. É essa a concepção que Aristóteles tem do lugar comum. Por exemplo, ele fala do lugar do mais e do menos. Nesse lugar, podem-se construir argumentos como: “Se os deuses não sabem tudo, menos ainda os

homens; aquela pessoa pode ter agredido seu vizinho, porque já agrediu seu pai; em outras palavras, quem pode o mais pode o menos” (Retórica II, XXIII, 4, 1397b).

Para Macedo (2018), é por meio desses esquemas argumentativos “vazios” que “os argumentos retiram sua força, pois eles permitem criar valores e hierarquias que o orador supõe serem compartilhados entre os membros do auditório particular ao qual se dirige”. A noção de *topoi* será retomada no terceiro capítulo desta dissertação, dada sua relevância para as análises do *pathos* em abordagens contemporâneas do estudo da argumentação.

Uma vez explanadas noções que circundam o campo da argumentação retórica e que são pontos de partida para o desenvolvimento da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) dedicam-se, na última e mais extensa parte de sua obra, a tratar das técnicas argumentativas. Sobre as técnicas, cabe a nós somente esclarecer como estas estão estruturadas:

Os esquemas que procuraremos discernir – e que também podem ser considerados lugares da argumentação, porque apenas o acordo sobre o valor deles pode justificá-los a aplicação a casos particulares – se caracterizam por processos de ligação e de dissociação. Entendemos por processos de ligação esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro. Entendemos por processo de dissociação técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 215).

É importante mencionar que, embora a todo instante esteja tratando de questões discursivas e de interação, a nova retórica “preocupa-se pouco com a linguagem e, às vezes, assimila a perspectiva argumentativa à perspectiva psicológica” (PLANTIN, 2008, p. 46). Amossy (2018a, p. 23) endossa essa crítica ao dizer que “Perelman se concentra menos na análise do discurso argumentativo em seus aspectos linguageiros do que nos esquemas de pensamento que subjazem à argumentação e aos tipos de ligação que a articulam”. Essa inserção da análise da argumentação em um quadro social e discursivo será o importante salto dado por Ruth Amossy para sua articulação proposta na teoria da argumentação no discurso.

2.2 A abordagem da argumentação no discurso

No campo das ciências da linguagem, os pesquisadores filiados ao quadro teórico da Análise do Discurso (doravante AD), em particular a de linha francesa contemporânea, têm produzido pesquisas que objetivam investigar o funcionamento dos discursos, isto é, as relações entre as condições de produção dos discursos e os processos que os constituem, admitindo como unidade de análise, para tanto, a materialidade textual. De acordo com Dominique Maingueneau (2015, p. 48), interessa aos analistas do discurso, por exemplo, “as propriedades do próprio

gênero de discurso, os papéis sociodiscursivos que ele põe em relação [...], as diferentes estratégias de legitimação dos locutores, a maneira de cada um ajustar seu posicionamento ideológico às restrições impostas pelo gênero”, etc.

A AD nunca pleiteou a argumentação como objeto de investigação, ainda que, nas últimas décadas, tenha se observado tentativas de aproximação entre os dois campos de estudo. Na obra *L'analyse du discours*, de 1991, Maingueneau reconheceu o papel da argumentação como fator primordial para coerência discursiva, mas nunca deu prosseguimento a essa questão em estudos posteriores. Hoje, porém, nos parece ponto pacífico entre os pesquisadores da AD que o discurso possui uma dimensão argumentativa, tendo em vista o princípio dialógico da linguagem, postulado por Bakhtin, admitido nas abordagens discursivas. Fiorin nos diz que:

Na medida em que um discurso é sempre um discurso sobre outro discurso, todos os discursos são argumentativos, pois todos eles fazem parte de uma controvérsia, refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento. Todos os discursos são argumentativos, pois são uma reação responsiva a outro discurso. (FIORIN, 2015, p. 29).

Para Ruth Amossy (2008, p. 231), considerar a argumentação como parte integrante do discurso implica a necessidade de “buscar os meios de estudá-la no quadro de uma análise global dos funcionamentos discursivos”. No entanto, convém salientar que a noção de argumentação, esta constitutiva do discurso, não equivale àquela da retórica, uma vez que a argumentação retórica considera apenas os textos nos quais há defesa programada de uma tese. O primeiro passo dado por Amossy, na articulação que resulta em sua teoria da argumentação no discurso, é a proposição de uma concepção ampliada de argumentação, entendendo-a não apenas como tentativa de levar um auditório à adesão de uma tese, mas também “como a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p. 130).

Esse olhar ampliado permite, segundo a autora, não só tratar a argumentação no amplo leque dos discursos como também reivindicar o lugar da argumentação nas ciências da linguagem. Ela passa então a ser analisada em um quadro comunicacional e sócio-histórico, observando-se o modo como se inscreve não somente na materialidade discursiva (como auxílio de instrumentos linguísticos e pragmáticos), mas também no interdiscurso. De acordo com Amossy (2018b, p. 19-20), a argumentação estaria no discurso em um *continuum* de modalidades argumentativas, que contêm, em um de seus pontos extremos, “a polêmica como confrontação violenta de teses antagônicas e, no outro, uma orientação das formas de pensar e de ver, de questionar e de problematizar, que não se efetua pela via de um raciocínio formal”.

Essas modalidades argumentativas são, para a autora, "uma estrutura de troca agônica que determina as modalidades do empreendimento da persuasão"; isso significa dizer que a argumentação se manifesta de modos distintos e é tributária da situação de enunciação e das restrições impostas pelos gêneros discursivos. De acordo com Macedo (2018, p. 51), os diferentes modos de argumentação são caracterizados pelos seguintes parâmetros:

i) os papéis desempenhados pelos participantes no dispositivo enunciativo (parceiros, adversários); ii) a maneira pela qual ocorre a tentativa de persuasão (apaixonada, racional, colaborativa, instrutiva); e iii) o modo como o interlocutor é concebido (ser de razão e/ou de sentimento, aluno ou discípulo, cúmplice ou rival etc.).

Amossy (2008) classifica e caracteriza, por meio desses parâmetros, seis possibilidades de modalidades argumentativas (demonstrativa, patêmica, pedagógica, de coconstrução, negociada e polêmica), exemplificando em seguida com uma gama de gêneros discursivos que privilegiam cada uma das modalidades. No quarto capítulo desta dissertação, retornaremos a essa noção de modalidade argumentativa e discutiremos, de modo particular, as modalidades patêmica² e polêmica.

Introduzir a retórica como um ramo da AD, no entanto, requer o enfrentamento de uma problemática já assinalada por Maingueneau (1991) no que concerne à noção de agentividade do sujeito. A retórica percebe seu sujeito como soberano, dono do seu dizer a serviço de um objetivo – persuadir outros sujeitos, já a AD defende que “as formas de subjetividade estão implicadas nas próprias condições de possibilidade de uma formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1991, p. 234). No entanto, Amossy não vê nessa questão um problema capaz de fazer perdurar a divisão irreduzível entre as disciplinas, pois, para ela, os sujeitos só argumentam, exercendo suas vontades, dentro das restrições impostas pelos quadros institucionais e genéricos que os atravessam. Para a autora:

o poder do verbo é limitado por diversas imposições, contempladas pela retórica à sua maneira. Apontemos, em particular, os gêneros de discurso, em toda sua variedade e complexidade, (além dos gêneros retóricos); ou, ainda, a doxa tomada tanto como o saber do senso comum que conduz a linguagem e que molda o discurso, independentemente dos sujeitos falantes, quanto como o lugar comum no qual eles podem se encontrar e se identificar. Assim, a fala é concebida ao mesmo tempo como parcialmente determinada pelo discurso social da época e suas evidências, e como um instrumento de ação e de poder. (VITALE; AMOSSY, 2017, p. 190)

² Por uma questão de escolha, adotaremos sempre o adjetivo patêmico no lugar do adjetivo patético, diferentemente de alguns teóricos. Portanto, falaremos, diferente da nomeação dada pela tradução do texto de Amossy (2008), de modalidade patêmica.

Nessa perspectiva, segundo Macedo (2018, p. 40), o sujeito “antes de buscar levar seu interlocutor a aderir a uma opinião, ele mesmo adere (ainda que inconscientemente) a uma *doxa* que está subentendida em seu projeto persuasivo e em sua fala, e fora da qual não é possível dizer nem se dizer”. Esse posicionamento, de ressignificação do sujeito retórico, é similar, por exemplo, ao defendido por Patrick Charaudeau (2010), em sua teoria semiolinguística, quando diz que o espaço de estratégia, isto é, a livre iniciativa do sujeito sobre seu dizer, é tributário das condições do contrato de comunicação. Charaudeau, inclusive, como ressalta Amossy, parece realizar um estudo que dialoga com sua proposta, quando trata de uma “problemática da influência”. Segundo Charaudeau (2016, p. 28), a argumentação inclui-se na AD “como um dos meios de se proceder à análise de todos os processos discursivos envolvidos na coconstrução do sentido à qual se lançam os parceiros, numa visada de influência”. No entanto, o autor vê na retórica uma disciplina antiquada, o que contrapõe o trabalho desenvolvido por Amossy, tendo em vista que a autora reivindica, em sua AAD, a herança retórica, na incorporação, por exemplo, das noções de auditório, acordo e provas de persuasão, explanadas no item anterior deste capítulo, além de colocá-la como dependente dos quadros institucionais e dos gêneros do discurso, questão que discutiremos mais à frente. Para a realização desse empreendimento, Amossy ainda recorre a alguns postulados da linguística da enunciação, da pragmática, da argumentação na língua, do estudo das interações verbais, etc.

A análise argumentativa do discurso, segundo Amossy (2018a), se caracteriza por ser uma abordagem, ao mesmo tempo, *linguageira*, *comunicacional*, *dialógica*, *genérica*, *estilística* e *textual*. É *linguageira* porque não se reduz a uma análise de operações lógicas, ela recorre também aos artifícios oferecidos pela linguagem, tais como as escolhas lexicais, os modos de enunciação, o encadeamento de enunciados, etc. É *comunicacional* porque a argumentação visa a um auditório e jamais pode ser dissociada da situação de comunicação. É *dialógica* porque concebe “todo discurso como sendo uma reação a um já dito que tem como fim agir sobre o outro, ao qual ele busca adaptar-se” (MACEDO, 2018, p. 47). É *genérica* pois a argumentação está inscrita em um determinado gênero do discurso que modela a interação. É *estilística* à medida que a argumentação possibilita o apelo a figuras e efeitos de estilo. E é *textual*, pois a argumentação deve ser analisada no nível de sua construção textual.

Quando a AAD opta por uma abordagem genérica, opção que para nós parece ser o centro da articulação proposta por Amossy, ela amplia a argumentação retórica, que inicialmente foi pensada por Aristóteles na tríade de gêneros: judiciário, deliberativo e epidíctico. Essa ampliação é coerente com a própria ampliação da noção de argumentação proposta pela autora, como já explanamos anteriormente. Nessa perspectiva, a argumentação

passa a ser contemplada em seu mais variado leque de possibilidades, perpassando, por exemplo, discussões parlamentares, debates políticos televisivos, e também situações cotidianas, como as conversas entre amigos, a troca comunicativa em uma aula, a troca de mensagens na mídia whatsapp, os comentários em postagens de Facebook, etc.

Para Amossy (2018a, p. 243), “a argumentação depende do quadro discursivo no qual ela se desenvolve”, isso significa dizer que a argumentação não será realizada da mesma maneira em situações comunicativas diferentes, pois a interação depende do campo discursivo do qual parte e do gênero no qual se insere. De maneira simplista, poderíamos exemplificar do seguinte modo: um Presidente da República dificilmente se defenderia de acusações em uma entrevista televisiva do mesmo modo que um civil se defenderia em uma postagem de sua rede social, isso porque cada sujeito carrega um papel em determinado lugar institucional que ocupa, e isso implica, necessariamente, a existência de possibilidades e restrições.

Segundo Maingueneau (2015, p. 117), o “discurso pressupõe certo quadro, definido pelas restrições do gênero, mas deve também gerir esse quadro pela encenação de sua enunciação”. Quando fala em encenação, o autor recorre a uma metáfora para dizer que os sujeitos, em suas ações cotidianas, estão sempre a desempenhar papéis previamente impostos. No entanto, diferentemente de uma encenação teatral, quando estamos falando das restrições impostas aos sujeitos pelos padrões genéricos e institucionais, estamos falando de papéis do quais eles não têm a opção de deixar.

Quando, por exemplo, um padre profere a homilia, um gênero pertencente ao discurso religioso, estamos lidando com papéis: um homem que se institui como uma autoridade religiosa pregando para pessoas que ali se apresentam como fiéis. O mesmo ocorre, por exemplo, quando recebemos um “santinho” de um determinado candidato em um período de eleições. Sabemos que estamos lidando com um texto de discurso político, e isso implica dizer que a relação ali estabelecida é a de um candidato que se dirige a seus possíveis eleitores. É importante lembrar que, segundo a noção das cenas da enunciação proposta por Maingueneau (1998), partindo de uma determinada cena englobante, a cena genérica pode se desdobrar em uma cenografia, como uma espécie de roteiro preestabelecido. A cenografia se configura como um espaço de singularidade do discurso e, para Maingueneau e Charaudeau (2016, p. 96), “os gêneros do discurso que mais recorrem a cenografia são aqueles que visam a agir sobre o destinatário, a modificar sua convicção”. Desse modo, Amossy conclui que “a maneira de se inscrever em um gênero ou de lidar com vários modelos genéricos tem uma importância determinante para o impacto argumentativo no discurso” (AMOSSY, 2018a, p. 245).

Atentemo-nos para uma possibilidade de se perceber essa questão. Uma discussão atual que se impõe em muitos espaços, dentro e fora das mídias digitais, é a do racismo. Existem formas diversas de, por exemplo, se posicionar acerca do racismo estrutural que está na base da formação da sociedade contemporânea, reflexo de centenas de anos de escravidão impostas à população negra por todo o mundo. A utilização de um gênero ou outro depende, muitas vezes, da escolha do locutor e de seus objetivos, e isso acarreta modos distintos de articulação das estratégias de persuasão. Vejamos o seguinte exemplo: no dia 14 de fevereiro de 2019, o jovem negro Pedro Henrique Gonzaga, de 19 anos, foi morto ao ser imobilizado e estrangulado por um segurança da rede de supermercados Extra, no Rio de Janeiro. O assassinato do jovem, acusado de tentativa de furto, foi filmado por diversas pessoas que passavam pela loja e causou revolta em diversos internautas nas redes sociais. Foram possíveis encontrar em postagens de Facebook, do Instagram (inclusive na ferramenta de *stories* da plataforma) e do Twitter textos diversos que não só criticavam a ação criminosa praticada pelo segurança como também alertavam para o racismo que mata milhares de homens e mulheres negras no país a cada dia. Um dos que mais chamaram a atenção, e que foi reproduzido e viralizado por inúmeros usuários, foi a imagem a seguir:

EXEMPLO (02)



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Bt6I18Gg0IZ/>. Acesso em 16/02/19.

O texto, criado pelo perfil Design Ativista, foi publicado no Instagram e se apresenta ao interlocutor na cenografia de um anúncio de oferta, bastante similar aos encontrados em supermercados e feiras. A utilização dessa cenografia é fruto de uma escolha

do produtor do texto, na intenção não somente de chamar a atenção (anúncios de oferta, inclusive pela própria cor – geralmente amarela –, chamam bastante atenção de quem os visualiza) como também para aludir ao fato do crime ter sido cometido na rede de supermercados Extra (a escolha das cores azul e vermelha na escrita do texto também aludem às cores da marca Extra). O texto verbal traz, em letras garrafais, “Oferta – Carne negra, homem jovem apenas 19 anos, com osso”, simulando uma venda literal de corpos negros que custam “19 anos” (aludindo à idade do jovem negro assassinado), em uma clara crítica ao discurso racista presente na sociedade que marginaliza e mata milhares de pessoas negras (muitas vezes ainda jovens) por ano, direta ou indiretamente. O texto, sendo um *post* de Instagram e advindo da esfera midiática, se utiliza das inúmeras possibilidades que esse gênero permite, inclusive quando recorre à cenografia de um anúncio de oferta, fator que acreditamos produzir maior força argumentativa ao ponto de vista defendido, tendo em vista o teor de viralização do texto.

Por fim, além de operar com elementos retóricos e discursivos em sua análise argumentativa, Amossy recorre a instrumentos linguísticos e pragmáticos, tendo em vista as possibilidades que esses mecanismos oferecem para uma análise da orientação argumentativa dos enunciados. Desse modo, a autora observa o valor argumentativo das escolhas lexicais, as dissociações e os deslocamentos semânticos do léxico, o papel do implícito em suas formas diversas, bem como os conectores (advindos dos estudos de Oswald Ducrot). De modo resumido, podemos dizer, com base em Amossy (2011, p. 134), que a teoria da argumentação no discurso:

1. Estuda os argumentos em língua natural, na materialidade do discurso, como elemento integrante de um funcionamento discursivo global;
2. Situa a argumentação, assim compreendida, em uma situação de enunciação precisa, da qual importa conhecer todos os elementos (participantes, lugar, momento, circunstâncias etc.);
3. Estuda a maneira como a argumentação se inscreve no interdiscurso, situando-se, quanto ao que se diz, antes e no momento da tomada da palavra, no modo da retomada, da modificação, da refutação, do ataque...
4. Leva em conta a maneira como o *logos*, ou o emprego de argumentos em língua natural, alia-se, concretamente, ao *ethos*, a imagem de si que o orador projeta em seu discurso, e ao *pathos*, a emoção que ele quer suscitar no outro e que também deve ser construída discursivamente.

2.3 Análise textual da argumentação no discurso

Realizada no âmbito dos recentes projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Grupo Prottexto, que visam a investigar, por meio dos critérios de análise da Linguística Textual, as orientações argumentativas do texto, a tese da pesquisadora Patrícia Macedo (2018) propõe uma interface entre a LT e a Teoria da Argumentação no Discurso (doravante AAD), de

Amossy, analisando a inscrição da argumentatividade discursiva em textos e mostrando a possibilidade de se evidenciar a argumentação por categorias de textualidade, tais como gênero do discurso, intertextualidade, composicionalidade e referencialidade. A proposta de Macedo (2018) parte da afirmação de Amossy de que “a argumentação deve ser estudada no nível de sua construção textual, a partir dos procedimentos de ligação que comandam seu desenvolvimento” (AMOSSY, 2018a, p. 41). Desse modo, para além dos já utilizados instrumentos de análise advindos do nível pragmático (implícitos, pressupostos e subentendidos) e do nível puramente linguístico (análise das escolhas lexicais, dos deslocamentos semânticos, dos conectores, etc.), Macedo propõe que a AAD recorra aos parâmetros de análise do nível textual.

Essa proposta de articulação requer, no entanto, uma reflexão sobre o diferente *modus operandi* da AD e da LT. Embora ambas as disciplinas tenham o texto como unidade de análise, suas preocupações de investigação e o modo como concebem a noção de texto não são as mesmas. Enquanto a AD se propõe investigar, segundo Maingueneau (2015), o elo que liga os textos às situações comunicativas por meio de um dispositivo de enunciação simultaneamente resultante do verbal e do institucional, a LT se interessa, segundo Cavalcante (2016), pela descrição e explicação das estratégias de textualização, isto é, descrever e explicar como são colocados em texto os propósitos dos interlocutores que agem de acordo com as convenções das práticas discursivas.

Quanto à noção de texto, a AD, e conseqüentemente a AAD, observa o texto apenas como uma estrutura superior à frase, como “um conjunto coerente de enunciados que formam um todo” (AMOSSY, 2018a, p. 41) e como uma materialização do discurso. Para a LT, disciplina na qual nos situamos, o texto não se reduz a uma mera organização linguística, dado que os sentidos são construídos por meio da interação em que sujeitos mobilizam a toda hora contextos sociocognitivos. Não sendo, portanto, concebido como materialização do discurso, é preciso dizer que, para nós, a relação entre texto e discurso é uma via de mão dupla, isso porque “os textos não só materializam as condições sociais de existência e de uso da linguagem como também produzem essas condições” (MACEDO, 2018, p. 89). A LT, tendo o texto como objeto de investigação, situa seu escopo de análise nas “relações pragmáticas e sociocognitivo-discursivas” (CAVALCANTE, 2016, p. 118).

Macedo (2018), ao observar o interesse comum da LT e da AAD em investigar a inscrição da argumentação, respectivamente, no texto e no discurso, reflete, no capítulo que discute a interface proposta, que os gêneros, enquanto objetos de análises das duas disciplinas, são instituídos simultaneamente como textuais e discursivos e, por isso, seriam úteis como meio

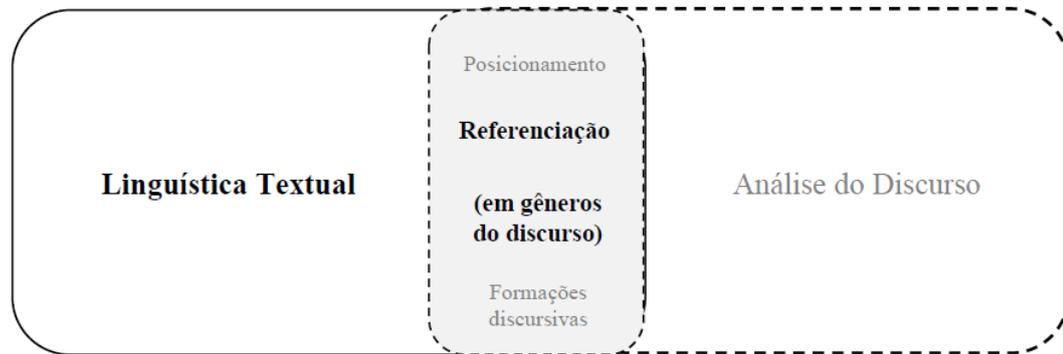
de diálogo entre as duas áreas. A escolha dos gêneros como ponto central da articulação é fruto da percepção de Macedo acerca da importância desse parâmetro na proposta de Amossy, e permite, segundo a autora, “situar os textos e os discursos em um quadro discursivo e genérico a partir do qual poderemos compreender a relação entre o tipo de interação, a construção da coerência, a macroestrutura textual e os diferentes modos textuais de argumentatividade” (MACEDO, 2018, p. 82).

A AD concebe os gêneros como dispositivos de comunicação que surgem quando estão presentes certas condições sócio-históricas. Esses dispositivos estão associados e organizados nos mais variados setores de atividade social, como o científico, o midiático, o político etc. A noção de gênero que assumimos em nossa pesquisa, assim como assumiu Macedo e na qual também se baseiam os estudos da AD, é a advinda dos estudos de Bakhtin. Para o filósofo russo, a língua é utilizada e efetuada por meio de enunciados concretos e únicos, proferidos em diferentes campos da atividade humana. Cada enunciado em particular, para Bakhtin (2016, p. 12, grifo do autor), “é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”. Esses gêneros do discurso, segundo Maingueneau (1998), carregam uma ou mais finalidades socialmente reconhecidas e determinam papéis para os parceiros da troca comunicativa. Além disso, os gêneros têm lugar e tempo apropriado para sua efetividade, são materializados por um determinado suporte e estão associados a uma certa organização textual.

Na defesa de que a relação entre texto e discurso é bidirecional e simbiótica, isto é, uma via de mão dupla, e que a argumentatividade tanto é constitutiva do discurso quanto instaurada no texto, Macedo (2018, p. 105) diz que “o texto materializa condições sócio-históricas e que é por intermédio dos sistemas de gêneros que textualidade e discursividade se unem, mas [...], assim como ‘não há textos sem gênero(s)’ (ADAM, 2017, p. 36), não há gêneros sem textos”, isso implica dizer, portanto, que o texto não é somente a materialização do discurso, ele igualmente é necessário para sua instauração.

Desse modo, admitindo a noção de gênero como ponto de interseção, o esquema pensado por Macedo (2018), que assumiremos nessa pesquisa, propõe um diálogo entre a LT e AD que pode beneficiar ambas as disciplinas sem que, para isso, elas percam seus status de disciplinas autônomas no campo das ciências da linguagem. Desse modo, cada disciplina recorrerá a algumas categorias da outra para auxiliar a investigação de seu objeto.

ESQUEMA 1 – Interface entre LT e AD no estudo da referenciação.



Fonte: Macedo (2018, p. 105)

Por exemplo, em um estudo de referenciação, situado no âmbito da LT, tomar-se-ia de empréstimo “categorias discursivas da AD para descrever e analisar processos referenciais como estratégias argumentativas ligadas à textualidade” (MACEDO, 2018, p. 104-105). Nesse caso, as categorias textuais ocupam a posição central da investigação e as discursivas a posição de fundo. Já no âmbito da AD, os analistas do discurso poderiam recorrer aos processos de referenciação, como instrumento, para revelar, por exemplo, os posicionamentos ideológicos dos sujeitos e a construção do *ethos* discursivo marcados no texto.

Na análise de nosso *corpus*, será perceptível os frutos dessa interface entre texto e discurso, uma vez que adotamos os critérios teórico-metodológicos da LT – a referenciação e a intertextualidade – em articulação com os aspectos retóricos e discursivos da argumentação nos textos. Neste capítulo, tivemos como objetivo apresentar brevemente os principais conceitos que dão base ao estudo da argumentação retórica e explicar a abordagem de Amossy para um estudo da argumentação discursiva. Além disso, vimos a proposta de articulação de Macedo (2018), que visa a ampliar a análise da argumentação se valendo também dos critérios de textualidade. No capítulo subsequente, buscamos apresentar um percurso sobre a figura do *pathos* no estudo da argumentação, de modo a avaliar aproximações e distanciamentos conceituais que nossa dissertação apresenta em relação aos autores que já se debruçaram sobre o papel das emoções na argumentação.

3 O LUGAR DO *PATHOS* NA ARGUMENTAÇÃO

Figura presente na obra mais clássica sobre retórica – a *Retórica*, de Aristóteles –, o *pathos*, termo grego com significados múltiplos e traduções³, por vezes, variadas, pode ser interpretado como afeto, emoção, sentimento e paixão. Na *Retórica*, mais especificamente, foi considerado como elemento suscitado no auditório para alterar seu juízo sobre as coisas e colocado ao lado de outros dois elementos, o *ethos* e o *logos*, sendo aquele entendido, superficialmente, como a imagem que o locutor constrói de si no discurso, e este como a organização do argumento, a construção lógica do raciocínio, ou, segundo Amossy (2018a), as estratégias discursivas. Concebidas como elementos cruciais, essas figuras não receberam o mesmo tratamento em estudos retóricos posteriores, nos quais o *logos* obteve maior destaque.

Antes de discutir as definições de *pathos* dentro de algumas abordagens da retórica e da argumentação, faz-se necessário que retomemos a noção de retórica que já discutimos no capítulo anterior. Aristóteles a define como “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 2012, p. 12). É por esse motivo que a noção de persuasão é tão cara à retórica, pois ela se estabelece como uma técnica de argumentar, de persuadir, distinta da lógica e não pautada em noções de verdade, mas, sim, no verossímil, aspecto este alvo das críticas de Platão em suas obras.

Dentro dessa noção, Aristóteles estabelece três provas de persuasão: o caráter moral do orador, o uso da linguagem e o modo como se dispõem os ouvintes, que, no grego, podemos fazer corresponder, respectivamente, à figura do *ethos*, do *logos* e do *pathos*. É sobre este último que traçaremos a seguir um percurso que vai da retórica clássica, passando por teorias argumentativas posteriores, e chegando à teoria da argumentação no discurso, buscando compreender de que modo o *pathos* foi concebido nessas teorias, para que, ao final, possamos eleger algumas aproximações teóricas e definir nossas considerações acerca do *pathos*.

3.1 O *pathos* na tradição retórica e em outras abordagens da argumentação

Aristóteles (2000) diz que se persuade pela disposição dos ouvintes quando esses são levados a sentir emoção por meio do discurso. Para Meyer (2000), o *pathos* constitui-se,

³ As traduções e as significações do termo foram tema de estudos filosóficos e terminológicos como o de Leite (2012), no entanto, ainda que não adentremos na questão terminológica, optaremos pela utilização, preferencialmente, do termo grego *pathos*, e, em algumas circunstâncias, do termo emoção. A preferência pela nomenclatura grega se alinha à atitude do linguista Patrick Charaudeau (2010), na intenção de manter a filiação retórica e contribuir para uma dissociação de estudos psicológicos.

funcionalmente, em um teclado no qual o bom orador (locutor) toca para melhor convencer. No segundo tomo de sua *Retórica*, o filósofo define as emoções como:

sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos, e são seguidos de tristeza e prazer, como a cólera, a piedade, o temor, e todas as outras paixões análogas, assim como seus contrários (ARISTÓTELES, 2000, p. 5).

O filósofo organiza em pares 12 *pathe*⁴ (plural do termo *pathos*), estabelecendo-os como emoções que se baseiam no prazer ou na dor, são elas: a cólera e a calma; a amizade e o ódio; o temor e a confiança; a vergonha e a impudência; a piedade e a indignação; a inveja e a emulação. A partir dessa compreensão acerca do *pathos* como prova de persuasão, pode-se perceber o locutor (orador, na tradição retórica) como responsável por dispor os ouvintes, ou seja, estimulá-los, de maneira que esses estejam suscetíveis a sentir determinadas emoções que favoreçam a persuasão por ele planejada, isto é, o locutor teria o objetivo de excitar ou neutralizar esses afetos de acordo com a situação argumentativa.

Faz-se necessário, neste ponto, diferenciar, à luz das reflexões de Meyer (2000), as emoções como estados de alma de uma pessoa, considerada individualmente, e o *pathos* retórico, no qual as emoções passam a ser resposta a outra pessoa, ou seja, são emoções-respostas. Essa perspectiva de “emoções-respostas” evidencia o papel do alocutário no jogo retórico-argumentativo e explicita por que o *pathos* está associado, em interpretações feitas sobre a retórica, ao auditório. Para Ruth Amossy, o *pathos* incide diretamente sobre o auditório e é, portanto, “o efeito produzido no alocutário” (AMOSSY, 2018a, p. 206). Mais à frente, será possível perceber que ora a figura do *pathos* é concebida como efeito produzido no alocutário de modo a alterar seus julgamentos; ora como efeito visado (Charaudeau, 2010) pelo interlocutor. Não trabalhamos nesta dissertação nem com a ideia de efeito visado, nem com a de efeito produzido, pois, como explanaremos na seção seguinte, tomamos como base um trabalho mais recente de Patrick Charaudeau (2015), no qual o autor explicita a noção de efeito possível, que pensamos ser mais adequada ao propósito de nosso estudo.

Se o *pathos*, aos olhos de Aristóteles, o qual dedicou um livro inteiro para tratar sobre esse conteúdo, tem importância basilar, nas teorias argumentativas posteriores essa dimensão não recebeu o mesmo espaço, na medida em que estas se centraram no raciocínio. Essa abordagem de uma “retórica sem emoções” (PLANTIN, 2008) evidenciou um receio dos estudiosos no tratamento do *pathos*, tendo em vista a sua compreensão como ameaça ao

⁴ Assim como as traduções do próprio termo *pathos* variam, a tradução dos nomes dados às emoções e a quantidade de emoções postuladas na retórica aristotélica também variam. Neste trabalho, nos alinharemos à tradução apresentada em Pinto & Cortez (2017).

empreendimento racional, isto é, nessa perspectiva, o *pathos* seria compreendido pelas vias da irracionalidade, ou do paralogismo e da manipulação.

A principal obra após a deslegitimação dos estudos retóricos foi escrita por Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, o *Tratado de Argumentação - A Nova Retórica* ([1958] 2014). Nas suas mais de quinhentas páginas, os autores dedicam-se à explanação dos âmbitos da argumentação e de seus principais conceitos, como o de acordo prévio e auditório e, de modo mais extenso, das técnicas argumentativas. No que concerne à figura do *pathos* na nova retórica, não há uma retomada da questão das emoções, por isso se diz que a emoção não recebeu a relevância dada anteriormente por Aristóteles. A subestimação da importância das figuras do *pathos* e do *ethos* nos é, à primeira vista, problemática, na medida em que “o *logos*, entendido como discurso e razão, é, para Aristóteles, simplesmente [apenas] um dos polos do empreendimento de persuasão retórica” (AMOSSY, 2018a, p. 18).

Por esse predomínio do *logos*, as emoções “figuraram longo tempo como 'parentes pobres' das teorias da argumentação” (MICHELI; HEKMAT; RABATEL, 2013, p.11, tradução de Suzana Cortez), fossem elas retóricas ou não, e esse fato é visível quando se observa a interpretação valorativa dada a elas nessas teorias, dado que as emoções parecem perturbar as vias racionais, pois, para muitos estudiosos, “a argumentação é uma atividade da razão” (EEMEREN *et al*, 1996, p. 2, tradução de Ruth Amossy). Há, desse modo, em diversas perspectivas, uma cisão entre *logos* e *pathos*.

Christian Plantin, em sua revisão teórica sobre as teorias argumentativas no livro *A argumentação* (2008), diz que as obras publicadas durante a década de 1950, que refundaram os estudos da argumentação após o descrédito à retórica, não retomaram a questão dos afetos. Desse modo, o Modelo de Toulmin e a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, bem como as obras orientadas para a argumentação na língua e a lógica natural, desenvolvidas, respectivamente, por Anscombe e Ducrot e Grize, não dão tratamento à figura do *pathos*. Não há, segundo Plantin (2008), por parte desses estudiosos, uma negação sobre a existência de uma questão das emoções, ainda que eles simplesmente as eliminem de suas obras.

Na nova retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958, p. 630, tradução nossa⁵), inclusive insistem em uma espécie de camuflagem ao tratar do potencial das emoções no empreendimento argumentativo. Esquivando-se da carga pejorativa que as emoções carregam, os autores dizem que “[...] as paixões, como obstáculo, não devem ser confundidas com as

⁵ Essa tradução, de modo particular, foi feita a partir da citação que consta na obra *Dictionnaire de l'argumentation*, de Christian Plantin, por isso a menção de uma versão de 1958, diferentemente das outras, de 2014.

paixões que servem de suporte para argumentação positiva, que geralmente será qualificada por um termo menos pejorativo, como valor, por exemplo”. Para Plantin (2016), essa solução perspicaz nada mais faz que preservar o potencial dinâmico das emoções, transferindo-o para a noção de valores, e projetando, dessa forma, um fazer argumentativo “sem comover”. cremos, no entanto, que “o tratamento da questão do destino das emoções através de seu controle individual, interacional, social e institucional requer o estabelecimento de problemas que, de outra forma, seriam mais complexos do que a mera censura” (PLANTIN, 2016, p. 442-443, tradução nossa⁶).

3.2 O *pathos* em estudos contemporâneos da argumentação

Trabalhos mais recentes têm revalorizado o papel das emoções nos estudos da argumentação. Douglas Walton, em sua obra *The Place of Emotion in Argument* (1992), apresentou as emoções como legítimas no processo argumentativo, embora tenha ressaltado que elas precisam ser tratadas com prudência, na medida em que podem ser utilizadas de modo falacioso⁷, isto é, como um raciocínio falso, enganoso, um paralogismo. Nessa perspectiva, adota-se um olhar normativo acerca do lugar das emoções na argumentação, tornando-a tolerável somente em determinadas circunstâncias, avaliadas a partir de um exame das condições de validade. Para Ruth Amossy, o julgamento da validade das emoções de Walton dá-se a partir da consideração sobre “os objetivos do orador no quadro de sua situação de discurso, ou do gênero que ele selecionou” (AMOSSY, 2018a, p. 203).

Dada a importância de Walton para uma retomada dos estudos sobre o *pathos* na argumentação, há de se ressaltar que seu trabalho, enquanto normativista, reflete um olhar ainda desconfiado às emoções, indicando a existência de apelos ao *pathos* que se constituem por vias da irracionalidade e que são interpretadas quase como estratégias manipulatórias.

Uma posição contrária a esta, e mais próxima da que estamos adotando neste trabalho, é a reivindicação de autores como Patrick Charaudeau (2007, 2010), Raphaël Micheli (2008a, 2008b, 2010), Christian Plantin (2008, 2010) e Ruth Amossy (2017, 2018a) de que as emoções podem ser observadas pelo que têm de racional, não mais as avaliando por um viés

⁶ No original, “L’exclusion de l’ethos et du pathos risque précisément de transformer l’argumentation en discipline opératoire, alexithymique. Le traitement de la question du destin des émotions à travers leu contrôle individuel, interactionnel, social, institutionnel, nécessite la mise en place de problématiques autrement complexes que celle d’une simple censure”.

⁷ O termo falácia deriva do verbo latino *fallare*, que significa enganar. Há, na retórica, uma diferença, de âmbito intencional, nas falácias. Quando estas ocorrem involuntariamente, designam-se por paralogismos, quando são produzidas, isto é, quando são intencionalmente realizadas de forma a confundir alguém, designam-se sofismas.

normativo. Serão perceptíveis, ao fim desta seção, as aproximações teóricas entre os postulados dos autores em suas respectivas abordagens, o que nos levará a concatenar algumas conclusões.

Situado no âmbito da Análise do Discurso, mais precisamente na vertente teórica denominada por ele próprio como Semiolinguística, Patrick Charaudeau publicou um trabalho intitulado *La pathémisation à la télévision comme stratégie d'authenticité*⁸, para a coletânea *Les émotions dans les interactions* (2000), organizada por Plantin nos anos 2000, no qual trata da problemática discursiva das emoções e do que chamou de efeito de patemização. Nesse texto, o autor busca traçar as condições para o tratamento discursivo das emoções. Para tanto, estabelece três pontos característicos sobre esse objeto: as emoções são de ordem intencional, estão ligadas aos saberes de crença e estão inscritas em uma problemática da representação.

Quando estabelece, inicialmente, que as emoções são de “ordem intencional”, Charaudeau (2000), na verdade, pretende se contrapor ao ponto de vista de que as emoções são totalmente irracionais. Para o autor, as emoções têm uma base cognitiva e se manifestam em um determinado sujeito ‘a propósito’ de algo que ele representa para si, sendo este o porquê de as emoções estarem inscritas em um quadro de racionalidade. Além disso, as emoções estão ligadas aos saberes de crença (ou à *doxa*, noção que veremos mais à frente), e essa ligação é indissolúvel, isto é, as emoções seriam uma espécie de interpretação de circunstâncias apoiadas em valores de uma determinada comunidade. Com base em Elster (1995), Charaudeau diz:

[as] emoções e crenças estão indissolúvelmente ligadas: qualquer modificação de uma crença leva a uma modificação de emoção [...]; qualquer modificação de emoção leva a um deslocamento da crença [...]; e podemos apostar que qualquer desaparecimento de emoção em uma circunstância socialmente esperada, leva, por fim, a uma modificação das crenças (CHARAUDEAU, 2010, p. 29-30).

Ilustraremos a afirmação do autor, com a qual concordamos, com uma reportagem veiculada⁹ pela emissora brasileira Band News, em maio de 2008, sobre uma tradição indiana.

EXEMPLO (3)

⁸ As subseqüentes referências ao texto farão menção à tradução intitulada “A patemização na televisão como estratégia de autenticidade”, publicada na obra *As emoções no discurso*, vol. II (2010), organizada por Emília Mendes e Ida Lúcia Machado.

⁹ Devido à impossibilidade de se trazer o vídeo da reportagem, utilizaremos um *print* da tela do vídeo, que pode ser assistido na íntegra acessando o link disponibilizado na fonte.



Fonte: Site *UOL Mais* <<http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/india-pais-jogam-bebes-de-torre-em-ritual-para-a-sorte-040268E08993C6>>. Acesso em 02/02/2019.

Primeiramente, atentemo-nos para a chamada escrita da reportagem que diz “Índia: pais jogam bebês de torre em ritual para a sorte”. Em primeiro plano, percebe-se uma tentativa de descrição do ritual indiano sem maiores evidências de juízo de valor acerca da prática por parte dos jornalistas da redação que redigiram o texto do telejornal. Quando inicia sua fala, a apresentadora diz: “Na Índia, imagens de um *ritual perigoso choca o mundo*, pais jogam bebês de torre com quinze metros de altura para as crianças terem sorte”. A chamada falada pela jornalista, no entanto, já apresenta ao telespectador a implicação de um julgamento de valor acerca do ritual, valor este que constitui um saber de crença de uma determinada comunidade, no caso, a comunidade dos brasileiros, para quem o jornal se dirige. Outros textos que se referem à mesma prática, facilmente encontrados em uma rápida busca em sites de pesquisa, a intitulam como “bizarra” e passível de deixar os internautas “de cabelo em pé”.

O que se percebe com isso é que esses textos, tanto o da reportagem quanto os outros textos feitos por brasileiros, compartilham de um valor, uma *doxa*, que julga a prática indiana como “assustadora”, “chocante” e “perigosa”, tendo em vista, por exemplo, a concepção de que bebês são frágeis, e de que, por isso, deve-se ter cuidado com eles, ou, simplesmente, por nos parecer inadmissível a ideia de que se atire qualquer ser humano por uma torre, dado o perigo de morte que essa empreitada pode ocasionar. Esses valores não pertencem ou não são exclusivos da comunidade discursiva dos brasileiros: provavelmente é possível encontrar em outros países reação bastante semelhante, motivo que leva a apresentadora a dizer que as imagens chocaram o mundo.

No entanto, o ritual, na própria Índia, e até em outros países da Ásia, dada a proximidade regional e cultural, por exemplo, possivelmente é encarado como normal e não chega a ser assunto de uma reportagem ou de um texto de curiosidades da internet. Tudo isso

dependerá das crenças compartilhadas por uma determinada comunidade discursiva. Nesse ponto, retomando Charaudeau, poderíamos facilmente dizer que, se a comunidade discursiva dos brasileiros passasse no futuro a reagir normalmente ao ritual indiano, certamente teríamos um caso de modificação de uma crença em nossa comunidade discursiva, e a conseqüente alteração nos modos como esses valores discursivos se inscrevem nos textos.

Por fim, advogando pela inscrição das emoções em uma problemática da representação, Charaudeau (2010) diz que os valores constituem saberes de crenças por meio de imaginários sociodiscursivos, isto é, por meio de um conjunto de representações sociodiscursivas: enunciados que acontecem, circulam em uma dada comunidade social, revelando pontos de vista do sujeito, e se agrupam. Essa ideia, como veremos à frente, de certo modo, será retomada por Micheli (2008a), quando fala que, para despertar uma emoção em seu discurso, o interlocutor deve deixar perceber uma representação discursiva.

Nesse ponto, como analista do discurso, Charaudeau diz que a AD não pode ter como objeto a emoção enquanto realidade manifestada, mas que se pode tentar estudar o processo discursivo das emoções, isto é, tratar a emoção enquanto efeito visado, sem nunca ter garantia efetiva sobre o efeito produzido no alocutário. No entanto, em outro texto, Charaudeau diz que (2015, p. 129, tradução livre de Mônica Cavalcante), “não se pode avaliar a influência dos discursos nas relações sociais, se se considerar apenas o efeito visado, isto é, apenas a intencionalidade do sujeito falante a partir de seu dizer”. Concordaremos com o autor, portanto, quando diz que entre os efeitos visados e produzidos estão os *efeitos possíveis*, que se encontram na negociação interpretativa do texto, e que caberá ao analista proceder no nível dos sentidos possíveis, “de acordo com as hipóteses que ele pode fazer em relação à identidade e ao estatuto dos participantes”¹⁰ (CHARAUDEAU, 2015, p. 129). Desse modo, a mobilização do *pathos* será compreendida, nesta dissertação, como um efeito possível, e não como um efeito visado ou produzido. Além disso, Charaudeau defende, em sua proposta, que a patemização, como categoria de efeito, dependerá de três condições:

- i) Que o discurso produzido se inscreva em um dispositivo comunicativo cujos componentes, a saber: sua finalidade e os lugares que são atribuídos previamente aos parceiros da troca, predisõem ao surgimento de efeitos patêmicos. [...]
- ii) Que o campo temático sobre o qual se apoia o dispositivo comunicativo [...] preveja a existência de um universo de patemização e proponha certa organização das tópicas (imaginários sociodiscursivos) suscetíveis de produzir tal efeito. [...]

¹⁰ No original: “En effet, on ne peut évaluer l’influence des discours dans les relations sociales si l’on s’en tient au seul effet visé, c’est-à-dire à l’intentionnalité supposé du sujet parlant à partir de son dire. [...] selon les hypothèses qu’il peut faire concernant l’identité et le statut de ces partenaires”.

iii) Que no espaço de estratégia deixado disponível pelas restrições do dispositivo comunicativo, a instância de enunciação se valha da mise en scène discursiva com visada patemizante. (CHARAUDEAU, 2010, p. 39-40).

Desse modo, o autor ressalta que qualquer enunciado obedece a condições situacionais (as quais chama de *contrato de comunicação*) e, em parte, conta com a livre iniciativa do sujeito (o que chama de *espaço de estratégia*). Esse posicionamento, como visto no capítulo anterior, é o mesmo adotado e admitido por Ruth Amossy em sua abordagem (AAD), quando reivindica o estudo da argumentação para o seio da AD. Em uma análise discursiva da argumentação, segundo Amossy (2016), não se concebe um sujeito soberano, como propõe a Retórica, mas sim um sujeito que exerce suas vontades dentro das restrições dos quadros sociais e institucionais dos quais deriva sua fala.

Nos estudos desenvolvidos pelo linguista francês Raphaël Micheli, as emoções contêm em si uma dimensão argumentável, passível de observação na materialidade linguística. Essa é a tese principal defendida pelo autor em sua obra *L'émotion argumentée* (2010), fruto de extenso e metódico trabalho desenvolvido acerca do *pathos* nos debates do parlamento francês sobre a abolição da pena de morte. Para o autor, as emoções não são apenas colocadas a serviço da persuasão, como propôs a retórica clássica, isto é, não são um mero recurso no processo argumentativo, elas também se constituem como objeto de um argumento.

Ruth Amossy, em sua interpretação sobre o trabalho de Micheli, diz que não é suficiente “afirmar que o *pathos* é adjuvante que contribui para o processo de persuasão ao afetar o auditório: é preciso também levar em conta o fato de que as emoções, que têm origem em crenças e julgamentos, estão, por sua vez, abertas à argumentação”. (AMOSSY, 2018a, p. 205). Com base, portanto, em crenças e julgamentos, as emoções, nessa perspectiva, passam a ser analisadas dentro da ordem do racional, levando, conseqüentemente, a estudos da imbricação do *logos* e do *pathos*. Desse modo, dá-se fim à dicotomia que valorava as emoções de maneira negativa, falaciosa e irracional.

Essa visão, como veremos à frente, também se assemelha aos pensamentos de Christian Plantin (2010), que vê como indiscernível a relação entre *logos* e *pathos*. É muito importante que tenhamos em vista que *pathos* e *logos* são figuras inseparáveis porque ambas são da ordem do razoável, isto é, do que é considerado plausível em uma argumentação. Além disso, ressaltamos que o *pathos*, em uma visão ampla, não se desvincula da razão, mas não pode ser inteiramente submetido a ela, nem equiparado à noção de *valores*, pois acreditamos que as emoções nem sempre se resumem a valores sociais, nem sempre são racionalmente explicáveis, nem intencionalmente mobilizadas. No entanto, nesta dissertação, optaremos por observar a

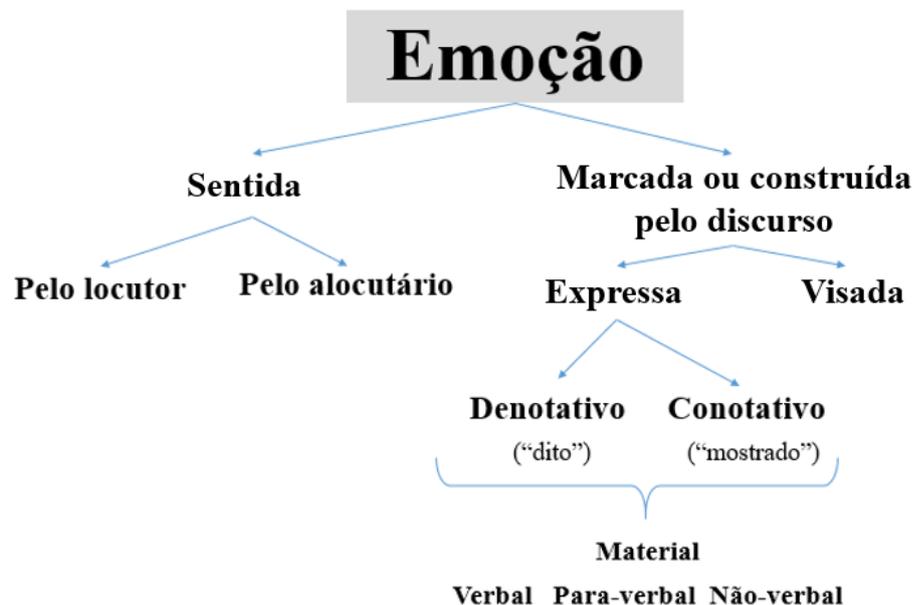
manifestação do *pathos* como uma mobilização estratégica do interlocutor, que pode ser apenas suposta em uma análise como efeito possível.

Ademais, em estudo que antecede a obra *L'émotion argumentée* (2010), Micheli (2008a), ao tratar das pesquisas que buscam relacionar emoção e linguística, diz que estas:

propõem, para esse fim, um conjunto de categorias - como, por exemplo, a de emoção 'expressa' ou emoção 'visada'. Elas também exploram a diversidade de materiais semióticos que os falantes podem investir quando expressam uma emoção e / ou buscam despertá-la no destinatário - nesse aspecto, o material verbal, mas também o paraverbal e não verbal. Finalmente, diferentes níveis de observação são identificados - morfológicos, lexicais, sintáticos - e para cada nível, várias unidades são listadas. (MICHELI, 2008a, p.2, tradução nossa¹¹).

A crítica feita pelo autor acerca dessas pesquisas recai, principalmente, sob a proliferação de categorias, níveis e unidades de análise, fazendo-se necessário, segundo Micheli (2008a), um espírito de síntese e um pensamento crítico, isto é, a tomada de uma série de decisões metodológicas, dado que nem todas as categorias teriam a mesma relevância para uma análise de *corpus* variados. É nesse ponto que o autor nos apresenta o esquema abaixo:

ESQUEMA 2 – Modos de concepção da emoção



Fonte: Micheli (2008a), tradução nossa.

¹¹ No original: “[...] elles proposent, pour ce faire, un ensemble de catégories - comme, par exemple, l’émotion «exprimée» ou l’émotion «visée». Elles explorent également la diversité des matériaux sémiotiques que les locuteurs peuvent investir lorsqu’ils manifestent une émotion et/ou cherchent à la susciter chez l’allocataire - on parle, à ce sujet, du matériau verbal, mais aussi des matériaux para-verbal et non verbal. Enfin, différents niveaux d’observation sont dégagés - morphologique, lexical, syntaxique - et, pour chaque niveau, diverses unités sont énumérées”.

Micheli (2008a) diz que seu estudo não trata da emoção sentida pelo locutor nem daquela causada no alocutário (essa nomenclatura é comum à abordagem interacionista da argumentação e equivale, na retórica, ao orador e ao auditório). Evocando o trabalho de Charaudeau já aqui mencionado, Micheli diz que não há correspondência entre a emoção que o falante sente (*éprouve*) e a emoção que ele expressa. Não é possível também fazer corresponder a emoção visada pelo falante à emoção produzida no auditório.

Com o olhar direcionado à emoção construída no discurso, Micheli a divide em emoção expressa (*exprime*) e visada (*visée*). Quando fala em expressa, o autor, com base em Kerbat-Orecchioni (2000), opõe à emoção sentida, pois é somente a emoção expressa que constitui o lugar apropriado da investigação linguística. Ele a subdivide, ainda, em conotada e denotada – o que diferencia as duas formas é que, quando se fala de emoção conotada, não há nenhum ato de referência ao estado emocional em si. Neste caso, a emoção é mostrada por outros recursos linguísticos. Observemos o exemplo utilizado pelo autor:

- (1) Tenho pena deste homem
- (2) O pobre homem!
- (3) Como eu tenho pena deste pobre homem.

Em (1) temos um exemplo de emoção denotada, pois o locutor, por meio de um ato de referência, tematiza o estado emocional em que ele aparentemente está. Já em (2), temos um exemplo de emoção conotada, pois o locutor, nesse caso, não se refere ao estado emocional, mas o expressa por meio da utilização do adjetivo afetivo “pobre” e da exclamação. O exemplo (3) é utilizado por Micheli para dizer que a emoção denotada e a conotada não são mutuamente excludentes, podendo aparecer juntas em um mesmo enunciado. Essa distinção, para nós, torna-se desnecessária quando se adota o critério analítico da referenciação, como fazemos nesta dissertação, porque, em qualquer dos casos, o referente da comiseração emerge do texto.

Quanto à emoção visada, colocada como uma segunda categoria das emoções construídas pelo discurso, o autor diz que é preciso lembrar que “os oradores não apenas ‘expressam’ emoções, mas também podem suscitar emoções no auditório ou, de uma forma mais abstrata, fundamentar a legitimidade de uma emoção” (MICHELI, 2008a, p. 10, tradução nossa)¹². É em Amossy (2000) que Micheli se baseia para dizer que não se deve confundir o sentimento suscitado no auditório com aquele que é sentido ou expresso pelo sujeito falante, ou

¹² No original: “Il faut maintenant aller plus loin et rappeler que les locuteurs ne se contentent pas d’« exprimer » des émotions, mais peuvent également viser à provoquer des émotions chez leur(s) allocutaire(s) ou, de façon plus abstraite, à fonder la légitimité d’une émotion.”

com aquilo que é designado por um enunciado e que atribui um sentimento a um sujeito humano.

Para Micheli, é ponto comum nos campos da psicologia cognitiva, da sociologia compreensiva e de uma teoria filosófica da racionalidade a hipótese de que “a experiência emocional também implica, e de maneira decisiva, o objetivo de um objeto intencional e um processo de avaliação desse objeto” (MICHELI, 2008a, p.11, tradução nossa)¹³. Isso significa dizer que as emoções derivam em grande parte da avaliação que o sujeito faz de um evento ou de uma situação com a qual ele é confrontado, reforçando a ideia de que a emoção está relacionada às crenças e julgamentos do sujeito sobre esse evento ou situação. Nesse ponto, o autor reflete sobre quais consequências são tiradas sobre essa questão enquanto analista do discurso.

se um falante pretende despertar uma emoção em seu discurso, ele deve, para fazer isso, projetar uma representação discursiva da situação particular ou, mais geralmente, o tipo de situação que, segundo ele, pode - ou mesmo deve - dar origem a essa emoção. Aqui estamos próximos da noção retórica de tópica [...] A representação do evento indutivo é esquemática, na medida em que seleciona um conjunto de traços emocionalmente relevantes: ele é realizado de maneira controlada, de acordo com um conjunto de parâmetros descritivos e avaliativos que chamamos de parâmetros tópicos. Estar interessado em parâmetros tópicos é tentar compreender a lógica que preside a construção discursiva de situações que idealmente devem legitimar uma dada emoção. (MICHELI, 2008^a, p. 11, tradução nossa)¹⁴

Micheli, portanto, assim como Christian Plantin, se alicerça no universo dos *topoi* (de onde se derivam termos como *tópica* e *parâmetro tópico*). Os *topoi*, como discutido anteriormente, são esquemas argumentativos - conjunto de regras que governam a produção de argumentos. Segundo Plantin (2010, p. 71), os *topoi* correspondem, de um modo genérico, a “um sistema de mapeamento do real, de coleta de informação e de tratamento do evento com múltiplas finalidades. Na análise que Plantin faz dos enunciados de emoção nas interações argumentativas, ele estabelece um quadro no qual apresenta os *topoi*, organizados sob a forma interrogativa da retórica clássica, correspondentes a elementos que, segundo ele, ativam a

¹³ No original: “l’expérience émotionnelle implique aussi, et de façon déterminante, la visée d’un objet intentionnel et un processus d’évaluation de cet objet.”

¹⁴ “[...] que si un locuteur vise à susciter une émotion chez son allocataire, il doit, pour ce faire, avancer une représentation discursive de la situation particulière ou, plus généralement, du type de situation qui, selon lui, peut - voire même doit - donner lieu à cette émotion. On est ici proche de la notion rhétorique de topique [...] La représentation de l’événement inducteur est schématique, en ceci qu’elle sélectionne un ensemble de traits émotionnellement pertinents : elle s’effectue de façon réglée, selon un ensemble de paramètres descriptifs et évaluatifs que nous appelons les paramètres topiques. S’intéresser aux paramètres topiques, c’est tenter de saisir la logique qui préside à la construction discursive des situations qui doivent idéalement légitimer une émotion donnée”.

comunicação. Sua proposta, portanto, concatena ideias similares das diversas perspectivas de abordagens da emoção em um quadro único, que chamou de “Tópica das emoções”.

QUADRO 1 – Tópica das emoções (Plantin, 2010, p. 73)

T1: O quê?	Casamento / enterro; façanha / derrota; má ação / boa ação; amigo; inimigo
T2: Quem?	Mulheres, crianças, o Presidente, um mendigo, os notáveis
T3: Como?	Diria que era um campo de batalha
T4: Quando?	No dia de seus 20 anos Morto na guerra em 10 de novembro de 1918
T5: Onde?	O caminhão explode em um camping Assassinato na catedral
T6: Quanto?	A maior catástrofe do transporte aéreo de todos os tempos. Uma explosão incrível.
T7: Por quê?	O acidente foi provocado por um deslizamento de terra / por uma roda-dura bêbado.
T8: Consequências?	A gente fala que nosso franco é forte, mas serão necessários sete francos para ter um único Euro!
T9: Normas?	A pátria está em perigo.
T10: Controle?	Inexoravelmente a
T11: Distância de y?	Estrangeiros. Pessoas como eu e você.
T12: Aprovação?	Genial!

Os *topoi* de 1 a 5 determinam o evento, seus participantes, os esquemas de analogias na produção das emoções, o modo de construção temporal e o lugar no qual o evento se produziu, analisando se este é ou não um lugar emocionalmente marcado, por exemplo. Os *topoi* 6 a 8 marcam a intensidade do evento, sua causa (na qual se observa uma questão de responsabilidade pela situação) e as consequências desse evento. Por fim, os *topoi* 9 a 12 são estabelecidos em relação a um y (interlocutor). No T9, analisa-se a compatibilidade do evento com as normas sociais de y (a relação entre emoção e valores); em T10, analisam-se questões como controle sob o evento por y; em T11, o grau de proximidade ou envolvimento de y com o evento; e em T12, estabelece-se uma avaliação de y acerca da emoção.

Para realizar esse quadro, o autor baseia-se em outros estudos, como os estudos retóricos de Lausberg e Quintiliano, os princípios de inferência emocional propostos por Ungerer (1995), as categorias linguísticas de construção da emoção de Caffi e Janney e também o sistema de facetas teorizado por Scherer.

Sem questionarmos a grande contribuição do estudo de Christian Plantin para a definição de critérios de análise da marcação do *pathos* nos textos, pensamos que essas perguntas que norteiam as tópicos propostas pelo autor não incidem sobre as emoções, apenas

contextualizam a interação, uma vez que se baseiam na estrutura retórica – “quem fez o quê, quando, onde, como, por quê ...”, exceto as tópicas de 9 a 12, que são estabelecidas em relação a um interlocutor, envolvendo a compatibilidade com as normas sociais que ele partilha, o controle que tem sobre o evento, o seu grau de proximidade e a avaliação que faz da emoção.

É certo que uma análise textual do *pathos* deve considerar necessariamente uma análise do contexto, mas julgamos que a proposta dos princípios de inferência emocional de Friedrich Ungerer (1995), além de ser mais metodologicamente operacionalizável e mais relacionável ao uso de estratégias textuais, se apresenta de modo mais evidente como estratégias para o desencadeamento das emoções. É por essa razão que recorreremos a ela para discuti-la e, posteriormente, para propor uma articulação teórica. A seguir, o quadro da proposta do autor.

QUADRO 2 – Princípios da Inferência emocional (Ungerer, 1995 apud Plantin, 2010, p. 67)

PRINCÍPIOS DA INFERÊNCIA EMOCIONAL	DESENCADEADORES LINGÜÍSTICOS
<p>Princípios da relevância emocional - <i>Princípio de proximidade</i>: “nós vs eles”. Foco no que está próximo do leitor. - <i>Princípio de animação</i> (<i>princípio de “vida e morte”</i>). Foco no que é perigo de vida ou geração de vida para a existência humana. - <i>Princípio de classificação e numeração</i> Foco no que concerne a muitas e importantes pessoas.</p>	<p>Dêiticos, termos de uso familiar, afetuosidade, formas de endereçamento.</p> <p>Vocabulário de “calamidades”: homicídio, estupro, assalto, terremoto, vítimas, assassinato, ferimentos.</p> <p>Numerais e outras expressões de quantidade, denominações.</p>
<p>Princípio da avaliação Proporciona avaliações baseadas em normas de sua cultura</p>	<p>Advérbios de comentário, itens lexicais com conotações positivas/negativas.</p>
<p>Princípio da intensidade de apresentação Seja drástico.</p>	<p>Use detalhes vívidos e conexões metafóricas com domínios emocionalmente estabelecidos (Bíblia).</p>
<p>Princípio do conteúdo emocional Menção de aspectos emocionais em eventos específicos.</p>	<p>Termos de emoção descritiva (adjetivos, substantivos e verbos).</p>

No quadro 2, Ungerer analisa as emoções e a linguagem emocionada em jornais de língua inglesa e alemã, buscando identificar desencadeadores de emoção no texto jornalístico. Nesse estudo, cabe salientar, temos uma perspectiva voltada mais às questões linguísticas do que às estritamente retóricas. Para o autor, as emoções são desencadeadas com base em quatro princípios: o *princípio da relevância emocional* (no qual se inserem os princípios de proximidade, da animação e da classificação e numeração), o *princípio de avaliação*, o *princípio da intensidade de apresentação* e o *princípio do conteúdo emocional*. Cada um desses

princípios tem desencadeadores linguísticos mais prototípicos, essencialmente gramaticais, que podem ser observados na segunda coluna.

No que tange ao primeiro bloco de princípios - *os princípios de relevância emocional*, Ungerer os divide em três. No *princípio de proximidade*, o autor se refere à estratégia que visa a aproximar o interlocutor de uma determinada cena comovente. São desencadeadores desse princípio a utilização de dêiticos, pronomes pessoais, advérbios locativos e formas que expressam o tempo presente imediato. No *princípio de animação*, também chamado de *princípio do homocentrismo*, Ungerer diz que, quando se constrói a ideia de algo que gera risco à vida humana, há um impacto emocional maior. Por essa razão, o autor sugere que a utilização de certos vocabulários, que chamou de “vocabulário de calamidades”, como homicídio, estupro, assalto etc., esteja relacionada a esse princípio, tendo em vista que essas “calamidades” são fatores que podem colocar a vida humana em risco. No *princípio de classificação e numeração*, que está muito relacionado ao princípio anterior, focaliza-se na quantidade de pessoas envolvidas em “calamidades”. Para Ungerer (1995, p. 315, tradução nossa¹⁵), “o impacto emocional da morte e calamidade humanas parece ficar mais forte à medida que o número de pessoas envolvidas aumenta”.

Já no *princípio da avaliação*, percebe-se a avaliação de situações de acordo com as normas e valores de uma determinada cultura. É importante ressaltar que, em muitas situações de mobilização do *pathos*, temos uma avaliação implícita por parte do interlocutor. Isso está na base de nossa concepção sobre o *pathos*, já que acreditamos que a mobilização dele muitas vezes se relaciona à avaliação do sujeito frente a um evento ou a uma situação. No entanto, esse princípio se refere a uma avaliação explícita no texto, que pode ser desencadeada por advérbios de comentário e itens lexicais com conotações positivas/negativas.

No *princípio da intensidade de apresentação*, remonta-se à premissa retórica “Seja drástico”, que busca exacerbar os dados emocionantes ou mesmo torná-los emocionantes. Essa estratégia talvez traduza o que mais comumente se concebe como apelo ao *pathos*. É a utilização da linguagem para construir dramaticidade acerca de um determinado dado.

Por fim, no *princípio do conteúdo emocional*, Ungerer se refere aos apelos ao *pathos* que são sugeridos na utilização dos próprios termos da emoção, semelhante ao que Micheli (2010) chama de emoção denotada. É por essa razão que sugere como desencadeador linguístico desse princípio termos de emoção descritiva. Cabe salientar, no entanto, que a

¹⁵ No original: “As far as number is concerned, the emotional impact of human death and calamity seems to get stronger as the number of people involved increases.”

emoção descrita não pode ser entendida como uma estratégia que necessariamente leva o interlocutor a sentir a mesma emoção, isso porque, segundo Ungerer (1995, p. 319, tradução nossa¹⁶) “as emoções descritas também são comparadas com o que armazenamos sobre a adequação dessas emoções”, ou seja, elas dependem, de certo modo, de uma interpretação do contexto de enunciação por parte do interlocutor e, claro, dos valores que ele sustenta.

Como foi possível observar, alguns autores que se dedicaram a uma análise do *pathos*, relacionando-o ao universo dos *topoi*, elegeram predominantemente aspectos lexicais, morfossemânticos e sintáticos como critério analítico. No entanto, para atendermos ao objetivo principal que aqui delineamos – realizar uma análise textual do *pathos* –, propomos nesta dissertação uma sugestão de abordagem teórico-metodológica que busca relacionar o quadro que apresentamos anteriormente, de Ungerer (1995), e os parâmetros textuais que elegemos como critérios de análise, os processos de referenciação e de intertextualidade.

Inicialmente, nossa sugestão é a de que os critérios de Ungerer envolvam também os processos de construção de referentes e não apenas o uso de dados itens lexicais. O item lexical, bem como as expressões nominais e pronominais, por si sós, não poderiam explicar a mobilização do *pathos*, senão apenas quando fossem relacionadas a referentes construídos em interações particulares, tendo em vista o contexto sociocultural em que eles se encontrassem. Além disso, sugerimos que as intertextualidades por copresença e alusão ampla sejam também vistas como desencadeadores de emoção, dado que podem ser evocadas no texto para aludir a determinados contextos emocionalmente marcados.

Além dessa articulação que estamos sugerindo, recorreremos, em nossa análise, a aspectos dóxicos e ao interdiscurso. Já na antiguidade, Aristóteles deu relevância ao que chamou de *endoxa*, uma classe especial de opiniões. Em interpretação da obra *Tópicos*, Silva (2016) ressalta que a *endoxa* são opiniões geralmente aceitas e especiais porque dizem respeito a um conjunto de crenças expressas no qual elas são eleitas e justificadas. Para Plantin (2016):

A palavra *doxa* é modelada em uma palavra do grego antigo, que se refere a *opinião*, *reputação*, o que é dito sobre coisas ou pessoas. A *doxa* corresponde ao *senso comum*, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, difusas, por vezes contraditórias, cuja verdade é incerta, considerada mais frequentemente na formulação de linguagem comum. A palavra compartilha o significado depreciativo de *clichê* ou *lugar comum*. A *doxa* é, às vezes, dado o significado de ‘ideologia’ ou ‘dogma’, especialmente quando é questionada (Amossy, 1991; Nicolas, 2007). (PLANTIN, 2016, p. 221-22, tradução nossa, grifos do autor).¹⁷

¹⁶ No original, “[...] the described emotions are also compared with what we have stored about the appropriateness of these emotions”.

¹⁷ No original: “Le mot *doxa* est calqué sur un mot du grec ancien, où il désigne *l’opinion*, *la réputation*, ce qui se dit des choses ou des gens. La *doxa* correspondra u *sens commun*, c’est-à-dire à un ensemble de représentations

Desse modo, a *doxa*, enquanto “opinião de uma maioria”, está situada no fundamento da verossimilhança, no espaço do plausível. Para Amossy (2018a, p. 112), ela é um espaço de crenças coletivas, nos quais se procura resolver uma diferença ou consolidar um ponto de vista, e entendê-la como o saber compartilhado em uma dada comunidade, em uma dada época, é “conceber os interactantes como tributários das representações coletivas e das evidências que subjazem a seus discursos”.

Nesse ponto, como vimos anteriormente, a autora se contrapõe à visão de distanciamento entre a AD e a Retórica, bem como fez Charaudeau (2010), pois entende que, se há uma intencionalidade do sujeito em seu projeto de dizer, essa intencionalidade estará inevitavelmente condicionada por um conjunto dóxico que atravessa o sujeito sem que este tenha consciência. No entanto, Amossy nos questiona se é possível falar de *uma doxa*, tendo em vista que essa afirmação presumiria a existência de um conjunto homogêneo de crenças e opiniões em um dado lugar e em uma dada época. Sobre esse problema, a autora recorre à inserção da noção de interdiscurso.

Para pôr em relevo e avaliar a função dos elementos dóxicos, esse trabalho marca, assim, a necessidade de perceber o enunciado como dependente de outros discursos a partir dos quais ele se elabora. Pode-se então utilizar, juntamente com a noção de *doxa* que se refere à opinião comum, ao conjunto de crenças e de opiniões que circula na coletividade, as de discurso social ou de interdiscurso. (AMOSSY, 2018a, p. 118)

Maingueneau (2005) chama de *interdiscurso* o conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso particular (quando assim considerado) entra em relação. Amossy (2018a) utiliza o termo para remeter à circulação dos elementos dóxicos em discursos de todos os tipos. Desse modo, a autora reforça a afirmação, com a qual concordamos, de que a argumentação é tributária de um saber comum e de um espaço discursivo. Por isso, para nós, faz-se necessário um olhar atento à extração das camadas dóxicas em uma análise da argumentação, principalmente no intuito de perceber as relações intrínsecas com a mobilização do *pathos*.

Apresentados os principais pontos que perpassam a definição de *pathos* e o modo como é tratado nas abordagens contemporâneas da argumentação, tomaremos determinadas decisões necessárias ancoradas principalmente no fato de nos situarmos, como já dito, na LT. Para nós, o texto, enquanto objeto de investigação, é, segundo Cavalcante (2016, p. 114):

socialement predominantes, floues, parfois contradictoires, dont la vérité est incertaine, considérées le plus souvent dans leur formulation linguistique courante. Le mot partage le sens dépréciatif de *cliché* ou um *lieu commun*. On donne parfois à *doxa* le sens de “idéologie”, ou de “dogme”, particulièrement lorsqu’on veut la remettre en question (Amossy, 1991; Nicolas, 2007).

uma abstração, um enunciado que tem uma unidade negociada e contextualizada de coerência, além de ter início, meio e fim. Essa unidade de sentidos – objeto de análise da LT - é abstraída das relações dialogais e dialógicas e define seus limites, como texto, quando acontece como evento comunicativo único, irrepetível e conclusivo.

Compreendendo o texto como um enunciado com unidade negociada e contextualizada de coerência, contrapomo-nos à noção de texto apenas como materialidade do discurso, dado que a LT, em especial nos estudos desenvolvidos pelo grupo Prottexto, lida com o texto em suas relações pragmáticas e sociocognitivo-discursivas. Situando-nos, portanto, nesse âmbito, interessa a nós, linguistas do texto, segundo Cavalcante (2016), a investigação das estratégias de textualização. Neste sentido, nossa pesquisa, diferentemente do que propuseram os estudos dos autores que apresentamos, não se restringirá à investigação da mobilização do *pathos* por meio das marcas lexicais, morfossemânticas e sintáticas. Acreditamos, tal qual Cavalcante (2016), que os critérios analíticos da LT, como o estudo das etapas de manutenção e progressão dos referentes em redes referenciais do texto e do recurso à intertextualidade, podem contribuir para uma análise da argumentação nos textos, e, de modo particular, para evidenciar a mobilização do *pathos* em textos.

De modo sistemático, partindo do questionamento de como tratar as emoções nos textos, defenderemos que a emoção, como realidade vivenciada por um sujeito, não corresponde a um objeto de investigação linguística. No entanto, quando discursivizada, isto é, manifestada em texto, a emoção pode ser tratada como uma mobilização do *pathos*, tendo em vista que corresponderá a uma estratégia persuasiva que visa a atingir um objetivo. Concebemos estratégia aqui como “um conjunto de ações planejadas e coordenadas por um ator para atingir um objetivo específico” (PLANTIN, 2016, p. 552, tradução nossa), o que implica dizer que mobilização do *pathos* é, principalmente, da ordem do racional, não sendo interpretado meramente como uma pulsão irracional.

É importante ressaltar que, em contraste com a noção de *pathos*, a noção de emoção é necessariamente mais ampla, uma vez que não pode se resumir à tentativa de desencadear emoções com vistas à persuasão. A emoção está sobretudo nas motivações do locutor e do que ele supõe do interlocutor também. É com base nessas motivações que o locutor estrutura seu projeto de dizer, a partir do qual pode mobilizar estrategicamente o *pathos*.

Também é válido salientar que a mobilização do *pathos* está relacionada, na maioria das vezes, à avaliação do sujeito frente a um evento ou a uma situação, o que nos faz afirmar que o *pathos* está intrinsecamente relacionado aos elementos dóxicos e aos *topoîs*. Além disso, defendemos que a mobilização do *pathos* deve ser vista como um efeito possível, passível de análise no nível dos sentidos, de acordo com as hipóteses que o interlocutor pode fazer em

relação à identidade e ao estatuto dos participantes, conforme visto em Charaudeau (2015). Desse modo, retornando ao quadro proposto por Micheli (2010), defenderemos que tanto a *emoção expressa* quanto a *emoção visada* serão tratadas como estratégicas e como efeitos possíveis. Durante nossa análise, portanto, não faremos distinção entre emoções expressas e visadas, como fez Micheli.

No âmbito das modalidades argumentativas postuladas por Amossy, é importante dizer que, assim como a própria argumentação, a mobilização do *pathos* é tributária dos quadros genéricos e sociais, sendo, às vezes, critério definatório de uma modalidade argumentativa (como na modalidade patêmica, na qual o apelo ao *pathos* é imprescindível), e, às vezes, característica possível (como na polêmica). Por fim, afirmamos que essa mobilização da figura patêmica é passível de ser analisada e evidenciada na tessitura textual, por intermédio dos critérios metodológicos da LT, tais como os processos de referenciação e os processos intertextuais, que discutiremos no quinto capítulo desta dissertação.

4 A MODALIDADE ARGUMENTATIVA POLÊMICA

Em tempos de debates calorosos e acirrados, ouve-se falar de discussões, brigas, disputas e, muitas vezes, de polêmicas. A polêmica, que figura em diversas manchetes de notícias, não é mera questão que divide opiniões, e, neste caso, não corresponde à polêmica como interincompreensão de Maingueneau (2005), constitutiva de todo discurso. Ela é, para Amossy (2017), uma modalidade argumentativa, um modo de gerir o desacordo, dado que está apoiada em uma retórica do dissenso, e tem critérios definitórios.

Sabe-se que a deliberação é o objetivo central da retórica, segundo a qual os oradores organizam seus argumentos, em uma verdadeira arte de negociação, visando ao acordo. Por isso, se considerarmos a sistematização em gêneros retóricos, veremos que deles se sobressaem os deliberativos, que buscam um caminho para a decisão, isto é, para um consenso. Todavia, nem toda movimentação argumentativa tem em vista um acordo, nem sempre é possível conduzir uma troca argumentativa a um consenso e, muitas vezes, se instaura o dissenso. Por esse motivo, o trabalho de Amossy visa a “fazer justiça ao lugar de uma retórica do dissenso, isto é, de uma gestão de conflito de opinião sob o modo de dissidência, e não de uma busca de acordo” (AMOSSY, 2017, p. 41). É importante ressaltar, como observou Cavalcante *et al* (2019), que a modalidade polêmica, diferentemente do que se possa imaginar, embora não vise ao acordo, comporta uma troca argumentativa organizada em torno de um arazoado de argumentos, equivalente às regras de raciocínio da retórica.

É pelo reconhecimento do conflitual que Amossy (2017) propõe a definição e a caracterização da polêmica como uma modalidade argumentativa, restringindo-a, antes de tudo, a um debate em torno de uma questão de interesse público. Quando fala em modalidade, Amossy (2008) ressalta que se trata de uma estrutura que determina modos de empreendimento de persuasão. Tais estruturas são atravessadas pelas imposições dos quadros genéricos e do contexto discursivo como um todo, os quais modelam o funcionamento da argumentação. Desse modo, a polêmica constitui-se em uma modalidade na qual há uma “confrontação violenta entre teses antagônicas, duas instâncias em total desacordo tentam obter a convicção [...] do Terceiro que os escuta, atacando as teses adversárias e desacreditando o opositor”. (AMOSSY, 2008, p. 237).

Assim, são estabelecidos três critérios definitórios da modalidade polêmica: a dicotomização de teses, a polarização social e a desqualificação do adversário. Deter-nos-emos nesses critérios de modo mais específico mais à frente, pois, antes, cabe-nos explicitar do que se trata o “Terceiro” de que fala a autora na caracterização da modalidade polêmica. Na

polêmica, assim como nas outras modalidades argumentativas, há uma estrutura actancial em que certos papéis são desenvolvidos pelos interlocutores da troca argumentativa. Essa estrutura na modalidade polêmica, segundo Macedo (2018), é composta por Proponente (aquele que defende uma das teses), Oponente (aquele que se opõe à tese do Proponente e defende a tese oposta) e Terceiro (aquele que assiste ao debate e que ainda não se coloca na disputa). A polêmica é instaurada na tentativa dos Proponentes de persuadir o Terceiro, levando-o a tomar as ideias de um dos grupos, e de desqualificar seus Oponentes.

Acerca dos critérios definitórios da polêmica, iniciemos com a dicotomização de teses. Para a autora, “a oposição dos discursos, na polêmica, é o objeto de uma clara dicotomização na qual duas opções antitéticas se excluem mutuamente” (AMOSSY, 2017, p.53), na medida em que a polêmica se configura como um choque de opiniões antagônicas. É essa dicotomização que torna a busca por um acordo entre as partes um lugar inalcançável.

O segundo critério é a polarização social. Quando falamos em estrutura actancial, falamos não de pessoas, mas de actantes, papéis que são desempenhados na polêmica, numa configuração quase teatral. Essa estrutura entre papéis adversários, para Amossy, “instaura uma operação de polarização, a qual se deve distinguir da dicotomização” (AMOSSY, 2017, p. 56), tendo em vista que a polarização é um fenômeno social. Para tornar mais claro, retomemos a voz dos sociólogos King e Floyd (1971) acerca do fenômeno da polarização:

A polarização pode ser definida como um processo através do qual um público extremamente diversificado se funde em dois ou vários grupos fortemente contrastados e mutuamente excludentes, que partilham uma grande solidariedade relativamente aos valores que o argumentador considera fundamentais (KING; FLOYD, 1971, p. 244 apud AMOSSY, 2017, p. 56).

Isso significa dizer que um grupo, em determinado momento, pode estar configurado com participantes em defesa de uma determinada tese sobre um determinado assunto. No entanto, quando se trata de outra questão, essa configuração não necessariamente será a mesma – tendo em vista a diversificação das pessoas acerca de suas crenças e julgamentos. Além disso, Amossy (2017) diz que a polarização não leva apenas a um movimento de reagrupamento por identificação, ela também marca um trabalho para a consolidação da identidade de um grupo, e isto necessariamente implica em uma desqualificação do adversário, que passa a ser visto como um mal a ser combatido, um inimigo comum. É neste ponto, a nosso ver, que o *pathos* e, por vezes, a violência verbal entram em cena, como elementos amplificadores da polarização e da desqualificação do adversário. No entanto, há de se diferenciar minimamente o *pathos* da violência verbal.

Brito e Oliveira (2018) dizem que não se deve fazer equivaler a emoção à violência verbal. Segundo os autores, havendo violência verbal, há necessariamente a presença da figura do *pathos*, mas o *pathos* por si só não implica, necessariamente, em violência, seja verbal, seja estendida aos outros tipos de violência. Quanto à desqualificação do adversário, mencionada anteriormente como consequência do fenômeno da polarização, esta é o terceiro e último critério definidor da polêmica.

De acordo com Macedo (2018), a emergência de uma polêmica em uma dada circunstância enunciativa, isto é, a atualização de uma questão polêmica, só se dá na relação entre textos, isto é, na intertextualidade. Para Amossy (2017), uma polêmica pode ser atualizada por textos monogeridos ou poligeridos, esta é a diferença que a autora faz entre os termos “discurso polêmico” e “interação polêmica”. Nos textos monogeridos, há uma orquestração de vozes por um mesmo e único locutor, como podemos observar, por exemplo, nas reportagens, sejam estas impressas, sejam televisivas. Já nos textos poligeridos, os textos são produzidos por mais de um locutor, como em uma conversa informal ou em um debate televisivo.

Vejam os exemplos de uma questão polêmica sendo atualizada através de uma reportagem televisiva do Jornal da Band, da qual transcrevemos abaixo parte do que é dito, com um texto monogerido acerca de uma fala do presidente Jair Bolsonaro em sua participação na convenção nacional das assembleias de Deus do Brasil. A reportagem, vale lembrar, é um gênero monogerido, uma vez que o jornalista (ou o jornal), encarnando o papel de locutor, produz a reportagem e reporta a fala/a voz de outros sujeitos.

EXEMPLO (5)



Bolsonaro questiona ausência de um evangélico no STF

Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=ixilxl6tSJA>>. Acesso em: 23/06/19.

Fala do locutor: Na convenção nacional das assembleias de Deus do Brasil, o presidente questionou a ausência de um evangélico no Supremo Tribunal Federal.

Fala de Bolsonaro: “Com todo respeito ao Supremo Tribunal Federal, eu pergunto-lhes: existe algum, entre os onze ministros do Supremo, evangélico, cristão assumido? Não me venha a imprensa dizer que eu quero misturar a justiça com religião, todos nós temos uma religião ou não temos, e respeitamos... um tem que respeitar um ao outro. Será que não tá na hora de termos um ministro do Supremo Tribunal Federal evangélico? [...] O estado é Laico, mas eu sou cristão.

Fala do locutor: A declaração vem cerca de uma semana após o STF ter alcançado maioria a favor de enquadrar a homofobia e a transfobia como crimes de racismo, seis dos onze ministros votaram até agora pela mudança, o julgamento será retomado no dia 13 de junho. Bolsonaro afirmou que o judiciário está fazendo leis, papel exclusivo do congresso.

Fala de Bolsonaro: “Desculpe aqui o Supremo Tribunal Federal, que o respeito, e jamais atacaria o outro poder, mas, pelo que parece, estão legislando”.

Descrição do conteúdo oral do vídeo.

Como anunciado pelo locutor do Jornal, a fala de Bolsonaro, recortada de acordo com os objetivos do próprio Jornal da Band, é uma resposta à decisão do Supremo Tribunal Federal de ter enquadrado a homofobia e a transfobia como crimes de racismo no dia 13 de junho de 2019. Na fala, o presidente, reconhecido por diversas falas públicas de cunho homofóbico, ao questionar a ausência de um evangélico ou cristão no STF, insinua, de algum modo, que a decisão sobre questões polêmicas, como a questão da homofobia e da transfobia, poderiam ser diferentes com a participação de ministros abertamente religiosos. O outro recorte da fala, “O estado é laico, mas eu sou cristão”, reproduz outro discurso do presidente que já foi repetido em outras ocasiões, reforçando que seus valores enquanto cristão devem ser considerados, independentemente da laicidade do Estado. Por fim, Bolsonaro diz que não pretende atacar o outro poder, mas que, “pelo que parece”, entende que STF está “legislando”, função que institucionalmente não cabe ao Judiciário. Desse modo, o presidente, mais uma vez, ainda que indiretamente, descredibiliza a sentença aprovada, não atacando a medida em si, mas criticando algo que, via de regra, seria inconstitucional, segundo a Constituição Federal brasileira, pois, na tripartição dos Poderes, cabe somente ao Legislativo a função de legislar.

Podemos pensar que uma reportagem como esta serve de gatilho para a atualização de uma questão polêmica acerca da questão da homofobia/transfobia no Brasil, que se confirma nos comentários do vídeo, como podemos perceber a seguir, com textos de usuários ora atacando a emissora Band pela reportagem, ao dizer “Band lixo esquerdistas”, quando relaciona a emissora a posicionamentos da política de esquerda, ora atacando evangélicos e pedindo uma pessoa transsexual no STF etc.

EXEMPLO (6)

  5 dias atrás
Evangélico o caralho!! Deveria por um trans no STF!!
👍 2 🗨️ RESPONDER
Ver resposta ▾

  3 semanas atrás
esse cara é tão burro !!!!!
👍 1 🗨️ RESPONDER

  3 semanas atrás
O Bolsonaro cristão? Kkkkk isso é uma piadalele quer enganar quem esse lobo carniceiro encarnado em um jumento acho que ele que voltar a época do: quem com ferro ferido será ferido? Essa declaração agora me assustou! Mas ta valendo- vai lá doa tudo que tu tens não mate mas ninguém taives deus te perdoa de ter falado essa mentira com essa cara de pau! Toma vergonha! Seu crentezinho (velho testamento)
Mostrar menos
👍 2 🗨️ RESPONDER

  3 semanas atrás
Bolsonaro é o Cara 👍👍
👍 4 🗨️ RESPONDER
Ver 3 respostas ▾

  3 semanas atrás
Além de anticonstitucional por querer misturar religião e Estado ainda é preconceituoso por querer apenas cristãos no STF
👍 1 🗨️ RESPONDER
Ver 4 respostas ▾

  3 semanas atrás
Band lixo esquerdistas
👍 🗨️ RESPONDER
Ver resposta ▾

Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=ixilxl6tSJA>>. Acesso em: 23/06/19.

Observando essa pequena parcela dos comentários dos vídeos, já é possível perceber uma polarização dos internautas a partir da dicotomização dos discursos que foi atualizada nos textos do gênero comentário. Alguns são favoráveis à sentença do STF, entendendo como justo o enquadramento da homofobia e da transfobia como crimes de racismo; outros são desfavoráveis à sentença, seja por não reconhecerem a existência concreta de atos homofóbicos e transfóbicos no Brasil, seja por acreditarem que esta medida atrapalha a

liberdade religiosa¹⁸. Além disso, nesse recorte dos comentários também se percebe a desqualificação do outro, terceiro critério de definição da polêmica para Amossy, quando, por exemplo, um usuário ataca Bolsonaro chamando-o de burro. Esse ataque, apesar de retoricamente se constituir como *argumentum ad hominem*, visa, na verdade, a descredibilizar a tese defendida pelo presidente, que se percebe como Oponente da tese de que a homofobia é uma prática frequente no Brasil e que, por isso, deve ser criminalizada. Para Pinto, Cavalcante e Brito (2018), a modalidade polêmica só pode ser considerada “efêmera” e frequentemente esquecida (Amossy, 2017) se analisada em nível textual, uma vez que, discursivamente, os discursos já existem por oposição a outros. O caráter efêmero da modalidade polêmica se relaciona então a esta encenação, isto é, à ação dos atores postos em cena (Proponente, Oponente e Terceiro) em um dado texto.

Tendo em vista os critérios apresentados, a estrutura actancial da modalidade polêmica e o modo como a polêmica se atualiza no espaço público, perguntamo-nos de que maneira Ruth Amossy concebe a figura do *pathos* no âmbito dessa modalidade. A autora, ampliando a noção retórica, entende-a como “um sentimento manifestado com veemência por um locutor profundamente implicado na sua proposta” (AMOSSY, 2017, p. 137), acrescentando esse entendimento à já clássica noção aristotélica de tentativa de suscitar afetos no auditório.

É válido ressaltar que, dentre as modalidades argumentativas pensadas por Ruth Amossy (2008), somente a modalidade patêmica é que tem necessariamente a mobilização do *pathos* como traço definatório e característico. Amossy (2008, p. 233) descreve essa modalidade, privilegiada por gêneros como o apelo à ajuda humanitária e o poema lírico, como uma situação na qual “uma tese e um ponto de vista são apresentados no discurso monogerido ou num diálogo de modo ‘a tocar’ o auditório”.

Devemos ressaltar a distinção que estamos fazendo entre modalidade patêmica e mobilização do *pathos*. Recorre-se ao *pathos* em quaisquer que sejam as modalidades argumentativas (a patêmica é apenas uma delas), com finalidades variadas.

Em uma modalidade pedagógica, “uma instância de locução em posição superior transmite um saber e leva à reflexão um auditório que ocupa o lugar de aprendiz, pelas vias do diálogo ou da troca verbal sob a forma monogerida” (AMOSSY, 2008, p. 234). Imaginemos

¹⁸ Esse argumento foi alvo de diversos artigos de opinião e notícias, como a reportagem do HuffPost Brasil, na qual o senador Fabiano Contarato rebate esse tipo de argumento. Disponível em <https://www.huffpostbrasil.com/entry/fabiano-contarato-criminalizacao-lgbtofobia_br_5d01cbe2e4b0985c4197b34e>. Acesso em: 25/06/19.

uma situação na qual um professor de história, em sua aula, exiba um filme como *O menino do pijama listrado* (2008), do diretor Mark Herman, para discutir com os alunos a Segunda Guerra Mundial e o Regime Nazista e, ao mesmo tempo, sensibilizá-los acerca de um dos maiores genocídios da história, para que se tenha real noção da gravidade desse regime. A mobilização do *pathos*, nesse caso, ao invés de ser apenas uma estratégia para a defesa de uma tese, pode estar a serviço de um ensinamento pedagógico em uma sala de aula.

No entanto, quando pensamos na modalidade polêmica, questionamo-nos se é possível pensá-la desprovida de emoções na medida em que nela encontramos locutores profundamente implicados em suas propostas. Para Amossy (2017), a simples presença da figura do *pathos* não é, de modo algum, suficiente para provar o caráter polêmico do discurso. Micheli afirma que a construção discursiva da emoção é “um traço característico do discurso polêmico, mesmo que esse traço não seja, propriamente falando, definitivo e não possa, sozinho, servir para distinguir a polêmica de outros gêneros semelhantes” (MICHELI, 2010, p. 360). Assim, acreditamos ser prudente sustentar a tese de que a modalidade argumentativa polêmica tem como um de seus traços característicos, mas não definitórios, o apelo ao *pathos*.

5 PARÂMETROS TEXTUAIS PARA UMA ANÁLISE DO *PATHOS*

Nossa pesquisa, na medida em que está situada nos estudos da Linguística Textual, impõe uma necessidade de relembrarmos e estabelecermos o que objetivamos como analistas do texto. Marcuschi diz que a LT trata “dos processos e regularidades gerais e específicos segundo os quais se produz, constitui, compreende e descreve o fenômeno texto” (MARCUSCHI, 2012, p. 17). Sendo o texto o objeto de análise com o qual lidamos, que tem suas unidades de sentido negociadas, a todo momento, entre os interlocutores, convém agora relacioná-lo com a argumentação. Se, para Amossy (2018a), todo discurso é argumentativo, porque toda fala, de certo modo, busca “modificar a orientação dos modos de ver e de sentir” de um público, e se admitirmos, com base em Macedo (2018), que a relação entre texto e discurso é bidirecional e simbiótica, podemos concluir que todo texto tem finalidade persuasiva e, portanto, todo texto, em graus diferentes, é argumentativo. Esse pressuposto não é novo dentro da LT, tendo em vista que, há muito tempo, admite-se a tese de Jean-Michel Adam de que todo texto é argumentativamente orientado, do ponto de vista pragmático ou configuracional (informação verbal)¹⁹.

Se todo texto é argumentativo, é possível, portanto, analisar, através da abordagem teórico-metodológica da LT, a argumentatividade dos textos, e, conseqüentemente, a mobilização do *pathos* em textos, levando em consideração aspectos da tessitura textual. Para tanto, elegemos como critérios a referenciação e a intertextualidade em gêneros discursivos para demonstrar seu funcionamento como estratégias de persuasão. Deter-nos-emos, a seguir, nos conceitos que permeiam essas categorias analíticas e que fundamentam nossa análise.

5.1 O fenômeno da referenciação e os processos referenciais

Há quase três décadas, a referenciação tem sido, sem dúvidas, um dos terrenos mais férteis dos estudos da linguística do texto. Esses estudos buscam, sobretudo, a investigação de como a referenciação auxilia na construção da coerência de um texto. Diversas pesquisas já buscaram relacionar, por exemplo, os processos referenciais à argumentação, dada a complexidade que essa categoria analítica pode oferecer às análises argumentativas. O foco dessas pesquisas incide na investigação de como a disposição dos referentes em um texto, sempre negociada entre interlocutores, revela uma finalidade persuasiva. Essas pesquisas vão

¹⁹ Fala da Prof^ª Dr^ª Mônica Magalhães Cavalcante, no minicurso intitulado Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual, ministrado nos dias 23 e 24 de maio de 2018, na Universidade Estadual do Piauí, no evento Abralín em cena Piauí 2018.

ao encontro da premissa de que “os processos referenciais cumprem uma função eminentemente argumentativa, ou avaliativa” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 111).

No entanto, antes de discutirmos, de modo mais aprofundado, a relação que pensamos ser intrínseca entre esse fenômeno e a argumentação, precisamos, primeiramente, tratar sobre a noção de referenciação na qual nossa dissertação se baseia. Quando falamos em referenciação, referimo-nos ao processo dinâmico, descrito por Lorenza Mondada e Daniele Dubois (2016 [2003], p. 20), que corresponde a “uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo”. Esse modo de conceber a referenciação enquanto processo, que justifica a escolha pelo termo referenciação e não referência, opõe-se à ideia, advinda da Filosofia Antiga, mais representacionista da linguagem, na qual os objetos referenciados em textos seriam uma espécie de “etiqueta” e estariam em correlação fidedigna a uma realidade pré-concebida. Para Mondada e Dubois (2016 [2003]), no entanto, faz-se necessário pensar os referentes não como objetos do mundo, os quais apenas cabe aos sujeitos nomear por intermédio da língua, mas como objetos de discurso. Segundo Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), são três os princípios do fenômeno da referenciação, os quais conferem a essa atividade a dinamicidade que lhe é característica: *a instabilidade do real, a construção negociada e a natureza sociocognitiva e discursiva*.

Partindo da observação de que as categorias para descrever o mundo mudam, Mondada e Dubois (2016 [2003]) constatam que a construção dos objetos de discurso parte de uma *instabilidade do real*, não sendo aqui admitida mais uma compreensão de espelhamento do mundo pela linguagem; ou seja, não se trata de avaliar a adequação de uma etiquetagem, mas de descrever os procedimentos pelos quais os atores sociais referem o mundo, “isso porque a experiência que os sujeitos têm do real sofre obrigatoriamente elaborações e reelaborações cognitivas por parte desses sujeitos, que explicitam essas formulações por meio da linguagem” (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 112). A seguir, dois textos podem nos revelar como uma mesma “realidade” ou, em outras palavras, um mesmo referente pode ser expresso sob diferentes modos.

EXEMPLO (7)

EXEMPLO (8)



Exemplo 5 – Disponível em <<https://images.app.goo.gl/6mKLJVdGDDGenemVA>>. Acesso em 25/09/18.

Exemplo 6 – Disponível em <<https://images.app.goo.gl/w8mUK8boXXhfreQ4A>>. Acesso em 25/09/18.

No exemplo 7, temos um texto bastante divulgado nas mídias digitais, na época das eleições presidenciais de 2018, quando o ex-presidente Lula aparecia em primeiro lugar nas intenções de voto e ainda não havia sido impedido pela Justiça de ser candidato às eleições. O texto, que reproduz um discurso pró-Lula, tendo em vista que constrói uma imagem positiva do ex-presidente, introduz o referente Lula pela imagem²⁰ que está ao fundo, em fotografia do ex-presidente com sorriso no rosto. O referente, no texto verbal, é retomado, inicialmente, pela elipse em “(Eu) sou o filho de nordestino”, que se repete também na segunda oração “(Eu) sou o filho do povo”. A utilização da primeira pessoa do singular no texto verbal, necessariamente dêitica²¹, apresenta-se como uma tentativa de reprodução de uma possível fala de Lula aos possíveis interlocutores. A escolha da dêixis pessoal “Eu” possivelmente traz maior proximidade do próprio referente com os interlocutores, pois Lula, no modo como o texto se constrói, é quem fala, não sendo mencionado na interação estabelecida apenas como uma terceira pessoa, aquela sobre a qual se fala.

O referente, em seguida, é retomado pela expressão “filho de nordestino” não só com o objetivo de apresentar ao interlocutor o lugar de origem do ex-presidente, que nasceu em Pernambuco, filho de pais também pernambucanos, como também - e principalmente - de buscar proximidade com os interlocutores que também são filhos de nordestinos. Assim organizada a evolução do referente, o texto apela a um estereótipo (e, por conseguinte, também à figura do *pathos*), muito difundido na sociedade brasileira, segundo o qual ser filho de nordestino se associa a uma ideia de ter nascido em condições de vida demasiadamente simples

²⁰ A introdução do referente pela imagem é uma linha possível de interpretação, tendo em vista que a imagem, para nós, salta primeiramente aos olhos. Precisamos ressaltar, no entanto, que não se pode ter garantia de que sempre um cotexto imagético antecede a um cotexto verbal na leitura.

²¹ Mais à frente, nesta seção, discutiremos este e outros processos referenciais.

e humilde²². Essas intenções, a nosso ver, visam criar uma aproximação tanto com o eleitorado da região Nordeste, que constitui a segunda maior região de eleitores do Brasil, como também com interlocutores de outras regiões que se coloquem sensíveis ao estereótipo ao qual apela a recategorização do referente. Posteriormente, o referente é retomado pelo sintagma “filho do povo”, que possibilita, por fim, a recategorização de “Lula” para a própria expressão “o povo”. Essas recategorizações, na medida em que apelam praticamente para uma fusão do referente Lula com a própria representação do povo, já que é apresentado como filho do povo, buscam criar maior identificação com a nação como um todo e aludem amplamente a textos esparsos e a relações interdiscursivas. Um desses textos poderia ser, por exemplo, o filme biográfico do ex-presidente, intitulado “Lula – o filho do Brasil”, já que o povo ao qual se refere a expressão referencial “filho do povo” e “o povo” é o povo da nação brasileira. Mas a alusão é possível em diversos outros textos que retratam o ex-presidente com essa mesma identidade, por isso a alusão aqui é ampla.

O exemplo 8 comunga do mesmo contexto de produção do exemplo 7, o das eleições presidenciais de 2018, no entanto, ao contrário do exemplo anterior, o texto reproduz um discurso antipetista, contrário a Lula e ao partido de maneira geral. Se supusermos que imagem de Lula é a responsável pela introdução do referente, assim como no texto anterior, o “carimbo” saliente que se coloca ao lado do rosto do ex-presidente pode ser o primeiro elemento responsável por recategorizá-lo como “Ladrão”, sob a chancela de um certificado da Operação Lava-Jato, como se coloca no texto verbal. O contexto ao qual remete essa recategorização inicial é a condenação do ex-presidente em 7 de abril de 2018 como parte da Operação Lava-Jato, conjunto de investigações sobre corrupção iniciada em 2014, liderada pelo então Juiz Sérgio Moro, hoje ministro da Justiça e da Segurança Pública do governo de Jair Bolsonaro. Em seguida, o referente é tomado nas expressões referenciais “O ladrão” e “o presidiário” no trecho verbal do canto superior direito, que fala da tentativa do ex-presidente de se candidatar à presidência e do julgamento do STF para esse recurso, que, como se sabe, foi negado posteriormente. Não só as retomadas que reforçam a situação atual do ex-presidente – de condenado à prisão – como também a escolha de uma imagem na qual Lula se apresenta com uma feição mais séria reforçam uma visão negativa do ex-presidente, que tenta desvalorizar sua

²² O estereótipo que associa a vida de um nordestino a origens humildes, com pouca condição financeira e miséria, é antigo no país e advém, principalmente, de um histórico de baixo investimento governamental na região nos séculos passados que oportunizou as condições precárias nas quais viveram milhares de nordestinos, principalmente em período de seca, em que morreram centenas de pessoas. Esse estereótipo pode ser verificado, por exemplo, em manifestações artístico-literárias, como nas obras do Regionalismo de 1930, com autores como Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Jorge Amado, e nos cordéis.

imagem e apresentar aos interlocutores a ideia de que um “presidiário” quer se candidatar à presidência. Vale frisar que essa despersonalização da figura de Lula, que, nos textos verbais de maior destaque, só é retomada pelas expressões “ladrão” e “presidiário”, manifesta-se como uma estratégia de igualar Lula a qualquer outro condenado por qualquer crime, de modo que a ele não seja, por exemplo, cedido qualquer privilégio, como o direito de se candidatar em uma eleição. O ataque verbal via expressões referenciais também induz as pessoas a não confirmarem no texto um *ethos* prévio do ex-presidente no qual, por exemplo, em seus dois mandatos, foi avaliado com um dos maiores índices de aprovação da história.

Como se pôde perceber na análise desses exemplos, esses dois modos quase opostos de conceber uma mesma realidade corroboram a ideia de que o ato de referenciar, isto é, de (re)construir objetos de discurso, está submetido à percepção dos sujeitos e a crenças e valores que estes sustentam. Desse modo, a referenciação, de forma simplificada, poderia ser definida como “a construção e a reconstrução de objetos de discurso (os referentes), os quais não devem ser confundidos com a realidade extralinguística, uma vez que o entendimento é de que esses referentes (re)constroem a realidade no processo de interação” (CAVALCANTE *et al.*, 2017, p. 94). É esse processo de construção e reconstrução da realidade que dá à referenciação seu caráter dinâmico, pois, como pudemos observar nos exemplos acima, as entidades que são construídas ao longo da interação sofrem modificações, devido ao caráter naturalmente recategorizador das anáforas, como vemos em Cavalcante e Brito (2016). Essas alterações desempenham funções específicas nas etapas da elaboração referencial, pois ora realizam acréscimos, correções, ora somente efetuam confirmações, como salientou Custódio Filho (2011).

Diz-se, também, que o ato de referenciar constitui-se como uma *construção negociada* entre sujeitos. Ora, se a (re)construção de objetos de discurso se pauta por uma instabilidade do real, podemos afirmar que é somente na interação entre sujeitos (por isso a opção pela terminologia interlocutores, por exemplo) em cada texto que ocorre a produção de sentido. Para Cavalcante (2011, p. 119), os referentes instaurados em um texto, independentemente de estarem ou não associados à menção de expressões referenciais, “estão respaldados por um contrato tácito de coparticipação do destinatário, que aceita responder em alguma medida à atividade que lhe é solicitada”. Essa coparticipação, ou negociação na construção de sentidos, não necessariamente é levada a um acordo entre os interlocutores, mas faz, ainda assim, que trabalhem juntos na construção dos sentidos. Vejamos o exemplo a seguir que serve de ilustração:

EXEMPLO (9)



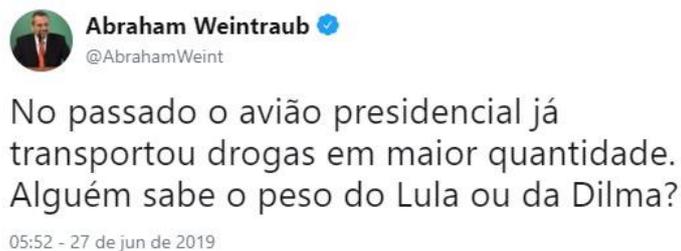
Fonte: <<https://pt.dopl3r.com/memes/87202/>>. Acesso em 03/10/2019.

Na tirinha acima, dois personagens que namoram conversam sobre o que seria a chave para um bom relacionamento, isto é, que fator se colocaria como preponderante para a manutenção de um relacionamento saudável. Enquanto para a mulher o relacionamento tem o compromisso como aspecto principal, para o homem não haver competição parece ser mais importante. Percebe-se que o terceiro e quarto quadrinhos da tirinha mostram um engajamento dos interlocutores em assumirem que seus pontos de vistas não são iguais e que cada um tem sua concepção sobre o que é primordial para a manutenção de um relacionamento saudável, fazendo com que ambos concordem em discordar um do outro. O último quadrinho da tira, responsável pela quebra de expectativa que gera o seu aspecto humorístico, reforça o posicionamento da mulher na discordância da opinião de seu parceiro, quando ela pensa “Ganhei”, o que poderia representar que a opinião dele sobre a chave de um bom relacionamento já seria uma resposta a atitudes competitivas da parceira anteriormente.

É importante perceber que a negociação entre os sujeitos é condição para qualquer interação, não somente para as interações face a face (como se reproduz na tirinha), pois, nos textos de interação assíncrona, por exemplo, a negociação se efetiva por meio da projeção das atitudes dos possíveis interlocutores, de modo que o locutor lance mão de estratégias para que o seu texto seja considerado pertinente e coerente pelos interlocutores. Para Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 38), “o trabalho de construção dos referentes é uma atividade partilhada [...], não se trata de construir versões da realidade ao bel-prazer do locutor, mas, sim, de submeter a versão à aceitação de outros participantes da interlocução”.

Sabendo que a referenciação é uma atividade dinâmica de (re)elaboração do real que se dá mediante negociação entre interlocutores, é relevante dizer também que a referenciação resulta de um trabalho sociocognitivo, mas não somente, pois estudos mais recentes do fenômeno têm aliado à dimensão sociocognitiva uma dimensão discursiva, não só dos processos de referenciação, mas da coerência, isto é, da unidade de sentido de um texto. De acordo com Cavalcante *et al* (2017), “os participantes do evento comunicativo onde emerge o texto são atores sociais que gerenciam juntos os sentidos e as referências, ao mesmo tempo em que são afetados por eles no momento histórico de que participam”. Vejamos um exemplo no *tweet* a seguir:

EXEMPLO (10)



Fonte: <<https://twitter.com/AbrahamWeint/status/1144181701536550912>>. Acesso em 04/10/2019.

No *tweet* percebe-se, na superfície cotextual, a imagem e nome de Abraham Weintraub, o código de verificação de conta oficial (em azul), seu nome de usuário “@AbrahamWeint”, o texto do próprio *tweet* “No passado o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?” e o horário e data da publicação “05:25 – 27 de jun de 2019”. Para compreensão do texto, faz-se necessário, inicialmente, o reconhecimento de Abraham como o atual Ministro da Educação do governo

Jair Bolsonaro, papel social que atualmente desempenha, e o ambiente em que o texto emerge – a rede social Twitter, no perfil oficial do ministro.

O enquadre sócio-histórico de produção e recepção desse texto é o fato noticiado de um militar da Aeronáutica que estava como tripulante do voo que transportava a equipe de comitiva do presidente Jair Bolsonaro à Espanha ser suspeito de traficar drogas. Esse contexto ampara a alusão desencadeada pelos referentes da frase “o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade”, insinuando que o caso do transporte de 39kg de cocaína em avião presidencial, que chocou a imprensa brasileira, não era inédito. A frase que vem em seguida, “Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?”, só é compreendida como uma piada irônica pela recategorização metafórica dos referentes Lula e Dilma, ex-presidentes do Brasil, os quais também utilizaram o avião federal, como drogas “mais pesadas” que as transportadas pelo avião nesse caso polêmico.

Fatores discursivos que respaldam essa interpretação, por exemplo, são o fato de o ministro ser um opositor extremo aos governos petistas e ao próprio partido, agindo, por vezes, de maneira ofensiva, como ocorrido em outras situações de fala de Abraham, o que explicita seu posicionamento ideológico. O *tweet*, posteriormente, teve uma recepção e repercussão bastante negativa, inclusive de pessoas que também se colocam contrárias aos governos petistas, uma vez que foi questionado pelas pessoas o ataque que ridicularizava não o governo de ambos, mas o peso dos ex-presidentes, não sendo esta uma postura esperada para uma pessoa que representa o país em um cargo institucional. Desse modo, percebemos que são múltiplos os fatores que confluem para a construção de sentidos no fenômeno da referenciação, muito além do que emerge na superfície linguística.

Uma vez apresentados os princípios do fenômeno da referenciação, é importante que ressaltemos que, para Cavalcante (2011), há duas formas de tratamento para esse fenômeno. Essas perspectivas, cabe salientar, não se excluem, mas sim se complementam, na medida em que a segunda é um alargamento da amplitude da primeira. Na primeira tendência, seguida pela grande maioria dos pesquisadores, segundo a autora, o foco de análise incide sobre os usos referenciais, isto é, sobre as expressões referenciais. Para Macedo (2018), os trabalhos concernentes à primeira tendência:

foram de extrema importância para o enriquecimento teórico e analítico dos processos referenciais (introdução referencial, anáfora direta, anáfora indireta, encapsulamento, recategorização e dêixis) e de suas funções, permitindo a realização de mais um passo em direção ao refinamento do tema pelos estudos da segunda tendência. (MACEDO, 2018, p. 173).

Na segunda tendência, por outro lado, busca-se compreender como variados elementos que participam da construção de sentidos do texto (a tessitura textual, o aparato cognitivo, os aspectos sociodiscursivos e circunstanciais) são acionados para a construção de referentes. É nessa tendência, fortemente seguida por boa parte das pesquisas do grupo Protexito, que nosso trabalho está situado, tendo em vista que a análise da construção e da manutenção dos referentes que será desenvolvida ao fim desta seção operará admitindo a imbricação das propriedades semântico-lexicais e dos aspectos sociocognitivo-discursivos no ato de referenciar, o que significa dizer que a construção de sentidos pelo processo de referenciação é uma dinâmica muito mais ampla, que não se limita, exclusivamente, ao universo das expressões referenciais.

Situando-nos na segunda tendência, é coerente que adotemos também, em nossa análise, a noção de redes referenciais, sugerida por Matos (2018), em substituição à ideia de cadeias referenciais, tendo em vista que, por vezes, tanto a denominação quanto a noção de cadeias estão atreladas a visões mais restritas do fenômeno da referenciação. De acordo com Matos (2018, p. 93), as redes referenciais consistem em:

entrelaçamentos de sentidos na construção dos referentes, os quais mantêm uma diversidade de relações entre si e que se adaptam, funcionalmente, aos modos de constituição dos textos. Dessa forma, tais redes são formadas por nódulos ativados pelo contexto, estabelecendo uma série de associações de várias naturezas, funcionando como links, ou modos de conexões entre os referentes, os quais são todos interligados na construção e manutenção da coerência. Neste mesmo pensamento, as recategorizações que atuam nessas redes são avalizadas não apenas por tipos pontuais e restritos a certas unidades linguísticas, mas também por uma infinidade de indícios contextuais, resultantes de uma visão sociocognitiva sobre os processos de referência.

Essa concepção permite, a nosso ver, uma análise ampliada do fenômeno de modo que o analista não se restrinja apenas a uma análise das expressões referenciais, uma vez que a construção de referentes também se constitui de aspectos de natureza sociocognitiva e discursiva, ou seja, de diversos fatores contextuais. São essas negociações feitas na implicitude que, em muitos casos, até mesmo dispensam a explicitação da nomeação das entidades na superfície cotextual.

Compreendida a noção de redes referenciais, deter-nos-emos, a seguir, na descrição dos processos referenciais. Segundo Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), existem três grandes processos referenciais: o de introdução referencial, quando os objetos de discurso se apresentam no texto pela primeira vez; o de anáfora, quando esses objetos são retomados e progridem no texto, e o de dêixis, que correspondem a tipos de introduções e anáforas compreendidas apenas com as coordenadas do locutor. Quando falamos em anáfora, faz-se necessário lembrar a afirmação de Cavalcante e Brito (2016), com a qual concordamos, acerca

de seu caráter naturalmente recategorizador. As autoras, em avaliação do quadro proposto por Custódio Filho (2011) acerca dos processos de reelaboração referencial, consideram que

o referente pode sofrer transformações, chamadas de recategorizações, ancoradas em diferentes pistas formais que revelam como o texto o apresenta e como ele poderá ser reconstruído pelo interlocutor. A recategorização é algo tão inerente ao processo referencial que acontece o tempo inteiro, e as expressões referenciais apenas colaboram entre si e com outras âncoras formalizadas no cotexto para a necessária tentativa de estabilização das anáforas, em estratégias cruciais para a construção de uma unidade de coerência textual. (CAVALCANTE; BRITO, 2016, p. 132).

Além disso, os processos de referenciação, quer sejam de introdução referencial, quer sejam de retomadas anafóricas, podem dar pistas da orientação argumentativa desenvolvida em um texto. Essa afirmação não é nova nos estudos do fenômeno: Koch (2005) já afirmava que uma das funções textual-discursivas dos processos referenciais é a de inscrever nos enunciados orientações argumentativas, conforme aos propósitos do produtor do texto. Essa mesma afirmação é endossada por Cavalcante *et al* (2017, p. 97) quando dizem que cada locutor elege “diferentes maneiras de introduzir os referentes no texto que está produzindo e, desse modo, vai orientando o interlocutor sobre como espera que ele interprete os objetos do discurso”, ou seja, o modo como o locutor dispõe no texto os referentes pode revelar uma determinada orientação argumentativa e, de modo particular, uma tentativa de mobilização do *pathos*.

Atentemos para o seguinte exemplo:

EXEMPLO (11)



No exemplo 11, temos mais uma charge, sendo esta do chargista Cláudio Mor, que produz conteúdo para o Jornal Folha de São Paulo, e publicada em janeiro de 2019. Apesar de produzir charges para o jornal, esta, em particular, foi publicada somente em seu blog pessoal, o que nos reforça a ideia de maior liberdade à criação do chargista, dado que não estará cerceado por possíveis restrições advindas do editorial que comanda os jornais²³.

Se supusermos, mais uma vez, que a imagem salta primeiro à vista dos leitores, temos a introdução referencial de uma figura feminina que segura uma bíblia nas mãos. As feições do rosto pela criação do chargista podem já revelar que se trata de Damares Alves, atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro. O reconhecimento do referente pode ser acionado também por meio do texto verbal dos balões de fala, com a citação de frases ditas pela ministra em situações que geraram polêmica nas mídias, principalmente a frase do segundo balão, remetendo à fala do vídeo que viralizou na internet no qual a Ministra diz que estamos em uma nova era no Brasil em que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”. Os referentes rosa e azul, atribuídos respectivamente a meninas e a meninos, remetem a um estereótipo comum na sociedade em que a cor azul é relacionada ao universo masculino e a cor rosa ao feminino. Esse estereótipo se reflete, muitas vezes, na escolha de roupas de bebês, temas de aniversário de crianças etc., e sua subversão pode ser considerada uma subversão dos estereótipos existentes para cada gênero. Na charge, a cada fala da ministra, o referente vai sendo recategorizado, ganhando uma aparência cada vez mais “animalesca”, próxima à feição de um macaco, dando uma ideia de uma evolução às avessas. A charge, pelo próprio título que recebeu – Teoria da Involução –, parodia o nome “teoria da evolução” e faz uma alusão intertextual às clássicas imagens, presentes em livros de biologia e história, sobre a teoria da evolução humana.

No entanto, no lugar de uma evolução, temos uma “involução”, isto é, movimento regressivo, um processo de regredir. O jogo de sentidos e de referentes propostos pela charge fica completo quando se percebe que, a cada frase dita, temos um processo de involução, ou seja, as frases, que reproduzem um viés conservador, pois são muito comuns a discursos conservadores, fazem regredir os avanços da humanidade, como as conquistas adquiridas por movimentos feministas, o reconhecimento das noções de gênero e identidade e até as

²³ Recentemente o cartunista Alexandre Beck, criador do personagem Armandinho, teve seu contrato com um jornal de Santa Catarina suspenso após ter publicado uma tirinha que incomodou a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. O próprio cartunista, em entrevistas posteriores, chegou a dizer “Os jornais impressos têm um público, no geral, muito conservador. [...] Tem tira que eu publico na internet, por exemplo na página do Armandinho, mas não mando para os jornais.” (Fonte: <https://www.gamalivre.com.br/2019/02/tentaram-calar-o-pai-do-armandinho.html>).

descobertas de cientistas, como a própria teoria da evolução, de Charles Darwin, em contraponto ao mito do criacionismo bíblico. O modo como o referente evolui no texto implica um posicionamento de um locutor e, conseqüentemente, a defesa de uma tese que fica implícita: a de que o conservadorismo é um retrocesso no desenvolvimento e na evolução do ser humano, uma involução. Assim, concordamos com Ciulla e Matos (2016), quando defendem que as recategorizações também contribuem para o empreendimento persuasivo de um texto, pois revelam a orientação argumentativa pretendida pelo sujeito em seu projeto de dizer.

Se os processos referenciais, de um modo geral, revelam orientações argumentativas, podemos supor que tanto o modo como o referente é introduzido no texto quanto as suas retomadas anafóricas (recategorizadoras) e as focalizações dêiticas evidenciam certas disposições do locutor para mobilizar no texto a figura patêmica. Ora, se acreditamos que a emoção é indiscernível da razão, como nos faz crer Plantin (2008) quando nos diz que é impossível construir um ponto de vista sem a ele associar um afeto, e se entendemos as emoções, tal qual Charaudeau (2010), como originadas de um comportamento, na medida em que se manifestam por meio das disposições de um sujeito, podemos crer também que é possível, através de uma análise das etapas de manutenção e progressão dos referentes em redes referenciais do texto, evidenciar a mobilização do *pathos* enquanto estratégia persuasiva.

5.2 O fenômeno da intertextualidade e os processos intertextuais

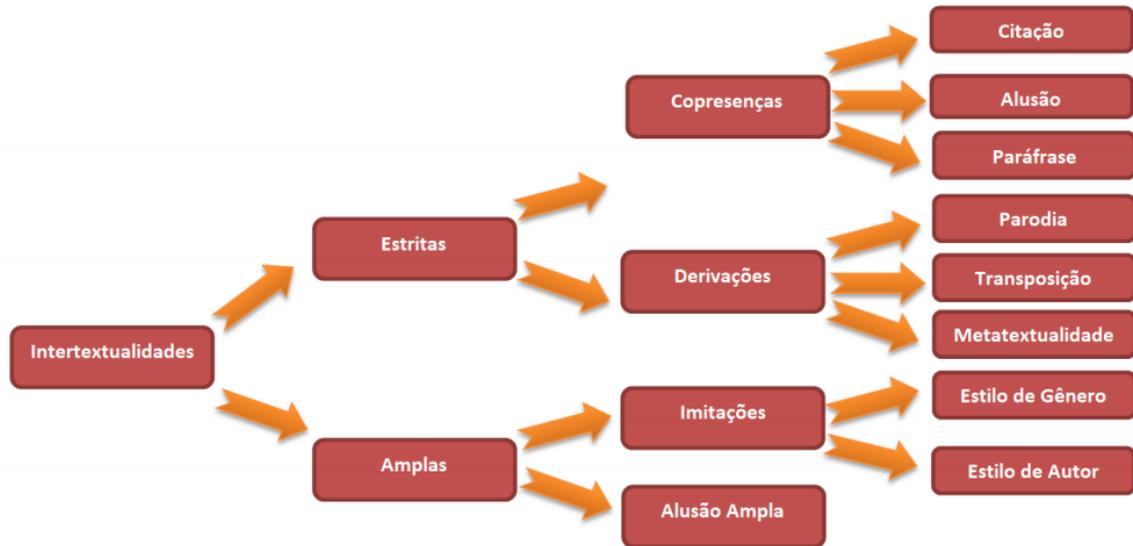
Sabe-se, dada a importância desse pressuposto nos estudos linguísticos, que todo texto mantém relação com outro(s) texto(s). Essa premissa advém do princípio do dialogismo, instaurado pelo círculo de Bakhtin, quando diz que:

Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. (BAKHTIN, 2004, p. 101).

Isto significa dizer que o dialogismo é constitutivo da linguagem e está subjacente a todo texto. É dentro desse princípio que se encontra a intertextualidade, fenômeno cunhado mais tarde por Julia Kristeva (1974, p. 64) quando defendeu, apoiada no pressuposto bakhtiniano, que “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto”. No entanto, não é essa noção constitutiva de intertextualidade com a qual trabalhamos. Com intuito de tornar o fenômeno operacionalizável, de modo que seja possível evidenciá-lo nas marcas tangíveis deixadas no cotexto (materialidade estritamente linguística de um texto), conceberemos aqui intertextualidade, conforme Carvalho (2018), como a relação entre textos, gêneros e estilos, que se subdivide em duas formas distintas

(estrita e ampla) e não excludentes, isto é, admitindo-se que, em um mesmo texto, possam coexistir intertextualidades estrita e ampla. No quadro a seguir, observa-se uma representação dos processos intertextuais conforme classificação de Carvalho (2018), na qual nos baseamos:

ESQUEMA 3 – Classificação dos processos intertextuais



Fonte: Carvalho (2018, p. 110)

Chamaremos de intertextualidades estritas aquelas nas quais se pode verificar o diálogo entre textos específicos, podendo estas ocorrerem por copresença, isto é, a inserção efetiva de um texto em outro, ou por derivação, a transformação de um texto específico ou de partes dele em outro texto. As intertextualidades que aqui chamamos de estritas são, para muitos autores, as únicas formas do fenômeno da intertextualidade, à medida que não admitem a noção de intertextualidade ampla, pois a equivalem ao próprio fenômeno do dialogismo. Todavia, cremos, com base em Carvalho (2018), na necessidade de:

ampliar o escopo do conceito de intertextualidade, tornando-o bem mais produtivo e operacionalizável, na medida em que possa recobrir, senão todas, pelo menos muito mais ocorrências do fenômeno, incluindo os casos em que um texto retoma de outro(s) não sua materialidade, mas seu(s) parâmetro(s) de forma e/ou de estilo ou, ainda, alude a um conjunto de textos ou a uma situação partilhada coletivamente em uma dada cultura. (CARVALHO, 2018, p.13)

A reivindicação de Carvalho (2018) incide principalmente sobre a necessidade de inclusão das intertextualidades amplas como fenômeno intertextual tangível no cotexto, enquanto unidade de análise, ainda que não seja possível identificar o diálogo com um único texto, mas sim com um conjunto de textos ou com uma situação partilhada coletivamente em uma cultura. Para Cavalcante, Faria e Carvalho (2018, p. 12), esse diálogo acontece “por

mecanismos de alusão a traços de composição de gênero, de estilo de autor ou de tema de textos”.

Antes que exemplifiquemos e detalhemos a proposta de Carvalho acerca das intertextualidades amplas, definiremos, inicialmente e particularmente, as intertextualidades estritas por copresença, que serão essenciais para a análise do *corpus* desta dissertação. As intertextualidades por copresenças, como já dissemos, é a presença efetiva de um texto em outro texto, elas se subdividem em três fenômenos: citação, paráfrase e alusão. A citação é, segundo Carvalho (2018, p. 85), a ocorrência intertextual geralmente mais literal e explícita, sendo marcada, por vezes, com auxílio de elementos como “verbo *dicendi*, dois pontos, aspas, itálico, recuo de margem, fonte reduzida”. É válido salientar, no entanto, que nem toda citação ocorre aliada a marcas tipográficas, uma vez que sua principal característica é o caráter literal e que determinados elementos, por serem amplamente conhecidos em dada cultura, permitem a recuperação do intertexto. Em nossa análise, será possível observar, por exemplo, menções literais a passagens bíblicas sem a marcação tipográfica. Um exemplo de citação pode ser observado a seguir no excerto da canção “AmarElo”, do rapper paulistano Emicida:

EXEMPLO (12)

AmarElo – Emicida, Pablo Vittar e Majurr

Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte
 Porque apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte
 E tenho comigo pensado: Deus é brasileiro e anda do meu lado
 E assim já não posso sofrer no ano passado
 Tenho sangrado demais
 Tenho chorado pra cachorro
 Ano passado eu morri
 Mas esse ano eu não morro
 Tenho sangrado demais
 Tenho chorado pra cachorro
 Ano passado eu morri
 Mas esse ano eu não morro
 Ano passado eu morri
 Mas esse ano eu não morro
 Ano passado eu morri
 Mas esse ano eu não morro
 Eu sonho mais alto que drones
 Combustível do meu tipo? A fome
 Pra arregaçar com/o um ciclone (entendeu?)
 Pra que amanhã não seja só um ontem com um novo nome
 O abutre ronda, ansioso pela queda (sem sorte)

Findo mágoa, mano, sou mais que essa merda (bem mais)
 Corpo, mente, alma, um, tipo Ayurveda
 Estilo água, eu corro no meio das pedra
 Na trama tudo, os drama turvo, eu sou um dramaturgo
 Conclama a se afastar da lama enquanto inflama o mundo
 Sem melodrama, busco grana, isso é hosana em curso
 Capulanas, catanas, buscar nirvana é o recurso
 É um mundo cão pra nós, perder não é opção, certo?
 De onde o vento faz a curva, brota o papo reto
 Num deixo quieto, não tem como deixar quieto
 A meta é deixar sem chão quem riu de nós sem teto (vai!)

Tenho sangrado demais
 Tenho chorado pra cachorro (eu preciso cuidar de mim)
 Ano passado eu morri
 Mas esse ano eu não morro (esse ano eu não morro)
 Tenho sangrado demais (demais)
 Tenho chorado pra cachorro
 Ano passado eu morri
 Mas esse ano eu não morro (Belchior tinha razão)
 Ano passado eu morri
 Mas esse ano eu não morro

[...]

Fonte: <<https://www.letras.mus.br/emicida/amarelo-feat-majur-e-pablo-vittar>>. Acesso em 09/10/19.

A letra da canção do rapper traz, na introdução e no refrão, uma citação de outra canção - “Sujeito de Sorte”, do cantor cearense Belchior. Embora na letra a citação de “Sujeito

de Sorte” não esteja marcada por elementos gráficos, como aspas, no áudio da canção se reproduz, na introdução, a voz de Belchior cantando o trecho citado; no refrão, é o próprio rapper, juntamente às cantoras Pablllo Vitar e Majur, que cantam o trecho citado. A opção dos compositores de fazer uma intertextualidade à canção de Belchior pode ser justificada pela relação do texto citado com o tema da canção “AmarElo” – que trata de depressão e superação, o que se encaixa plenamente no verso “Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”.

Já na paráfrase, diferentemente da citação, há uma repetição reformulada de um fragmento textual sem que se verifiquem desvios de conteúdo. Esse tipo de processo intertextual se observa com frequência em textos acadêmicos, principalmente em resumos, nos quais os acadêmicos precisam dizer, com suas próprias palavras, as ideias de um determinado autor, por exemplo. Esse fenômeno, por vezes, é encontrado como uma intertextualidade por derivação, como pode ser observado em Koch, Bentes e Cavalcante (2007, p. 167), as quais caracterizam o fenômeno como “uma repetição de outro texto, com objetivo de esclarecê-lo, com a utilização de palavras próprias do autor do texto atual”. No entanto, assumiremos, de acordo com a proposta de Carvalho (2018, p. 91), que “a paráfrase, em termos formais e, para fins de classificação, seja situada entre as relações de copresença e entendida como a reformulação de uma porção de um texto-fonte”. Vejamos um exemplo desse fenômeno:

EXEMPLO (13)

Aqui é necessário exaurir didaticamente esses dois elementos que se polarizam a ponto de podermos dizer que mais do que paródia e paráfrase estamos diante de dois eixos: um eixo parafrásico e um eixo parodístico. [...] Em contraposição, se poderia dizer que a paráfrase, repousando sobre o idêntico e o semelhante, pouco faz evoluir a linguagem. [...]. (SANT’ANNA, A. Paródia, paráfrase e cia. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 28-29.)

O autor propõe que se fale não de paráfrase e de paródia, mas de eixo parafrástico e eixo parodístico. O eixo parafrástico se colocaria ao lado do idêntico, não traria novidades à língua [...] (KOCH, I.; BENTES, A.C.; CAVALCANTE, M. Intertextualidades: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007. p. 20)

Fonte: Carvalho (2018, p. 91)

Por fim, o último fenômeno de intertextualidade estrita por copresença é a alusão. Esse tipo de relação intertextual se configura por menções indiretas a outro texto. É uma forma menos literal e menos marcada, o que exige do interlocutor maior percepção para que se estabeleça as (re)construções de sentido. Observemos a charge a seguir:

EXEMPLO (14)

Fonte: Jornal Folha de SP. Disponível em <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1643441166070133-charges-setembro-2019>>. Acesso em 13/10/19.

A charge, publicada no Jornal Folha de SP, do chargista João Montanaro, apresenta como cotextos imagéticos a figura de uma mulher e de um homem que está com uma faca em movimento de apunhalar um urso com o rosto de outra pessoa, que já está furado, com machado na cabeça e com flechas no corpo. Pelo desenho e pela semelhança com os traços físicos, pode-se imediatamente recuperar o referente de Rodrigo Janot, ex-Procurador Geral da República, confirmado pelo vocativo na fala da mulher, e de Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal, em um desenho em uma folha de papel na cabeça do urso.

A ativação desses dois referentes é suficiente para captar a alusão feita pela charge à declaração de Janot que causou polêmica em todo o Brasil, na qual disse à imprensa que entrou, em 2017, armado no STF disposto a matar o ministro Gilmar Mendes. A frase da mulher na charge, que provavelmente remete à mulher de Janot, “Trouxe trabalho pra casa de novo, Rodrigo?”, faz um jogo de linguagem pois, ao passo que remete a uma frase comum ao discurso de esposas, que, muitas vezes, questionam o prolongamento do turno de trabalho dos maridos em casa, opera com a duplicidade do referente “trabalho”, que, por ser associado a um termo comum a religiões africanas, também pode remeter ao estereótipo que a sociedade comumente tem da prática do vodu, tendo em vista o urso com flechas simbolizando os comuns bonecos sendo espetados por agulhas com os quais pessoas fazem magia ruins contra quem está

representado no boneco. É a alusão feita na charge, com teor humorístico e crítico, que garante a construção do sentido proposta pelo chargista.

Diferentemente desse tipo de alusão, a qual remete a um texto específico, Carvalho (2018) em sua tese considerou uma noção que chamou de alusão ampla, que se estabelece, ao lado das imitações, como intertextualidades amplas. São consideradas alusões amplas as intertextualidades não a um texto específico, mas a um conjunto de textos ou a uma situação partilhada em uma cultura que se manifesta em textos diversos. Conforme Carvalho (2018),

o estatuto intertextual depende do aparato sociocognitivo, construído pela relação indissociável entre o conhecer e as experiências culturais. Mas nossa perspectiva é que há casos – como os que apresentamos – que, por retomarem fatos pontuais e/ou eventos marcantes e amplamente difundidos, marcam cotextualmente (pela repetição de objetos de discurso, de (sub)tópico(s), de traços peritextuais, de aspectos composicionais, de traços representacionais ou simbólicos etc.) essa remissão difusa, deixando indiciado o diálogo entre textos diversos. (CARVALHO, 2018, p. 109).

A opção, portanto, por adotar essa concepção de alusão ampla (e das imitações como intertextualidades amplas, embora não focalizemos nesta dissertação) é, para a autora e, conseqüentemente, para nós, uma tentativa de cobrir uma quantidade significativa de textos em que há, embora não consensual, um reconhecimento de um diálogo intertextual. Recorreremos, a seguir, a um exemplo analisado por Carvalho (2018) acerca da alusão ampla.

EXEMPLO (15)



Fonte: Carvalho (2018, p. 126)

O *post*, que traz uma imagem do ex-presidente Michel Temer ao lado de Henrique Meirelles, ministro da Fazenda do governo Temer; Renan Calheiros, ex-presidente do Senado, e Romero Jucá, que na época era líder do governo no Senado, circulou nas redes sociais em

Janeiro de 2017, logo após ao inesperado acidente aéreo que ocasionou a morte do então relator da Lava Jato no STF, Teori Zavask, em Paraty, município do estado do Rio de Janeiro, no dia 19 de janeiro de 2017. Naquele período, estavam nas mãos de Zavask decisões importantíssimas que comprometeriam diversas pessoas da classe política. É válido salientar que, com a morte do ministro relator, os processos da Operação Lava Jato ou ficariam sob a relatoria de um novo ministro nomeado pelo presidente Michel Temer, ou seriam redistribuídos pela presidente do STF para algum outro magistrado, que, como sabemos, foi o que ocorreu, com o sorteio do ministro Edson Fachin para assumir a responsabilidade.

Na parte verbal do *post*, vemos uma intertextualidade estrita, uma citação do trecho da música “Olha a onda”, do grupo de axé Tchakabum. É a partir da citação do trecho da música, segundo Carvalho (2018, p. 127), que se pode inferir que há uma “sugestão de que a morte do ministro não teria sido acidental, mas uma retaliação de um grupo político (o da imagem, no caso) que, de alguma forma, seria beneficiado por seu afastamento definitivo do STF”. Além disso, pode-se inferir também que a citação soa como uma ameaça a qualquer um que se coloque como inimigo do grupo político que governa o país. Dentre os aspectos que corroboram essa inferência, podemos citar as relações entre a utilização da expressão “galera do avião” e o acidente de Zavask ter sido aéreo, por exemplo. Essa alusão à morte do ministro relator, endossada pela imagem do grupo de políticos que muito provavelmente se beneficiariam com essa situação, não remete a um texto específico e colabora para o apontamento a textos cuja temática se refere ao possível “assassinato” de Zavask.

Vejamos um outro exemplo que também traz uma alusão ampla, um tipo de intertextualidade ampla, que ocorre junto a uma intertextualidade estrita por derivação, a paródia:

EXEMPLO (16)



A charge de Pxeira, publicada em 27 de dezembro de 2018, apresenta a imagem de uma pessoa colhendo laranjas dispostas em uma linha, e o texto verbal, que aparece abaixo e acima da imagem, contém “Laranjas acima de tudo... Hipocrisia pra cima de todos”. O gênero charge, como se sabe, é muito popular nos jornais de circulação local e nacional, e, atualmente, nas mídias eletrônicas, como em sites exclusivos para charge e nas próprias redes sociais, contexto que ampliou a esfera do gênero para além da jornalística. Essa ampliação permite ainda mais liberdade aos chargistas, que podem livremente utilizar-se de sua arte para se posicionarem diante de fatos que se tornaram manchetes nos principais veículos de informação, de modo, muitas vezes, bastante crítico.

O contexto da charge acima remete à investigação acerca das movimentações bancárias em quantias milionárias feitas por Fabrício José de Queiroz, ex-assessor do filho do presidente Jair Bolsonaro, fato noticiado de modo exaustivo nos jornais de todo o Brasil. A utilização de laranjas na charge remete à significação dada a palavra laranja na cultura popular, que é a de pessoa cujo nome é utilizado por outra para aplicar dinheiro obtido ilegalmente. No entanto, esse sentido só é obtido com o auxílio do texto verbal, o qual alude ao slogan de campanha das eleições presidenciais de 2018 do presidente Jair Bolsonaro (“Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”), que na charge é modificado parodisticamente, transformando a palavra Deus em Laranja e a segunda frase em “Hipocrisia pra cima de todos”.

Os efeitos de sentido que a charge propõe ficam implícitos - a denúncia de uma possível hipocrisia advinda da família Bolsonaro, que protagonizou, durante a campanha política de 2018, inúmeros episódios com discursos calorosos anticorrupção, enquanto aparentemente agia corruptamente por meio de um “laranja”. Toda essa construção de sentido se dá pelo apelo à intertextualidade. Temos na charge um exemplo claro de uma alusão ampla que ocorre concomitantemente a outro fenômeno intertextual, a paródia. Enquanto o texto verbal parodia o slogan da campanha de Bolsonaro à presidência (sendo essa intertextualidade essencial para a recategorização do referente Laranja), a charge por inteiro alude a um conjunto de textos de mesma temática que noticiaram ou comentaram o fato da investigação supracitada.

Fica evidente para o leitor a orientação argumentativa em direção à qual a charge conduz, e, conseqüentemente, o posicionamento ideológico que subjaz ao sentido do texto, o qual se opõe ao governo Bolsonaro e desconfia da honestidade de sua família. A intertextualidade, enquanto fenômeno que amplia os horizontes de compreensão e produção de textos, permite um leque de funções textuais-discursivas no texto.

Quando falamos em funções desempenhadas pela intertextualidade, concebemos função aqui como “propósito argumentativo e discursivo do locutor ao utilizar a

intertextualidade” (FORTE, 2013, p. 14). Para Cavalcante, Brito e Zavam (2017), toda intertextualidade cumpre uma função argumentativa à medida que se configura como estratégia do locutor para a construção de determinado sentido visando a seu propósito argumentativo. Uma das mais notáveis funções desempenhadas pelas intertextualidades de copresenças, em particular a citação, é o argumento de autoridade, como analisado por Forte (2013). Essa técnica, também discutida na obra Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), pode se utilizar de uma citação para “cumprir o objetivo de reforçar o efeito de verdade de um discurso, autenticando-o [...]” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 120).

Além do argumento de autoridade, podemos dizer que a intertextualidade tem funções múltiplas no texto, o que contribui para a orientação argumentativa pretendida pelo locutor. Por exemplo, o apelo ao recurso do meme, cada vez mais comum na esfera midiática, é, segundo Cavalcante e Oliveira (2019), essencialmente intertextual e, com o auxílio do humor que ele constrói, serve como estratégia argumentativa bastante eficaz, por exemplo, em debates inflamados na internet.

Se a intertextualidade é um fenômeno textual que expande as possibilidades da construção argumentativa dos textos e concordarmos com Cavalcante, Faria e Carvalho (2017), quando dizem que as intertextualidades têm a ver com a tentativa de influenciar o outro, podemos supor que elas também podem ser um recurso utilizado pelo locutor para a mobilização do *pathos* em textos argumentativos. Isso significa dizer que, por meio, por exemplo, de citações, paráfrases e de alusões (estritas e amplas), o locutor pode incitar em seu interlocutor sentimentos tais como cólera, o temor, a piedade e a indignação, de modo que este esteja mais sensível a aderir a sua tese.

6 METODOLOGIA

6.1 Caracterização da pesquisa

As recentes pesquisas em Linguística Textual têm buscado revisar e redimensionar os conceitos pertinentes a seus critérios de análise de forma que estes não só acompanhem o próprio redimensionamento do conceito de texto, abrangendo seus aspectos multimodais, como sejam eficazes nas interfaces que a LT tem realizado como disciplina teórica. Nossa proposta de investigação, de acordo com Marconi e Lakatos (2001), é de natureza hipotético-dedutiva, pois se originou da observação de lacunas em pesquisas anteriores no que tange ao estudo do *pathos* na argumentação e de sua relação com as estratégias textuais, mas não deixa de ser também indutiva, na medida em que busca identificar e explicar as estratégias de mobilização do *pathos* em textos. Além disso, nossa pesquisa, conforme os objetivos traçados, classifica-se como explicativa, com base em Gil (2002), pois visa a explicar o modo como os processos referenciais e intertextuais atestam a mobilização do *pathos* em textos.

Buscamos, portanto, problematizar algumas questões que até então não o foram por outros pesquisadores, seja da LT, seja da AD: de quais recursos se vale o interlocutor para que consiga persuadir o seu auditório apelando ao *pathos*? Como as emoções se inscrevem, de maneira explícita ou implícita, em textos de modalidade polêmica? Que parâmetros de análise da LT podem evidenciar estratégias de mobilização do *pathos*? Para tanto, partimos de nossa hipótese básica de que os processos referenciais e os processos intertextuais podem revelar o desencadeamento das emoções nos textos. Dessa hipótese desdobram-se as hipóteses secundárias concernentes a cada critério de análise que elegemos. Buscamos associar esses critérios aos princípios de inferência emocional (Ungerer, 1995), em razão de termos sugerido que a proposta de Ungerer também os leve em consideração como desencadeadores das emoções nos textos. Em relação às hipóteses quanto ao critério da referenciação, pensamos que i) a recategorização de referentes seja um dos principais recursos de mobilização da figura patêmica, uma vez que tanto podem colaborar para a construção de uma rede referencial mais comvente, mantendo relação com o *princípio da intensidade de apresentação* e o *princípio de animação*, quanto pode estar a serviço da desqualificação do adversário; ii) a dêixis pessoal é essencialmente responsável por introduzir o interlocutor em uma cena emocionada, relacionando-se ao *princípio de proximidade* (Ungerer, 1995). Em relação às hipóteses quanto ao critério da intertextualidade, pensamos que iii) as citações e as paráfrases podem se relacionar com o *princípio da intensidade de apresentação*, haja vista que são capazes de fazer emergir no texto referentes que sejam emocionalmente marcados em uma dada cultura; iv) as

alusões (estritas e amplas) também estejam a serviço da desqualificação do adversário, tendo em vista que possam recorrer a domínios emocionalmente estabelecidos, como passagens bíblicas e momentos históricos, que favoreçam a descredibilização do adversário em um dado contexto.

6.2 Delimitação do universo e da amostra

A delimitação do universo de nossa pesquisa parte do pressuposto de Amossy (2017) de que uma polêmica compreende o conjunto de discursos e de interações polêmicas sobre um determinado tema de interesse público. Também assume, com Cavalcante (2017) e Macedo (2018), que é somente na relação entre textos que se pode compreender o conflito entre os embates discursivos e que a polêmica só se estabelece no diálogo intertextual, sendo o fenômeno da intertextualidade condição fundamental para instauração da polêmica pública. Desse modo, optamos por analisar textos de diferentes gêneros discursivos a fim de descrever o modo como se dá a manifestação do *pathos*.

Quanto à amostra, foram selecionadas para fonte de análise as páginas do Facebook dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo, por se tratar de jornais brasileiros entre as maiores circulações de exemplares no país e os maiores números de curtidas em suas respectivas páginas, quando comparados a outros jornais brasileiros. Ambos figuram na lista dos dez jornais auditados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), com maiores médias de circulação de exemplares digitais, de acordo com a última coleta do IVC, em dezembro de 2018, e apresentam em suas páginas do Facebook mais de três milhões de curtidas, número superior à média geral de curtidas dos jornais contemplados pela lista do IVC.

Dos jornais supracitados, selecionamos dez postagens, cinco de cada jornal, compartilhadas nos anos de 2018 e 2019 com notícias que reportavam declarações do Papa Francisco sobre temáticas relacionadas à sexualidade, principalmente a homossexualidade, e à prática do aborto. A escolha pela figura do Papa como critério primário para a seleção das postagens advém de nossa percepção das constantes declarações do Pontífice sobre questões de interesse público que são, muitas vezes, tabus e que, segundo Brito (2018), atualizam a polêmica. A partir da seleção, foram analisadas as respectivas notícias compartilhadas nessas postagens dos jornais no Facebook e alguns comentários feitos pelos usuários em cada uma, seguindo critério descrito no procedimento de coleta de dados. Assim, nossa análise contemplou dois gêneros, a webnotícia e o comentário de *post* de Facebook.

6.3 Procedimento de coleta de dados

A técnica utilizada para a coleta de nossos dados foi a da documentação indireta, que consiste em coletar dados já prontos e disponibilizados por fontes públicas e privadas. Os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa (notícias e comentários de postagens do Facebook) foram coletados de sites da Internet (as páginas do Facebook e os portais de notícia dos jornais supracitados). Em relação às notícias selecionadas, as que não aparecerem no corpo do texto, constam nos anexos desta dissertação, em reprodução integral. No que tange especificamente à coleta dos comentários, como eles eram muito numerosos e como nem todos interessariam à análise que propusemos, utilizamos dois critérios de seleção. O primeiro foi a seleção de comentários nos quais foram observados recursos à intertextualidade por copresença e à intertextualidade por alusão ampla. O segundo critério foi a presença de desencadeadores linguísticos relacionados aos princípios de inferência emocional. Para isso, fundamo-nos no quadro proposto por Ungerer (1995), o qual discutimos no terceiro capítulo desta dissertação e reproduzimos novamente a seguir.

QUADRO 2 – Princípios da Inferência emocional (Ungerer, 1995 apud Plantin, 2010, p. 67).

PRINCÍPIOS DA INFERÊNCIA EMOCIONAL	DESENCADEADORES LINGUÍSTICOS
<p>Princípios da relevância emocional - <i>Princípio de proximidade</i>: “nós vs eles”. Foco no que está próximo do leitor. - <i>Princípio de animação (princípio de “vida e morte”)</i>. Foco no que é perigo de vida ou geração de vida para a existência humana. - <i>Princípio de classificação e numeração</i> Foco no que concerne a muitas e importantes pessoas.</p>	<p>Dêiticos, termos de uso familiar, afetuosidade, formas de endereçamento.</p> <p>Vocabulário de “calamidades”: homicídio, estupro, assalto, terremoto, vítimas, assassinato, ferimentos.</p> <p>Numerais e outras expressões de quantidade, denominações.</p>
<p>Princípio da avaliação Proporciona avaliações baseadas em normas de sua cultura</p>	<p>Advérbios de comentário, itens lexicais com conotações positivas/negativas.</p>
<p>Princípio da intensidade de apresentação Seja drástico.</p>	<p>Use detalhes vívidos e conexões metafóricas com domínios emocionalmente estabelecidos (Bíblia).</p>
<p>Princípio do conteúdo emocional Menção de aspectos emocionais em eventos específicos.</p>	<p>Termos de emoção descritiva (adjetivos, substantivos e verbos).</p>

Cabe salientar, por fim, que consta em anexo todas as postagens e os *links* de acesso a elas, para que seja possível visualizar todos comentários publicados nelas.

6.4 Procedimento de análise de dados

Na primeira etapa dos procedimentos metodológicos, contextualizamos a questão polêmica que está sendo atualizada em cada notícia de nosso *corpus* para identificar e explicar as teses dicotômicas que se colocam em cada embate polêmico. Nessa etapa, buscamos analisar, pelos critérios da referenciação e da intertextualidade, as notícias, de modo que respondêssemos como as emoções estão envolvidas na dicotomização, respaldadas pelas *doxas*, e prevíssemos possibilidades de raciocínios que articulariam o *logos* e o *pathos*.

Na segunda etapa dos procedimentos metodológicos, descrevemos a polarização social que se estabelece entre Proponentes e Oponentes e os mecanismos de desqualificação do adversário. Nessa etapa, buscamos demonstrar como as emoções se expressam na polarização e se relacionam com os mecanismos de desqualificação do adversário nos comentários das postagens de cada notícia. Para isso, organizamos a segunda etapa em dois passos, que correspondem aos critérios de análise que elegemos para a nossa pesquisa – a referenciação e a intertextualidade –, de maneira que cada um desses passos atendesse aos objetivos formulados e testasse cada uma das hipóteses correspondentes.

No primeiro passo da segunda etapa, que visa a contemplar nossos objetivos específicos de verificar o modo como as evoluções anafóricas e a dêixis pessoal possibilitam a mobilização do *pathos* em textos, analisamos os processos de recategorização dos referentes nos comentários, priorizando as redes referenciais que mais colaboram para a fixação de pontos de vista, e as ocorrências de formas e funções dêiticas.

No segundo passo da segunda etapa, que visa a contemplar nossos objetivos específicos de analisar o modo como as citações, as paráfrases e as alusões estritas e amplas podem se revelar como recurso para a mobilização do *pathos*, investigamos os intertextos acionados nos textos, avaliando que funções desempenham e como contribuem para a mobilização da figura patêmica e o desencadeamento das emoções.

Por fim, ressaltamos que, nas duas etapas dos procedimentos metodológicos, para que fossem explicadas as possíveis motivações dos Proponentes e Oponentes para a mobilização do *pathos* e as possíveis razões para seu desencadeamento no Terceiro, recorreremos aos princípios de inferência emocional (UNGERER, 1995), aos aspectos dóxicos e interdiscursivos e às definições das emoções, descritas por Aristóteles (2012) na Retórica.

Passemos, a seguir, ao capítulo no qual procedemos à análise do *corpus* para a verificação das hipóteses.

7 UMA ANÁLISE TEXTUAL DO *PATHOS* EM POLÊMICAS

Conforme salientado em nossa metodologia, o objetivo desta dissertação é investigar a mobilização da figura patêmica a partir das estratégias textuais. Neste capítulo de análise, atendemos aos procedimentos metodológicos descritos na seção anterior, a fim de demonstrar como se estabelece a polêmica, de acordo com os critérios de Amossy (2017), e de explicitar as relações que podem ser feitas entre esses critérios e a figura do *pathos*. Comprovamos, por parâmetros textuais, a mobilização estratégica do *pathos*, que foi explicada ora a partir dos princípios de inferência emocional, propostos por Ungerer (1995), ora a partir dos aspectos dóxicos e interdiscursivos, havendo, em alguns casos, a utilização de ambos na construção da análise. Convocamos também, sempre que possível, as definições das emoções descritas por Aristóteles, que também serviram para explicar o porquê de certas escolhas dos interlocutores no apelo ao *pathos*.

Para atendermos aos objetivos traçados, nossa análise se dividiu em dois momentos, que correspondem, respectivamente, aos dois itens deste capítulo. No primeiro, damos enfoque ao critério da referenciação, buscando, inicialmente, apresentar como a construção de certas redes referenciais colabora para a constituição da modalidade polêmica, no que tange aos seus três critérios - a *dicotomização de teses*, a *polarização social* e a *desqualificação do adversário*; e, em seguida, evidenciar, por meio da análise dos processos de recategorização dos referentes e das ocorrências de formas e funções dêiticas, como se dá a mobilização da figura patêmica nos gêneros notícia e comentário de Facebook.

No segundo, focalizamos o critério da intertextualidade, com o objetivo de, inicialmente, confirmar e demonstrar o papel da intertextualidade para a construção da modalidade polêmica, como sugerido por Cavalcante (2017), e, em seguida, evidenciar, por meio da análise dos processos intertextuais de copresença e de alusão ampla, como se dá a mobilização da figura patêmica nos gêneros supracitados.

Embora os processos referenciais e os processos intertextuais sejam distintos e tenham sido separados neste capítulo em dois itens, durante a análise, será possível observar que, no acontecimento do texto e na mobilização da figura patêmica, esses processos estão profundamente relacionados. Essa afirmação será perceptível, principalmente, no item dedicado à intertextualidade, visto que o apelo intertextual será responsável por convocar certas redes referenciais, e estas serão, por conseguinte, determinantes para o possível desencadeamento das emoções.

Por fim, antes que iniciemos a análise, é importante fazer algumas considerações, tendo em vista que nosso *corpus* é composto por textos advindos do ambiente virtual, o que tem exigido, dos estudos em linguística textual, reflexões acerca dos limites do texto e da interação. Para a análise que desenvolvemos, assumimos, nesta dissertação, que o bloco de comentários que compartilham o mesmo tópico central do respectivo *post* do qual se originaram e que foram publicados em espaços temporais próximos constituem um único texto, considerando-se também os índices fáticos. Esse texto é necessariamente poligerido e poderá ser ora síncrono, ora assíncrono. Essa decisão de usar o critério do tema e dos indícios fáticos de início e de fim de uma conversa, por conseguinte, repercute em nossa análise, principalmente no que tange à observação das redes referenciais do texto e das relações que podem ser consideradas como “intertextuais”.

7.1 Referenciação e mobilização do *pathos* em polêmicas

Observemos a notícia extraída do Jornal O Globo, publicada em 19 de abril de 2019.

TEXTO (N1) – NOTÍCIA DO JORNAL O GLOBO SOBRE O ENCONTRO DO PAPA FRANCISCO COM O COMEDIANTE STEPHEN K. AMOS.

‘Não têm coração humano’, diz Papa Francisco sobre pessoas que rejeitam gays

Frase saiu de uma conversa entre o Pontífice e um comediante homossexual
O Globo

19/04/2019 - 18:16 / Atualizado em 19/04/2019 - 19:53



Em conversa com o comediante britânico Stephen K. Amos, Papa Francisco afirmou que pessoas que rejeitam os homossexuais "não têm coração humano". O bate-papo aconteceu durante a gravação do último episódio do programa “Pilgrimage: The Road To Rome” (“Peregrinação: a estrada para Roma”, na tradução em português) do canal BBC, que ainda não foi exibido.

Amos contou ao Papa que não é cristão, mas que viajou a Roma “em buscas de respostas e fé”, mas que, como gay, não se sentia aceito. Ao ouvir isto, Francisco disse que se importar mais com o adjetivo [gay] do que ao substantivo [homem] não é bom.

“Todos somos seres humanos, temos dignidade. Se uma pessoa tem uma tendência ou outra, isso não lhe tira a dignidade como pessoa. As pessoas que decidem rejeitar o outro por um adjetivo não têm coração humano”, declarou Francisco.

Amos ficou muito emocionado com a resposta do Papa. Em suas redes sociais, o comediante disse que o momento ficará marcado pelo resto de sua vida.

“Conhecendo talvez um dos Papas mais progressistas da história... sua franqueza e resposta me impressionaram”.

Disponível em: <<https://glo.bo/2GwaYJY>>. Acesso em 25/09/18.

A notícia reproduz uma conversa do Papa Francisco com o comediante britânico Stephen Amos e foi replicada e noticiada em outros diversos portais²⁴, gerando grande repercussão nas redes por ser uma declaração considerada por muitos católicos como progressista. Esse tipo de opinião foi também endossado na afirmação do comediante na notícia, frente ao discurso religioso, particularmente católico, comumente conservador em seus valores quando diz respeito a temáticas LGBT. A notícia é o gatilho para atualização de uma questão polêmica, relacionada à aceitação e ao respeito a pessoas homossexuais no âmbito da Igreja Católica. Esse texto noticioso já traz consigo a declaração do Papa, que ganhou grande repercussão, seja na replicação em outros sites de notícia, como dissemos, seja na numerosa interação que recebeu em seu compartilhamento na página do Facebook do jornal, com 7,3 mil reações, 1,7 mil compartilhamentos e 903 comentários, o que nos faz confirmar a atualização dessa questão polêmica. Como afirma Cavalcante (2017), a polêmica, como modalidade argumentativa, só se estabelece no diálogo intertextual.

Ao ser interpretada como “progressista” a fala do Pontífice, vemos emergir, de modo implícito, um discurso antagônico, mais “conservador”, que também se coloca ante essa questão atual e de interesse público – a aceitação/respeito aos homossexuais no âmbito do catolicismo. Faz-se necessário lembrar que a oposição de discursos na modalidade polêmica implica uma dicotomização de teses que se excluem mutuamente na interação no espaço público. Essa dicotomização, como vimos, é o primeiro critério de definição da modalidade polêmica. Esses posicionamentos antagônicos já constituem dois referentes, como temáticas, que, por consequência, fazem emergir muitos outros referentes com os quais se relacionam.

Nesse caso, há, de um lado, os que apoiam um olhar mais acolhedor e respeitoso aos homossexuais no ambiente religioso; e, de outro, os que condenam a prática da homossexualidade e a veem como inaceitável. Essas teses dicotômicas que já se mostram evidentes pelo próprio texto da notícia também se refletem, como será visto mais à frente, nos comentários dos usuários na postagem que reproduz a notícia.

Nesse ponto, podemos nos perguntar como a dicotomização de teses pode estar relacionada às emoções. Os discursos antagônicos sustentados pelos sujeitos são embasados em

²⁴ Em nosso *corpus*, há uma notícia do Jornal O Estado de São Paulo reportando a mesma declaração.

um conjunto de crenças e valores, isto é, *doxas* a que o próprio sujeito, consciente ou inconscientemente, adere antes mesmo de tentar levar o Terceiro a aderir a uma opinião. Essas *doxas*, como sugerido por Amossy (2018a), relacionam-se com a própria noção de interdiscurso e podem se mostrar implícita ou explícita no projeto de persuasão do interlocutor. São as crenças e os valores sustentados que fundamentam a indignação, a ira, a violência.

Se tomarmos como base somente a Notícia 1, já podemos visualizar tentativas de mobilização da figura patêmica pelo jornalista que a redigiu. No título escolhido para a manchete, há uma citação direta à declaração do Pontífice, “não tem coração humano”, responsável por introduzir o referente que é retomado ainda na mesma manchete, esclarecendo a quem, segundo o jornalista, Francisco está se referindo: às “pessoas que rejeitam gays”. O referente Papa Francisco é retomado na manchete (se supusermos que a imagem é a responsável pela introdução referencial) após um verbo *dicendi*, que o responsabiliza pela fala que é reproduzida. O jornalista, nas escolhas referenciais que faz para a construção da manchete, mobiliza eminentemente a figura patêmica, como veremos mais à frente, e isso ocorre, em parte, porque a fala do Pontífice reportada na manchete só se dá por uma inferência feita pelo próprio jornalista acerca da fala do Papa.

Para além da manchete, a expressão “um comediante homossexual” retoma anaforicamente a imagem do homem ao lado do Papa, no *lead* da notícia; depois, o referente é retomado na expressão “o comediante britânico Stephen K. Amos” e, em seguida, algumas pistas, como nos trechos “viajou a Roma ‘em buscas de respostas e fé’, mas que, *como gay, não se sentia aceito*” e “as pessoas que decidem *rejeitar o outro* por um adjetivo ‘não têm coração humano’”, contribuem para a construção de um referente de um homem gay não aceito pelas pessoas religiosas por sua condição enquanto gay, o que, normalmente, contraria os valores cristãos, nos quais o relacionamento homossexual é pecaminoso. A fala do Papa em resposta à de Amos de que não se sentia aceito é a de que as pessoas devem valorizar mais o ser humano que suas características (frase metafórica na expressão “se importar mais com o adjetivo [gay] do que ao substantivo [homem] não é bom”). A justificativa do Papa é dada em seguida, no discurso direto, quando diz que todos os seres humanos são iguais, têm dignidade, que a característica de cada pessoa não lhe tira a dignidade, e que pessoas que rejeitam o outro por suas características não “têm coração humano”. O argumento utilizado por Francisco mobiliza, principalmente, uma hierarquia de valores, pois coloca a dignidade humana acima de qualquer condição, inclusive de condições contrárias a dogmas cristãos. Além disso, faz que pessoas que ou rejeitaram ou rejeitariam homens gays por sua condição enquanto gays se vejam enquadrados nessa classificação sugerida.

A escolha da expressão “não têm coração humano”, também utilizada em destaque pelo jornalista na manchete, mobiliza a figura do *pathos* para sensibilizar o leitor em relação à tese de que pessoas homossexuais devem ser respeitadas e não rejeitadas, porque, acima de tudo, são humanas e têm dignidade. Essa mobilização ocorre porque há, a nosso ver, pelo menos dois movimentos: um que apela a um conhecimento sociocultural estabilizado que associa a expressão “sem coração” a pessoas cruéis; e outro que expressa um valor humano do Pontífice que parece ser preponderante ao dogma cristão, o sentimento de compaixão. Dos efeitos possíveis da mobilização do *pathos* na notícia, pensamos que existam pelo menos dois, um que possa gerar no interlocutor uma emoção positiva, como a alegria e a esperança, e outro que possa gerar uma negativa, como a cólera e a indignação. A diferença entre um e outro dependerá, certamente, dos valores defendidos pelo interlocutor, uma vez que, como sabemos, as emoções são uma espécie de interpretação de circunstâncias apoiadas em valores de uma determinada comunidade, o que significa dizer que a situação descrita – tanto na construção do referente de um homem gay rejeitado quanto do referente de pessoas que rejeitam gays não terem coração humano – podem gerar reações diferentes a quem, por exemplo, defende um discurso mais conservador ou a quem defende um discurso mais progressista.

Ressalta-se que, por ser um gênero discursivo no qual, teoricamente, se espera maior grau de imparcialidade na construção do texto, ainda assim se torna perceptível, sobretudo pelas redes referenciais criadas, a sugestão de um ponto de vista defendido pelo jornalista por meio das escolhas que ele faz para noticiar esse fato, como a interpretação e a ênfase dada à declaração do Pontífice na manchete. Os efeitos possíveis de mobilização da figura patêmica na notícia, como veremos à frente, são diferentes das estratégias mobilizadas pelos usuários nos comentários intencionando desencadear emoções. Essas diferenças estão relacionadas a fatores como as restrições impostas pelos gêneros e os papéis sociais assumidos pelos interlocutores na situação enunciativa. O jornalista, por exemplo, escreve de acordo com o editorial do jornal para o qual trabalha e deve, por essa razão e pelo papel que assume como representante dessa instituição, se adequar a essa realidade. Boa parte dos comentários, no entanto, partem de pessoas que, ao redigirem um comentário em uma postagem de uma página de jornal, admitem maior liberdade a seus dizeres, uma vez que escrevem e publicam a partir do perfil pessoal de rede social que lhes pertence. O gênero comentário também comumente confere maior liberdade de expressão à opinião do usuário.

Para além da notícia, pensando ainda nas relações entre a dicotomização de teses e o *pathos* e assumindo que valores e crenças justificam as teses defendidas por cada um dos

lados no embate polêmico, pensamos ser possível prever, para cada posicionamento, algumas possibilidades de raciocínios que articulariam a figura do *logos* e do *pathos* nos comentários.

A título de ilustração, partindo da tese de que deve haver maior receptividade da Igreja com as pessoas homossexuais, vislumbramos a construção de argumentos que, em um ponto de vista de hierarquização de valores, coloque o valor do respeito como ponto fundamental. Esses argumentos, na medida em que possam ressaltar, por exemplo, os preconceitos e violências que resultam do desrespeito sofrido pelos homossexuais, podem fazer avançar um sentimento de piedade no Terceiro, aquele que assiste ao debate, de modo que este se coloque sensível à tese apresentada. Podemos pensar também, numa argumentação que dê maior ênfase à desqualificação do Oponente, em um ataque à imagem da Igreja, e, conseqüentemente, à de seus fiéis, retirando a possibilidade de respaldo para o posicionamento contrário, que julga a prática homossexual como inaceitável. Esse descrédito à imagem da Igreja, a depender de como se construa, pode vir a desencadear sentimentos como a indignação e a raiva, convocando o Terceiro para que este também venha a assumir essa tese. Por outro lado, para os Proponentes da tese contrária, os raciocínios podem, principalmente, fazer apelos intertextuais por alusão a passagens bíblicas, advindas, principalmente, do Antigo Testamento, que possam corroborar a tese que buscam defender, a de que a prática homossexual é intolerável.

Antes que cheguemos especificamente aos comentários, vale observar que essa notícia que analisamos é trazida ao Facebook, como dissemos anteriormente, em um *post* que se configura necessariamente intertextual em relação à notícia, havendo a repetição da manchete, do *lead* e da fotografia, que também constam na notícia.

TEXTO (P1) – POST DA NOTÍCIA [TEXTO (N1)] NO FACEBOOK



Disponível em: <<https://facebook.com/jornaloglobo/posts/2699473180092344>>. Acesso em 25/09/18.

O texto que acompanha a publicação é o mesmo do *lead* da notícia. No instante em que foi coletado, o *post* apresentava 7,3 mil reações, tendo em primeiro lugar mais “likes” (5,1 mil); em segundo, “amei” (2 mil); e, em terceiro, o “haha” (95). É importante que salientemos alguns aspectos acerca do ambiente do Facebook, os quais já discutimos em outros trabalhos (BRITO; OLIVEIRA, 2018). Até pouco tempo, o Facebook só disponibilizava o botão “curtir” para que os usuários interagissem uns com os outros. No entanto, por perceberem que o botão “curtir” não era adequado a muitos contextos, foi criado o recurso das reações, as quais contribuem para a expressão das emoções dos usuários. De acordo com Brito e Oliveira (2018, p. 138),

Os criadores do Facebook acreditam que as reações demonstram um nível mais alto de engajamento por parte do usuário. “Curtir” uma postagem é mais fácil e automático, então, se o usuário gastou alguns segundos a mais para reagir a uma publicação, isso significa que, para o bem ou para o mal, ele está mais envolvido com aquele conteúdo. É neste ponto que retomamos o conceito reformulado por Amossy (2017) acerca do *pathos*, quando este revela “um sentimento manifestado com veemência por um locutor profundamente implicado com sua proposta”. Desta forma, sugerimos que “reagir” a uma postagem seja uma possível evidência de um locutor (ou usuário) implicado com sua proposta, na medida em que reagir demonstra maior engajamento do usuário.

De um modo geral, as reações se dividem e cumprem prototipicamente as seguintes funções: “Amei”, usado para demonstrar forte aprovação à publicação; “Haha”, usado para reagir a conteúdos engraçados; “Uau”, usado para reagir a atualizações que surpreendem o

usuário; “Triste”, usado em situações em que há um pesar por parte do usuário em relação à publicação; e “Grr”: usado para demonstrar raiva ou total desaprovação ao conteúdo publicado.

Para que tratemos do segundo e terceiro critérios da modalidade polêmica - a polarização social e a desqualificação do adversário, respectivamente -, buscando relacioná-los também ao *pathos*, selecionamos, inicialmente, dez comentários do *post* (Texto P1) de acordo com os critérios apresentados na metodologia.

TEXTO (C1) – BLOCO DE COMENTÁRIOS DO *POST* DO TEXTO (N1)

- SS**  O ser humano é aceitável mas a pratica homossexual é vomitavel e condenada se morrer nesse pecado é condenação eterna Deus não fez homem para ter relação com outro homem
Curtir · Responder · 24 sem  8
- FS**  Tem de acolhê-los e explicar que ou eles deixam o pecado ou no céu não entra.
Curtir · Responder · 23 sem
- GM**  s Como alguém tem coragem de fazer isso???
- EA**  Mas é claro os padres come meninos
Curtir · Responder · 23 sem
- MA**  O Papa está ERRADO, não é rejeitar a pessoa do homossexual, mas rejeitar a prática do homossexualismo. O Papa necessita ler mais a bíblia. Deus ama o pecador , mas odeia o pecado.
Curtir · Responder · 24 sem
- CV**  **MA** , a prática do incesto é condenável? Lô engravidou suas duas filhas.
Curtir · Responder · 24 sem
- MB**  Caso tenha falado uma asneira desta! Nao defende a palavra do Criador! A prática hoje não de ser incentiva e ou apoiada! Para o que praticam o pecado o destino é a morte!
Curtir · Responder · 24 sem  1
- CV**  **MB** o , vc está pregando a morte pra homossexuais?
Curtir · Responder · 24 sem



(Disponível em: <<https://facebook.com/jornaloglobo/posts/2699473180092344>>. Acesso 25/09/2019)

Como dissemos no início deste capítulo, assumiremos, nesta dissertação, que o bloco de comentários que compartilham o mesmo tópico central do respectivo *post* do qual originaram e que foram publicados em espaços temporais próximos constituirão um único texto, que será necessariamente poligerido e que poderá ser ora síncrono, ora assíncrono. Essa decisão, por conseguinte, levando-se em consideração que comentários cumprem função predominantemente metatextual, levar-nos-á a tratar mais comumente das retomadas anafóricas que de introduções referenciais, pois iremos admitir que os primeiros comentários publicados em cada postagem serão responsáveis por introduzir alguns referentes comuns que são necessariamente intertextuais (SILVA, 2013) em relação à postagem e que os comentários subsequentes, em grande maioria, farão retomadas anafóricas em relação às introduções referenciais presentes nesse primeiros comentários. Vale frisar que serão retomadas anafóricas pois estamos, como havíamos dito, considerando os comentários como partes de um só texto.

Nessa pequena parcela dos mais de novecentos comentários, já se pode perceber a encenação da polêmica, com o posicionamento dos actantes como Proponentes e Oponentes. Essa divisão actancial entre adversários, para Amossy (2017), “instaura uma operação de polarização”, um fenômeno social no qual os participantes mais diversos se juntam em dois grupos antagônicos. Nesse ponto, nos questionamos sobre como Proponentes e Oponentes se colocam em termos de emoção na polarização e sobre as estratégias das quais eles lançam mão para conquistar a adesão do Terceiro, aquele que assiste ao embate polêmico. Paralelamente, questionamos também sobre as relações existentes entre a desqualificação do adversário e a mobilização do *pathos*. Em busca de responder a esses questionamentos, a análise que segue demonstrará, por meio das marcas textuais, como se dá o apelo ao *pathos*.

No comentário de SS, por exemplo, que assume o papel de Proponente da tese que considera como inaceitável a prática e, às vezes, conseqüentemente, o homossexual no âmbito da Igreja Católica, diz que se aceita o ser humano, mas que a “prática homossexual é vomitável e condenada”. O modo como o referente “prática homossexual” é retomado, pelas expressões

“vomitável”, “condenada”, e, em seguida, “esse pecado”, reforçam uma visão negativa da homossexualidade, ao passo que mobilizam o *pathos* ao reproduzir a ideia de “condenação divina eterna”, o que instaura, como efeito possível, um sentimento de temor no Terceiro, a quem as estratégias persuasivas na polêmica se dirigem.

O medo, para Aristóteles, “consiste numa situação aflitiva ou numa perturbação causada pela representação de um mal iminente, ruinoso ou penoso” (ARISTÓTELES, 2012, p. 99-100). A recategorização do referente, a nosso ver, ilustra tanto o *princípio de avaliação* (Ungerer, 1995), uma vez que se percebe uma avaliação de SS acerca da temática de acordo com o discurso que sustenta, colocando-se duramente contrário à prática homossexual, quanto o *princípio de intensificação da apresentação*, já que a recategorização do referente “prática homossexual” para algo “vomitável” pode gerar, como efeito possível para o Terceiro, um sentimento de indignação em relação às pessoas homossexuais. É importante lembrar que esse entendimento da homossexualidade como prática pecaminosa, fator que favorece esse apelo ao medo, é comum ao discurso religioso, especificamente a religiões judaico-cristãs, e o posicionamento contido em comentários como o de SS são reproduções desse discurso²⁵.

Outros comentários que pertencem à mesma formação discursiva e corroboram a mesma tese e estratégia de mobilização do *pathos* do comentário de SS são, por exemplo, os comentários de FS, MA e MB. Daremos enfoque a estes dois últimos, MA e MB, tendo em vista que ambos receberam uma resposta, a seus respectivos comentários, do usuário CV. O comentário de MA já se inicia como uma desqualificação da tese do adversário, ao afirmar, em letras garrafais, que o Papa está errado sobre a afirmação que fez, e que o Pontífice “precisa ler mais a bíblia”, insinuando que o líder maior da Igreja Católica desconhece seu principal livro sagrado. Em seguida, o comentário de CV, na medida em que se coloca como Oponente da tese defendida por MA, o introduz como Proponente da tese adversária. Há também, por parte de CV, a desqualificação da tese de seu Oponente, uma vez que questiona se a prática incestuosa na família da personagem bíblica Ló²⁶ recebe também a mesma condenação das pessoas católicas quanto à prática homossexual. Entendemos que a expressão referencial “prática de incesto” ocorre como uma anáfora indireta a pecado, pois há elementos do contexto que

²⁵ Há, por exemplo, no Antigo Testamento, o versículo “Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; é abominação” (Levítico 18:22).

²⁶ “Um dia, a filha mais velha disse à mais jovem: ‘Nosso pai já está velho, e não há homens nas redondezas que nos possuam, segundo o costume de toda a terra. Vamos dar vinho a nosso pai e então nos deitaremos com ele para preservar a sua linhagem’. Naquela noite, deram vinho ao pai, e a filha mais velha entrou e se deitou com ele. E ele não percebeu quando ela se deitou nem quando se levantou. (Gênesis 19:31-33).

favorecem a identificação do referente como se fosse conhecido pelos interlocutores. Essa retomada anafórica – “prática de incesto –, ao introduzir uma questão que é fortemente tabu na sociedade, ou seja, algo proibido principalmente por uma questão cultural, mobiliza o *pathos*, haja vista que suscita, a nosso ver, como um efeito possível, um sentimento de vergonha, pois autoriza a compreensão de que cristãos comumente não condenam essa prática. Conforme Aristóteles, o sentimento de vergonha pode ser definido como:

[...] um certo pesar ou perturbação de espírito relativamente a vícios, presentes, passados ou futuros, suscetíveis de comportar uma perda de reputação. [...] necessariamente experimentamos vergonha em relação a todos aqueles vícios que parecem desonrosos, quer para nós, quer para as pessoas por quem nos interessamos. São desta natureza os atos que resultam de um vício, como, por exemplo, [...] manter relações sexuais com quem não se deve ou onde e quando não convém, porque isto é resultado de libertinagem. (ARISTÓTELES, 2012 p. 104).

Já o comentário de MB inicia recategorizando a fala do Papa Francisco como uma “asneira”, revelando-se como tendo forte valor depreciativo à tese do Oponente, acrescentando que, caso tenha dito a frase, o Pontífice não defende a palavra do Criador. Além disso, MB diz que a prática não deve ser incentivada e apoiada, dizendo, ao fim, que, para os que praticam o pecado, o destino é a morte. A frase, com forte teor patêmico devido ao próprio referente “morte”, apela ao sentimento de medo, como os comentários de SS, FS e MA, mas acrescenta a morte como a punição suprema. O usuário CV, assumindo mais uma vez o posto de Proponente da tese adversária, responde também o comentário de MB e questiona a real intenção de seu Oponente comentando “você está pregando a morte a homossexuais?”, explicitando forte carga de violência verbal, como discutido por Amossy (2017).

Os comentários de GM e FR os institui como Proponentes da mesma tese e Oponentes dos comentários anteriormente analisados (exceto os de CV, como visto). No comentário de GM, há o questionamento “Como alguém tem coragem de fazer isso???” , sendo a expressão referencial “isso” uma anáfora encapsuladora para a expressão “pessoas que rejeitam homossexuais”. Endossando a ideia de que pessoas que rejeitam homossexuais são cruéis, não têm coração, o comentário de GM mobiliza o *pathos* ao questionar a coragem das pessoas para agirem desse modo cruel. Além disso, salienta-se também que os pontos de interrogação ao final da frase reforçam a afirmação de Amossy (2017) de que uma indignação intensa aparece marcada na pontuação. Já o comentário de FR se utiliza do ataque ao adversário e da violência verbal, chamando os Oponentes de “bando de crente idiota” e dizendo que eles chegarão “bosteando” (trocadilho comum para dizer que a pessoa está falando asneiras) seus preconceitos, modo que utiliza para se referir às opiniões e aos valores defendidos pelos Oponentes.

Por fim, os comentários de EA e VF utilizam a mesma estratégia de mobilização do *pathos* ao tocarem em temas que soam extremamente ofensivos e geram sentimento de repulsa em certas comunidades, como é o caso da pedofilia, referente que não é dado na superfície linguística dos comentários, mas que é acionado em ambos por aspectos linguísticos e sociocognitivo-discursivos. Os comentários, que surgem como desqualificação à figura do Papa, aludem aos inúmeros casos de pedofilia entre padres e crianças já denunciados em todo o mundo. cremos que a simples insinuação de práticas pedófilas por membros da Igreja acarreta, como efeito possível, um sentimento de indignação no Terceiro, de modo que o posicionamento defendido pelo Papa e, conseqüentemente, pelos que assumiram a mesma tese, seja desqualificado.

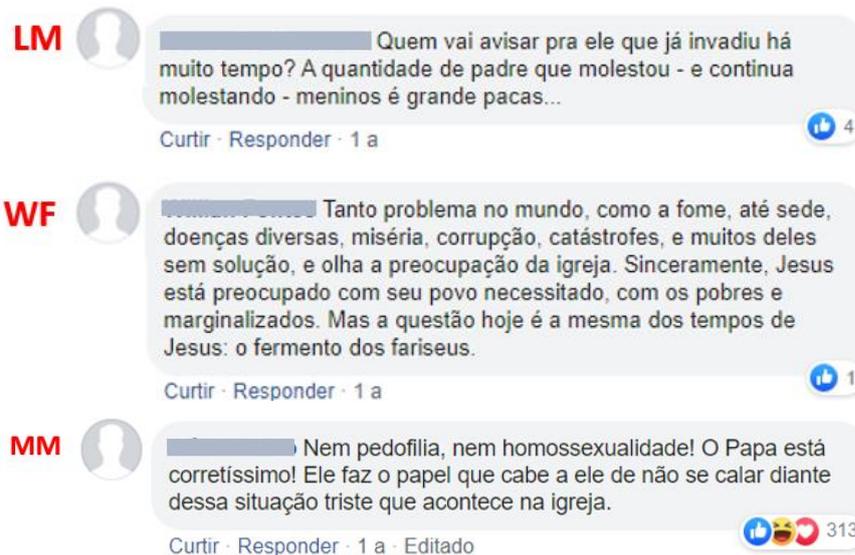
Como dito no início desta seção, esses efeitos patêmicos só são possíveis porque as emoções estão intrinsecamente relacionadas às crenças e julgamentos que os sujeitos têm sobre uma determinada situação. Assim, as mobilizações da figura patêmica na modalidade polêmica jogam justamente com os valores defendidos pelos sujeitos de uma determinada comunidade na tentativa de suscitar emoções no Terceiro, aquele que assiste ao confronto e que é alvo da persuasão de respectivos Proponentes a uma determinada tese.

Uma vez apresentado o modo como se constrói a modalidade polêmica e as relações que os critérios de definição da polêmica estabelecem com a questão das emoções, daremos continuidade, de modo particular, à análise das evidências textuais de mobilização da figura patêmica, no que tange ao critério da referenciação. Focalizaremos, dessa vez, exclusivamente o gênero comentário, pelo fato de ter sido constatado nesse gênero maior diversidade quanto aos recursos de apelo ao *pathos*. Para isso, elegemos comentários de outras notícias/postagens que também constituem nosso *corpus* e que constam em anexo. Assim, para cada novo bloco de comentários que constar no corpo de nossa análise, mencionaremos de qual notícia/postagem do *corpus* eles se originam, fazendo menção à numeração conferida aos anexos desta dissertação. Em seguida, faremos uma breve descrição de seu contexto de produção.

Os comentários a seguir (Texto C2) foram publicados no *post* da notícia (Texto N5, em anexo), veiculada em 2 de dezembro de 2018, que tem como manchete “Papa Francisco preocupado que 'moda' da homossexualidade invada a Igreja”. O contexto da declaração do Papa surge de uma entrevista publicada na Itália naquele mesmo mês, que tratou, dentre outras temáticas, da questão dos sacerdotes e religiosos homossexuais, o que foi chamado pelo Pontífice, segundo a notícia, de “moda da homossexualidade” na Igreja. Tratando-se de uma questão eminentemente polêmica, sobre a homossexualidade na igreja, os comentários evidenciam a dicotomização de teses – de um lado, Proponentes da tese favorável aos religiosos

homossexuais no âmbito da Igreja Católica; do outro, os Oponentes (que propõem a tese contrária).

TEXTO (C2) – BLOCO DE COMENTÁRIOS DO POST DO TEXTO (N5)



Disponível em: <<https://facebook.com/jornaloglobo/posts/2446101818762816>>. Acesso 12/02/2020.

O comentário de LM inicia com um questionamento – “Quem vai avisar a ele [o Papa] que [a moda da homossexualidade] já invadiu há muito tempo [a Igreja]?”. Em seguida, LM justifica a questão feita aludindo a diversos casos de pedofilia (que categoriza pela expressão referencial “moléstia”, em sua forma verbal) cometidos por Padres, que foram veiculadas por vários jornais durante as últimas décadas. Desse modo, o comentário de LM, assumindo o papel de Proponente da tese que se coloca favorável a homossexuais na Igreja, busca descredibilizar a imagem dessa instituição, ao lembrar esses polêmicos casos de pedofilia, e, conseqüentemente, atacar a tese de seu Oponente, que se coloca contrário a homossexuais na Igreja. A desqualificação do adversário ocorre haja vista que o posicionamento do Oponente coincide, nesse contexto, com o posicionamento da Igreja; assim, desmoralizá-la, denunciando uma espécie de hipocrisia por parte de seus membros²⁷, é desqualificar o adversário e a tese que sustenta.

Além disso, o comentário de LM, ao eleger um processo intertextual de alusão ampla à quantidade de moléstias já realizadas e que continuam acontecendo, confirma, ainda que implicitamente, o *princípio de classificação e de numeração*, de Ungerer (1995). Para o

²⁷ Falamos de hipocrisia exclusivamente pela interpretação implícita que se faz do comentário de LM, já que, de modo implícito, é dito que os casos de pedofilia foram necessariamente causados por padres homossexuais, o que confirmaria a presença de homossexuais na Igreja Católica há bastante tempo.

autor, “o impacto emocional da morte humana e da calamidade parece ficar mais forte à medida que o número de pessoas envolvidas aumenta” (UNGERER, 1995, p. 315, tradução nossa²⁸). Embora a pedofilia não tenha relação direta com morte e não seja propriamente considerada uma calamidade, no sentido dicionarial do termo, é uma prática condenável por muitas culturas, sendo judicialmente crime em vários países. Portanto, a ênfase dada ao número de pessoas que já sofreram e ainda sofrem com essa prática criminosa contribui para o apelo ao *pathos*.

O comentário de WF elenca diversos problemas – evocando referentes como “fome”, “sede”, “miséria”, “doenças diversas” etc. - que se relacionam por seu aspecto negativo e para os quais, segundo WF, a Igreja não dá atenção. O comentário de WF, desse modo, ao assumir o papel de Proponente da tese favorável à homossexualidade na Igreja, critica a postura da instituição, lembrando-a de problemas que, diferente da temática abordada, são, de fato, preocupantes. É válido salientar que a convocação desses referentes no texto, e de outros referentes que podem ser ativados por consequência, são responsáveis pelo desencadeamento de emoções como a indignação no Terceiro. Tendo em vista que há uma focalização no referente “povo necessitado” e que os problemas descritos atingem predominantemente seres humanos, confirma-se o *princípio de animação*, já que são destacadas situações que geram risco de morte aos humanos e que, de acordo com a argumentação construída por WF, a Igreja não busca solucionar.

Por fim, o comentário de MM, colocando-se como Proponente da tese contrária, inicia com o trecho “Nem pedofilia, nem homossexualidade”, o que explicita o fato de MM já ter lido outros comentários que introduziram a questão da pedofilia, visto que esse referente não é explicitamente expresso na notícia. Ao introduzir esses referentes juntos, MM promove uma relação entre ambos, semelhante ao que faz o comentário de LM. Sugere-se, somente de modo implícito, que a pedofilia só é cometida por homossexuais, afirmação que não se comprova e, por vezes, é questionada por diversos estudos²⁹. Ainda que sugerida implicitamente, pode se perceber uma confirmação dessa sugestão no trecho que segue – “Ele

²⁸ No original: “As far as number is concerned, the emotional impact of human death and calamity seems to get stronger as the number of people involved increases”.

²⁹ A *National Review Board* divulgou, em 2011, um relatório que investigou os abusos sexuais de menores por padres católicos nos Estados Unidos, entre 1950-2010. Nele, afirma-se que não foi encontrado nenhum dado que indique que a orientação homossexual é uma causa ou fator de risco para o abuso de crianças. O relatório sugere ainda que um motivo pelo qual a boa parte das vítimas eram do sexo masculino é o fato de os meninos serem mais acessíveis aos predadores que as meninas. O relatório completo pode ser visualizado no link: <<http://www.usccb.org/issues-and-action/child-and-youth-protection/upload/The-Causes-and-Context-of-Sexual-Abuse-of-Minors-by-Catholic-Priests-in-the-United-States-1950-2010.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

faz o papel certo que cabe a ele de não se calar diante dessa situação triste que acontece na igreja”.

Ao chamar de “triste” a realidade que descreve e pela simples menção à pedofilia, que já é aversiva, pautando-se nos valores defendidos pela comunidade brasileira, confirmam-se também os *princípios de avaliação e do conteúdo emocional* (Ungerer, 1995). Com apoio no *princípio de avaliação*, é possível atestar uma avaliação explícita no texto pautada em uma norma, e com base no *conteúdo emocional*, podemos notar que o locutor menciona a expressão “triste”, que é utilizada na expectativa de que o interlocutor, avaliando o contexto e tomando como base os valores que sustenta, possa compartilhar esse sentimento. Como já dito, esse apelo ao *pathos*, assim como os demais, é somente um efeito possível, sem garantia de êxito.

Os comentários do próximo bloco foram publicados no *post* da notícia (Texto N2, que pode ser visto na próxima seção) que trata da questão do aborto, veiculada em 19 de abril de 2019. Tendo em vista essa notícia será analisada na seção seguinte, apresentaremos posteriormente mais informações de seu contexto de sua produção. Interessa-nos ver, neste momento, as estratégias utilizadas pelos usuários nos comentários para a mobilização do *pathos* com vistas a persuadir o Terceiro.

TEXTO (C3) – BLOCO DE COMENTÁRIOS DO *POST* DO TEXTO (N2)

FAS  É um genocídio para quem não pode se defender isso sim.
Curtir · Responder · 1 a  4

CRJ  Algo que não é falado às mulheres, em especial às meninas, que o aborto não faz uma mulher "desengravidar", ela apenas será MÃE DE UM FILHO MORTO, além de levar consigo essa culpa por toda a vida. Não somos a primeira civilização a matar crianças e não seremos a última extinta pelo mesmo motivo...
Curtir · Responder · 1 a  8

APR  Desculpe Papa gosto muito do senhor, também acho o aborto uma opção muito triste, porém, menos triste que o nascimento desamparado, de um ser indefeso já estigmatizado pelo abandono.
Curtir · Responder · 1 a   10

FS  Você teria coragem de matar uma criança ..Quando a visse? Se você tem ..Então você é favor do aborto...Porque é o que você faz quando interrompe uma vida no ventre. Você é tão assassina quanto os bandidos que andam matando por aí. Há meios de se evitar..Isso vai contra as leis de Deus.
Curtir · Responder · 1 a

A estratégia utilizada por FAS em seu comentário para mobilizar a figura patêmica envolve dois princípios de inferência emocional: o *princípio de animação* e o *princípio de intensificação da apresentação*. Os princípios acabam ocorrendo juntos pois, ao recategorizar o referente aborto como “genocídio de indefeso”, ele dá maior dramaticidade ao referente, ao passo que a expressão referencial “genocídio” é responsável por ativar outros diferentes referentes, que também têm uma carga negativa. Genocídio, segundo o dicionário Michaelis, é “a eliminação de povos com utilização de prevenção de nascimento, desaparecimento de crianças e condições subumanas de vida”³⁰. Desse modo, como já visto, aquilo que gera risco de morte a humanos está suscetível a desencadear mais fortemente emoções nos interlocutores.

O comentário de FAS, ao assumir o papel de Proponente da tese contrária ao aborto, busca comover o Terceiro, causando-lhe um sentimento de indignação contra quem comete ou defende o aborto. Para Aristóteles (2012), no sentimento de indignação, alguém que é percebido como merecedor de castigo está em uma clara situação de recompensa e gozo. Esse sentimento pode ser suscitado como efeito possível pois fica implícita, no arrazoado que FAS busca construir, uma relação que se poderia traduzir em “Se é a favor do aborto, é a favor do genocídio de crianças indefesas”. O fato de o Terceiro ainda não tomar partido na questão não significa que ele, por exemplo, não tenha aversão, com base nos valores que defende, à ideia de genocídio de “crianças indefesas”. Assim, a indignação pode emergir à medida que ele também encare o aborto dessa maneira.

No comentário de CRJ, utiliza-se estratégia semelhante à adotada por FAS. Nesse comentário, CRJ diz que a prática de aborto não faz a mulher “desengravidar”, mas sim a torna “mãe de um filho morto”, modo que escolhe para retomar e recategorizar o referente aborto, dando ênfase ao utilizar caixa alta. É utilizada também a expressão referencial que recategoriza aborto como “matar crianças”. Além disso, o comentário ressalta o sentimento de “culpa” que a mulher carrega, segundo ele, pelo resto da vida. Desse modo, além dos dois princípios envolvidos na estratégia de FAS, há também o *princípio do conteúdo emocional*, pois, ao inserir o referente culpa, que descreve um estado emocional, CRJ busca gerar, como efeito possível, esse sentimento em que pretende realizar aborto, mas, principalmente, em que possa defender a prática de aborto.

Na construção de uma hierarquia que coloca o “nascimento desamparado” como situação mais digna de tristeza que o aborto, o comentário de APR, assumindo o papel de

³⁰ Definição extraída do Michaelis online, disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/genoc%C3%ADdio/>>. Acesso em 16/02/2020.

Proponente da tese favorável à legalização do aborto, também se utiliza do *princípio do conteúdo emocional*. Busca-se, assim, que o Terceiro também concorde que é mais triste a ideia de uma criança que já nasça abandonada (fruto de uma gravidez indesejada) do que a realização de um aborto. Vale ressaltar que o apelo à imagem de uma criança abandonada torna-se preponderante para a mobilização do *pathos*.

Por fim, o comentário do usuário FS inicia com um questionamento que, com auxílio da forma dêitica *você*, interpela o Terceiro – “Você teria coragem de matar uma criança quando a visse?”. A pergunta, muito provavelmente, gera uma resposta negativa, visto que, com base nos valores de uma maioria, essa é uma ação que boa parte das pessoas não cometeria, principalmente pelo fato de ser uma criança o alvo do assassinato. No entanto, há uma condicional que introduz a frase “Se você tem... Então você é [a] favor do aborto...”. Desse modo, a construção de raciocínio proposta por FS imediatamente coloca pessoas favoráveis à possibilidade do aborto como pessoas que teriam coragem de matar uma criança. O raciocínio sugerido se estabelece assim:

- (a) Se você tem coragem de matar uma criança, você é a favor do aborto; ou
- (b) Se você é a favor do aborto, você tem coragem de matar uma criança.

A justificativa que autoriza esse raciocínio vem através de uma informação que, de certo modo, está inicialmente implícita nele – trata-se da recategorização do referente aborto como “assassinato de criança”, que se confirma quando diz “porque é o que você faz quando interrompe uma vida no ventre”. Uma vez sendo categorizado como um tipo de “assassinato de criança”, quem apoia o aborto, por inferência, será capaz de “matar uma criança”. Além de envolver o *princípio de intensificação da apresentação*, pelo modo como recategoriza o referente, o grande artifício utilizado para o apelo ao *pathos* nesse comentário é a utilização da *dêixis*, responsável por interpelar o Terceiro e jogá-lo em uma cena emocionalmente marcada que ele só se verá livre caso se coloque contrário à prática do aborto. Essa estratégia envolve o *princípio de proximidade*, de Ungerer (1995), porque aproxima o leitor da situação emocional. Isso provavelmente explica o fato de o pronome “você” se repetir cinco vezes durante o comentário, a todo instante introduzindo o outro na cena que constrói, chamando-o de “assassino” e comparando-o com outros bandidos, caso seja favorável à tese adversária.

7.2 Intertextualidade e mobilização do *pathos* em polêmicas

Observemos a notícia extraída do Jornal O Globo, publicada em 19 de abril de 2019.

TEXTO (N2) – NOTÍCIA DO JORNAL O GLOBO SOBRE A DECLARAÇÃO DO PAPA FRANCISCO ACERCA DA PRÁTICA DO ABORTO.

Papa Francisco compara aborto à ideologia nazista de pureza da raça



Pontífice reage à aprovação de projeto que legaliza a prática pela Câmara argentina

O Globo com AFP 16/06/2018 - 11:55 /
Atualizado em 16/06/2018 - 15:53

ROMA - Para o Papa Francisco, aborto, em alguns casos, é o "nazismo com luvas brancas". Dois dias depois da aprovação do projeto de lei de interrupção voluntária da gravidez pela Câmara dos Deputados, o Pontífice reagiu à derrota que sofreu em seu país de origem com declarações fortes. Na quinta-feira passada, a proposta de legalização do aborto foi aprovada pela Câmara dos Deputados argentina em uma votação apertada com 129 votos a favor e 125 contra. O projeto precisa ainda passar pelo Senado.

Em discurso feito neste sábado, o Pontífice comparou o aborto "ao mesmo que faziam os nazistas para cuidar da raça, mas com luvas brancas de ferro".

"No século passado, o mundo todo se scandalizou com o que faziam os nazistas para cuidar da pureza da raça. Hoje fazemos o mesmo, mas com luvas brancas de ferro", disse o Papa no Vaticano, em um discurso improvisado em frente ao Forum Família, segundo informações do site Infobae.

"Está na moda, é habitual. Quando na gravidez, se a criança não está bem ou vem com alguma coisa, a primeira oferta é: 'Tiramos'? O homicídio das crianças. Para se ter uma vida tranquila, tira-se a vida de um inocente", argumentou o Papa, por ocasião do 25º aniversário da instituição que reúne as associações familiares italianas.

VOTO A VOTO

Depois da histórica aprovação na Câmara dos Deputados, o projeto de legalização do aborto na Argentina se encaminha para um debate no Senado ainda sem data definida e com final incerto.

O respaldo que o projeto obteve na Câmara e a mobilização que despertou na sociedade permitem vislumbrar a aprovação, apesar de o Senado ser uma instância tradicionalmente mais conservadora. Mas tal como aconteceu com o colegiado de deputados, serão os indecisos que definirão a discussão que dividiu os partidos.

No país do Papa Francisco, a Igreja Católica tentou exercer toda sua influência — sem resultados — sobre os deputados. E fará o mesmo no Senado.

Nos últimos meses, muitos dos 72 senadores expressaram suas posições, embora possa haver mudanças de última hora. Uma contagem preliminar revela que persistem 11 indecisos sobre 33 opiniões contrárias e 28 a favor. O projeto para legalizar a interrupção voluntária da gravidez até a 14ª semana de gestação obteve 129 votos a favor, 125 contrários e uma abstenção na Câmara dos Deputados.

O texto estabelece a prática gratuita para todos os centros de saúde do país até as 14 semanas de gestação. Depois da 15ª semana, fica habilitado o aborto para casos de estupro, impossibilidade de vida extrauterina e risco de saúde para a mulher.

Para que a lei seja aprovada, são necessários os votos da maioria dos presentes. Como representantes dos governos provinciais, os senadores carregam a marca das idiosincrasias de suas localidades. O norte da Argentina é tradicionalmente mais conservador e católico (religião majoritária no país). Já os senadores de Salta, Tucumán, Jujuy e Catamarca adiantaram que votarão contra.

A notícia acima reproduz a fala do Papa Francisco acerca da aprovação da prática do aborto, e, por isso, dispara a atualização de uma questão polêmica. Dois discursos antagônicos se colocam nessa questão – o discurso favorável e o discurso contrário à legalização do aborto. O contexto do qual surge essa declaração de Francisco foi o da aprovação do projeto de lei de interrupção voluntária da gravidez pela Câmara dos Deputados da Argentina³¹, país de origem do Pontífice. A manchete escolhida pelo jornal se configura, intertextualmente, como uma paráfrase da fala de Francisco, dando destaque à comparação feita pelo Papa, que associou alguns casos de aborto ao Regime Nazista Alemão ao dizer que “No século passado, o mundo todo se escandalizou com o que faziam os nazistas para cuidar da pureza da raça. Hoje fazemos o mesmo, mas com luvas brancas de ferro”.

Na própria notícia, o jornalista categoriza a declaração do Pontífice como “forte”, o que, para nós, já se apresenta como um indicativo não só da potencialidade polêmica, mas também de que se trata de um conteúdo emocionalmente marcado, já que o termo “forte” por vezes está associado a algo que pode chocar o interlocutor. Outros elementos que podem contribuir para a construção desse conteúdo patêmico é a imagem que acompanha a notícia e, posteriormente o *post* da notícia no Facebook, com fundo preto e imagem centralizada do Papa Francisco com feição sisuda.

Podemos pensar que essa mesma notícia poderia apresentar inúmeras manchetes, como “Papa Francisco se coloca contrário à prática de aborto”, por exemplo. No entanto, acreditamos que a escolha do jornalista pela paráfrase, ou mesmo pela citação, como veremos mais à frente, desempenha uma função importante na mobilização do *pathos*, não pelo fenômeno em si, que visa, neste caso que estamos analisando, a reproduzir uma fala com outras palavras, em um discurso indireto, mas a paráfrase utilizada nesse contexto específico, que salienta a fala polêmica do Pontífice ao passo que alude ao Regime Nazista.

A alusão ampla ao Nazismo, uma vez que alude não a um texto específico, mas a um conjunto de textos que descrevem o regime e suas práticas de extermínio, imprimem nos interlocutores a imagem de um nebuloso período histórico no qual se acreditava que os povos germânicos seriam uma raça superior às demais e no qual, segundo estimativas, houve o extermínio entre 5 e 6 milhões de pessoas, apenas nos campos de concentração. Cremos que a paráfrase e, principalmente, a alusão ampla são responsáveis pela mobilização da figura patêmica no texto, embora saibamos que as redes referenciais que são construídas por esse apelo

³¹ Posteriormente este projeto de lei foi rejeitado pelo Senado da Argentina.

intertextual também estão completamente envolvidas nessa mobilização, não sendo possível separar com precisão, no acontecimento do texto, as estratégias textuais.

O apelo ao *pathos* desencadeado já pela manchete, a nosso ver, envolve pelo menos dois princípios de inferência emocional (Ungerer, 1995). Inicialmente, o *princípio da intensidade de apresentação*, tendo em vista que o jornalista, na construção do texto, busca utilizar uma linguagem e reproduzir determinados recortes da fala do Pontífice que auxiliam na exacerbação dos fatos, tornando-os mais dramáticos; e, por conseguinte, o *princípio de animação*, ou o que Ungerer (1995) chamou também de *princípio do homocentrismo*, uma vez que, para o autor, aquilo que pode gerar risco de morte a seres humanos pode tornar os interlocutores mais propensos a emoções. Isso ocorre na notícia que analisamos porque o conteúdo aludido na referência ao Nazismo é responsável por ativar, por exemplo, referentes axiologicamente marcados, como extermínio e assassinato. Com auxílio da comparação feita pelo Papa e do destaque dado pelo jornalista à declaração, esses referentes passam a se relacionar com o referente aborto. Essa associação de referentes provoca, como efeito possível, sentimentos como a indignação nos interlocutores que sustentam valores de repúdio ao conteúdo aludido, ainda que não tenham um posicionamento certo quanto à questão polêmica.

O fato de o texto ser repleto de citações às falas do Papa, que por si sós já foram consideradas “fortes” pelo jornalista, corroboram também essa mobilização do *pathos* ao reproduzir, por exemplo, o trecho em que o Pontífice chama o aborto de “homicídio das crianças” e diz que os que praticam o aborto tiram a “a vida de um inocente” para ter uma vida tranquila. Isso pode, como efeito possível, despertar nos interlocutores emoções como tristeza e indignação contra pessoas que apoiam a legalização da prática ou que já fizeram aborto alguma vez. As citações utilizadas na notícia colaboram para a recategorização do referente aborto e comprovam os dois princípios supracitados.

Se pensarmos mais uma vez nas relações entre a dicotomização de teses e o *pathos*, é possível prever, para cada tese nessa questão polêmica, algumas possibilidades de raciocínios. De um lado, para os Proponentes da tese contrária à legalização do aborto, avistamos a construção de argumentos que se baseiem, prioritariamente, nos valores defendidos pela Igreja Católica - tanto na importância dada à vida humana sob qualquer circunstância quanto no valor conferido à reprodução humana, muitas vezes interpretada como um “presente divino” ou como consequência natural do sacramento do matrimônio. Desse modo, qualquer posicionamento contrário a esse valor cristão também se coloca contrário à própria figura de Deus e, por consequência, é visto como pecaminoso. Pode ser comum também a discussão sobre quando se inicia a vida humana, fato que, algumas vezes, autoriza uma compreensão da interrupção da

gestação como uma espécie de “assassinato”, algo digno de repulsa e indignação por parte da população em geral. Por outro lado, para os Proponentes da tese favorável à legalização do aborto, vislumbramos raciocínios que, por exemplo, ressaltam o número excessivo de mulheres que morrem ao tentar praticar um aborto clandestino, no desespero de não poderem criar seus próprios filhos, e de crianças que são abandonadas pelos pais quando gestadas de modo indesejado.

O *post* da notícia no Facebook relaciona-se intertextualmente com ela, repetindo seus elementos principais – manchete, fotografia e *lead*. A intertextualidade, vale salientar, desempenha papel fundamental na polêmica. De acordo com Pinto, Cavalcante e Brito (2018), a polêmica é um modo de gestão de conflitos entre discursos opostos que só se marca no diálogo entre textos, o que torna, como já dissemos em capítulos anteriores, o fenômeno da intertextualidade condição fundamental para instauração dessa modalidade. Assim como as autoras, acreditamos que a polêmica só seja efêmera (Amossy, 2017) se admitirmos que ela se atualiza em textos e nas relações intertextuais.

A questão polêmica da legalização do aborto, por exemplo, é muito antiga e sempre é atualizada, muitas vezes por notícias que reportam opiniões sobre o assunto ou reportagens que tratem do tema, com opiniões de especialistas e religiosos. Nesse caso que analisamos, é a própria notícia com a declaração do Papa que é o gatilho para a atualização da polêmica, que se confirma nos comentários da postagem no Facebook, no qual se torna perceptível a dicotomização de teses, a polarização social e a desqualificação do adversário.

TEXTO (P2) – POST DA NOTÍCIA [TEXTO (N2)] NO FACEBOOK



Disponível em: <<https://facebook.com/jornaloglobo/posts/2143916255648042>>. Acesso em 13/10/18.

No instante em que foi coletado, o *post* apresentava 4,1 mil reações, tendo mais “likes” (3,1 mil), seguido respectivamente das reações “amei” (450), “triste” (246) e “grr” (174). Essas diferentes reações já evidenciam posicionamentos diferentes e podem homologar também reações emocionais distintas ao mesmo conteúdo – causando sentimento de forte aprovação para uns (função geralmente desempenhada pela reação “amei”) e tristeza e raiva em outros (“triste” e “grr”, respectivamente).

Para a análise, inicialmente selecionamos doze comentários desse *post* que julgamos pertinentes, de acordo com os critérios apresentados na metodologia, para que possamos discutir questões relacionadas à atualização da polêmica, à dicotomização de teses, à polarização social e à desqualificação do adversário, que, em muitos casos, está relacionada à mobilização do *pathos*. Cabe salientar que, desses doze primeiros comentários selecionados, cinco são independentes, isto é, publicados sem o mecanismo de resposta a outro comentário³², e outros sete comentários são respostas ao primeiro comentário da lista, do usuário LS, e tratarão mais especificamente do comentário feito pelo respectivo usuário.

³² No Facebook, na parte de comentários de um *post*, o usuário tanto pode fazer um comentário sobre o conteúdo do *post* em si quanto pode responder a outro comentário já feito por outro usuário (mecanismo de resposta).

TEXTO (C4) – BLOCO DE COMENTÁRIOS DO POST DO TEXTO (N2)

- LS**  "Temos medo da guerra nuclear e dessa nova enfermidade que chamamos de AIDS, mas matar crianças inocentes não nos assusta. O aborto é pior do que a fome, pior do que a guerra." - Madre Teresa de Calcutá.
Curtir · Responder · 1 a    548
- JA**   Madre Teresa aquela que era racista, autoritária e sádica?
Curtir · Responder · 1 a    35
- WB**   Você não sabe o que fala **JA**
Curtir · Responder · 1 a   20
- AM**  Falou a doida da madre Tereza que deixava os doentes morrerem pq achava q isso era provação divina.
Fuck you
Curtir · Responder · 1 a · Editado   17
- LA**   Superfã
 **JA** vc é doente?
Curtir · Responder · 1 a
- AP**   Madre thereza foi um monstro e me alegra saber q mesma já está morta.
Curtir · Responder · 1 a   5
- FA**   **AP** Eu gostaria muito de saber à fonte dessa informação sobre à Madre Teresa, por favor manda ai, ou é mais um fruto da imaginação daquele professor maconheiro com à camiseta do Che Guevara!
Curtir · Responder · 1 a   4
- AP**   **FA** eu não consegui compartilhar aqui, mas procure no YouTube por ANJO DO INFERNO - MADRE THEREZA DE CALCUTÁ
E tire suas próprias conclusões 😊
Ela foi um monstro e me alegra saber que dela hj só existe um punhado de ossos 😊
Curtir · Responder · 1 a   3

Disponível em: <<https://facebook.com/jornaloglobo/posts/2143916255648042>>. Acesso em 13/10/18.

Concordamos com Brito (2018) quando diz que a polêmica se constrói como em uma peça teatral, pois, assim como a autora, entendemos que a modalidade polêmica só se realiza no momento do posicionamento dos actantes, tal qual em um teatro. Com essa pequena parcela de comentários, já se pode perceber a dicotomização de teses nos comentários, que produzem uma radicalização em polos opostos: de um lado, Proponentes da tese contrária à

prática e/ou à legalização da prática do aborto, corroborando o pensamento do Papa; e, do outro, os Proponentes que se colocam a favor da legalização da prática de aborto.

Focalizaremos, a seguir, na análise dos comentários dessa postagem para observar como Proponentes e Oponentes se colocam, em relação à emoção, na polarização, de modo a evidenciar, pelas marcas textuais, quais estratégias utilizam para tornar seu dizer mais persuasivo e como promovem a desqualificação de seu adversário.

Inicialmente, o comentário de LS é inteiramente feito por uma citação de uma fala atribuída à Madre Teresa de Calcutá, uma famosa religiosa católica, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1979, foi beatificada em 2003 e canonizada em 2016, e que, por vezes, é relacionada a um estereótipo de caridade e bondade. Na citação atribuída à religiosa, Madre Teresa diz que o “aborto é pior que a fome, pior que as guerras” e que, ante tamanha banalidade da prática de “matar crianças inocentes”, a prática do aborto parece não nos amedrontar, diferentemente do que fizeram as guerras nucleares e a AIDS.

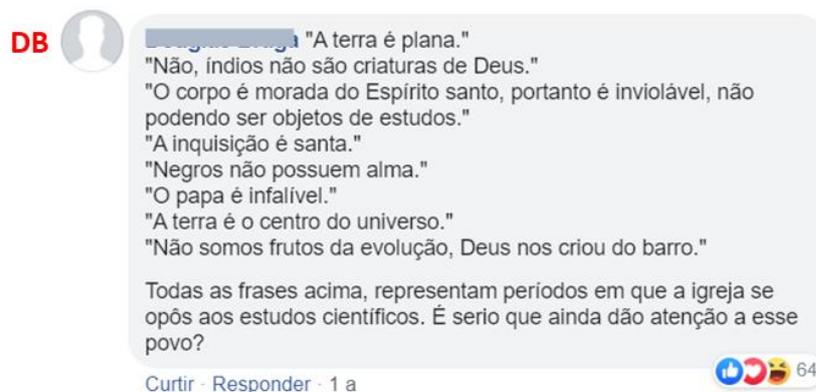
A citação ocorre no comentário de LS não só como um argumento de autoridade, uma das funções textual-discursivas mais prototípicas da citação, uma vez que remete a uma frase dita por uma “santa”, mas também como uma estratégia de mobilização do *pathos*, pela própria recategorização do referente aborto, ao chamá-lo de “matar crianças inocentes”, e pelas relações que faz entre outros referentes, como guerras nucleares e AIDS, elementos que, na época, estavam muito associados a ideias relacionadas a morte e extermínio. Desse modo, o apelo ao *pathos* produzido no comentário de LS envolve também os *princípios de intensidade de apresentação* e o *princípio de animação*, pois recorre, de certo modo, à mesma estratégia utilizada na construção da notícia, que exacerba a apresentação dos fatos, dando-lhe maior dramaticidade, ao passo que essa exacerbação convoca e recategoriza referentes que sugerem a ideia daquilo que gera risco de morte aos seres humanos, como “matar crianças inocentes”.

Ressalta-se que o conteúdo do intertexto ao qual o usuário LS recorre o coloca como Proponente da tese contrária à prática e/ou à legalização da prática do aborto. Somente o comentário de LS obteve 548 reações, como pode ser observado na imagem. Entre as reações estão o tradicional “curtir” e também o “amei” e o “haha”, que podem implicar uma aprovação ou uma ridicularização do conteúdo, respectivamente, tendo em vista que, por vezes, a reação “haha” funciona, conforme Oliveira (2019), como ironia por parte de alguns usuários. Os comentários que seguem, dos usuários JA, WB, AM, LA, AP e FA, são respostas ao comentário de LS e evidenciam o aspecto teatral da polêmica ressaltado por Brito (2018), uma vez que podemos observar a troca de papéis actanciais dos interlocutores, que ora são Proponentes de sua tese, ora são Oponentes da tese do adversário.

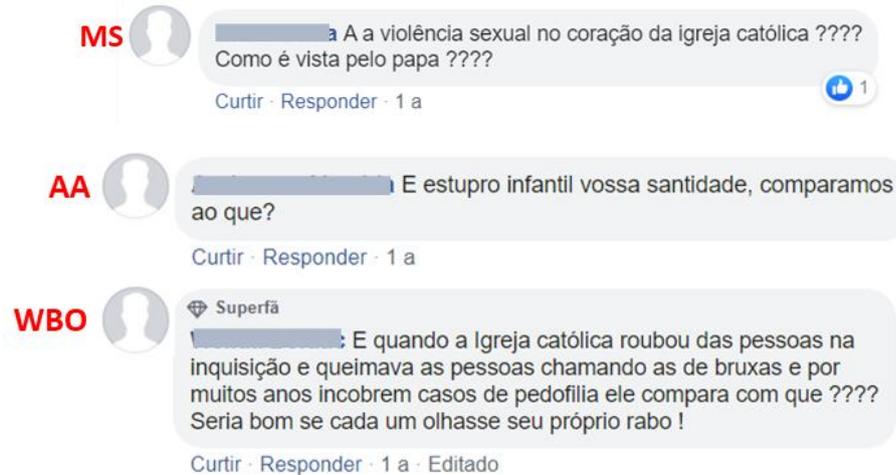
Os comentários de JA, AM e AP, ao passo que assumem os papéis de Proponente, buscam atacar a tese do adversário. Esse ataque ocorre especificamente sobre a figura de Madre Teresa, principal artifício argumentativo do comentário de LS, porque atacar a imagem de Madre Teresa é, por conseguinte, tentar desacreditar a tese sustentada por LS. Os comentários recategorizam a Madre como “racista”, “autoritária”, “sádica”, “monstro” e “doida” e dizem que “ela deixava os doentes morrerem porque achava que isso era provação divina”. Os comentários de AP ainda reforçam a satisfação de Madre Teresa não estar mais viva e ser apenas “um punhado de ossos”, revelando um dizer marcadamente violento, na medida em que sugere comemorar a morte da Madre. Os comentários de WB, LA e FA, assumindo os papéis de Proponente, questionam a veracidade das afirmações feitas pelos comentários dos Oponentes. O comentário de LA, por exemplo, ataca o usuário JA, perguntando-lhe se ele é “doente”, insinuando que uma afirmação como essa não poderia ter sido feita por alguém são.

Os comentários de JA, AM, AP, como estratégia de desacreditização, aludem a um texto específico, que surge referenciado no último comentário de AP – o famoso e polêmico documentário “Anjo do Inferno” (*Hell's Angel*), sobre Madre Teresa de Calcutá, roteirizado por Christopher Hitchens e Tariq Ali e produzido em 1994 pelo *Channel 4* da Inglaterra. As críticas feitas no documentário desconstruem a imagem canonizada de Madre Teresa e a acusam de ter sido “uma fanática amiga de ditadores” e de não ter dado “cuidados profissionais aos doentes”³³. Podemos perceber nesse conjunto de comentários o papel da intertextualidade, em específico a citação e a alusão, como mecanismos de mobilização do *pathos* e descrédito da tese do adversário e também de sua imagem. Vejamos outros comentários desse mesmo *post*.

TEXTO (C5) – BLOCO DE COMENTÁRIOS DO *POST* DO TEXTO (N2)



³³ A reportagem produzida pelo El País, no ano de canonização de Madre Teresa, discute essa questão das acusações. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/04/internacional/1472980683_884891.html>.



Disponível em: <<https://facebook.com/jornalgloboposts/2143916255648042>>. Acesso em 13/10/18.

O comentário de DB se configura de um modo particular, pois, apesar de utilizar as aspas, que comumente marcam citações, não remete a textos específicos em citações literais. Na verdade, as “citações” remetem, como o próprio comentário demonstra, a discursos sustentados, segundo DB, pela Igreja Católica nos séculos passados, que se opuseram a discursos científicos. DB, quando assume o papel de Proponente, ataca a tese do adversário, que é contrário à prática do aborto, questionando se a Igreja merece credibilidade mesmo quando suas afirmações no passado foram todas refutadas. Essa estratégia utilizada por DB ocorre ora como alusões estritas a passagens bíblicas, como “deus nos criou do barro”³⁴, ora como alusões amplas a um conjunto de textos de épocas distintas, os quais sustentavam os posicionamentos da Igreja Católica sobre diversos assuntos, por exemplo “A terra é o centro do universo”, pois houve um período histórico no qual a teoria geocêntrica (que apontava a Terra como o centro do Universo) era apoiada pela Igreja Católica.

Nem todos os posicionamentos aludidos pelo comentário colaboram para a mobilização do *pathos*, mas podemos supor que as menções à Santa Inquisição e o racismo de frases como “Negros não possuem almas” e “Índios não são criaturas de Deus”, ao mesmo tempo que remetem a um período no qual a Igreja foi responsável pela morte de milhares de pessoas e reproduzem discursos extremamente ofensivos, mobilizam a figura patêmica, instaurando, como efeito possível, sentimento de tristeza e indignação. É claro que esse apelo ao *pathos*, como já dissemos, dependerá dos valores e crenças defendidos pelos interlocutores.

³⁴ “O Senhor Deus formou, pois, o homem do barro da terra, e inspirou-lhe nas narinas um sopro de vida e o homem se tornou um ser vivente” (Gênesis 2:7).

Os comentários de MS, AA, WBO, enquanto Proponentes da tese favorável à legalização da prática do aborto, atacam a imagem da Igreja, conseqüentemente, a tese do adversário, quando recorrem à alusão ampla a inúmeros textos que denunciam envolvimento de membros da Igreja com pedofilia e violência sexual. A simples menção a termos como “estupro infantil” e “violência sexual” pelos usuários, que, quando relacionados à imagem da Igreja, acionam essa alusão a um conjunto de textos, são suficientes para mobilizar o *pathos*, pois evocam imagens e práticas condenáveis pelos valores defendidos pela sociedade, que necessariamente geram indignação e raiva a quem sustenta esses valores. Por fim, o comentário de WBO, assim como o de DB, descredibiliza a Igreja e alude ao período histórico da Inquisição, descrevendo práticas como queimar pessoas, o que também, a nosso ver, impulsiona a mobilização do *pathos*, uma vez corresponde ao princípio da intensidade de apresentação.

Assim como procedemos na seção anterior, focalizaremos agora a análise da intertextualidade na mobilização do *pathos* em comentários de outra notícia (Texto N7, em anexo), que tem como contexto uma conversa do Papa Francisco com o chileno Juan Carlos Cruz, vítima de um abuso sexual enquanto criança por um padre pedófilo. Tendo em vista a manchete da notícia – “‘Deus te fez assim e te ama’, diz papa Francisco a homossexual que foi abusado por padre no Chile” –, há pelo menos uma questão polêmica que podemos extrair: a aceitação da homossexualidade na Igreja Católica. Na própria notícia, por exemplo, é destacado que essa declaração do Pontífice teria sido umas das mais progressistas em relação à homossexualidade. A declaração é assim encarada tendo em vista os valores sustentados pelo discurso religioso católico, que condena a prática. A notícia, assim, é gatilho para uma questão polêmica e duas teses se colocam: de um lado, a tese favorável à aceitação do homossexual na Igreja; e, do outro, a tese contrária a esta.

TEXTO (C6) – BLOCO DE COMENTÁRIOS DO POST DO TEXTO (N7)

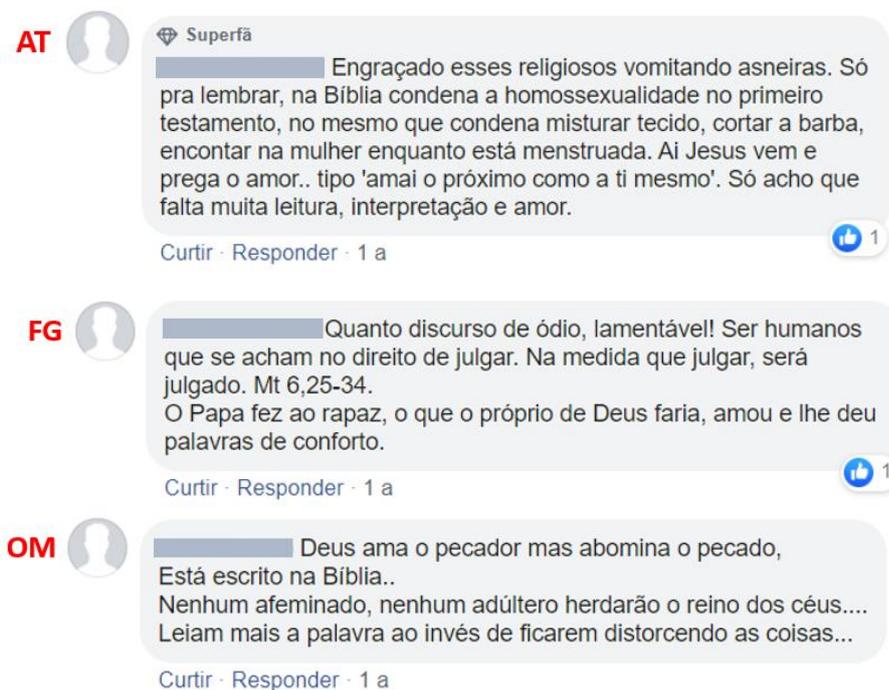
JS



Vocês não sabem que os perversos não herdarão o Reino de Deus? Não se deixem enganar: nem imorais, nem idólatras, nem adúlteros, nem homossexuais passivos ou ativos, nem ladrões, nem avarentos, nem alcoólatras, nem caluniadores, nem trapaceiros herdarão o Reino de Deus. Assim foram alguns de vocês. Mas vocês foram lavados, foram santificados, foram justificados no nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito de nosso Deus.

1 Coríntios 6:9-11

Curtir · Responder · 1 a



Disponível em: <<https://www.facebook.com/estado/posts/2529655217049525>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

Embora não esteja tipograficamente marcada, o comentário de JS corresponde inteiramente a uma citação direta dos versículos 6:9-11, da Primeira Epístola aos Coríntios, da Bíblia, como o próprio comentário sinaliza ao fim. O conteúdo do versículo remete ao fato de que a “perversidade” não será digna de “herdar o Reino de Deus”. JS, assumindo o papel de Proponente da tese contrária à homossexualidade na Igreja e ao se deixar dizer apenas pelo apelo intertextual que propõe, desencadeia, como efeito possível, um sentimento de medo no Terceiro, ao tocar em uma questão de punição do pecado. Neste caso, o pecado, pelos referentes que são ativados no comentário, seria o da homossexualidade, que aparece ao lado de outros “pecados”, como adultério e roubo, no mesmo paralelismo semântico. Este sentimento, como sabemos, depende das crenças e dos valores defendidos pelos sujeitos, e, a nosso ver, só poderá atingir aqueles que compartilham as *doxas* da doutrina católica, pois essa ameaça, sendo consequência de se manter em atividades categorizadas como “pecaminosas”, não pode afetar aqueles que não creem nos ideais católicos.

O usuário AT, ao se colocar como Proponente da tese favorável à aceitação da homossexualidade no âmbito da Igreja, e, conseqüentemente, como Oponente de JS, inicia seu comentário encapsulando e recategorizando como “asneiras” os comentários de seus Oponentes, os quais chama de religiosos. A estratégia adotada por AT para descredibilizar a tese de seus adversários é de, inicialmente, descredibilizar o primeiro livro da Bíblia – o Velho Testamento

–, de onde saem os versículos nos quais comumente pessoas religiosas se baseiam para condenar a homossexualidade.

Assim, por meio de paráfrases, o comentário de AT lembra que o Velho Testamento condena também situações corriqueiras praticadas pelos que se dizem cristãos, como o ato de cortar a barba e de se relacionar sexualmente com uma mulher em período de menstruação. AT também convoca uma citação ao versículo “Amai o próximo como a ti mesmo” (presente no livro do apóstolo Mateus, no Novo Testamento) e, em seguida, diz que falta às pessoas “leitura, interpretação e amor”. cremos que este apelo intertextual ao versículo se configura como um dos poucos casos em que o Proponente busca desencadear, como efeito possível, uma emoção positiva, como o amor. Para Aristóteles (2012, p. 95), “amar é querer para alguém aquilo que pensamos ser uma coisa boa, por causa desse alguém e não por causa de nós”. Baseando-se neste versículo para a construção de seu arrazoado, o comentário de AT busca, primeiro, criar uma hierarquia na qual o Novo Testamento é mais aceitável para dar base à doutrina cristã do que o Velho Testamento, e, segundo, colocar o preceito do “amor ao próximo” como primordial.

O comentário de FG segue estratégia semelhante à de AT e inicia recategorizando parte dos comentários de seus Oponentes como “discurso de ódio”. FG, ao apelar para uma citação direta de um versículo também do livro do apóstolo Mateus (7:1-5), lembra a seus adversários, e ao Terceiro, aquele para quem se dirigem os projetos persuasivos na polêmica, que o julgamento, nesse caso, de pessoas homossexuais pelo que são será alvo de um julgamento divino da mesma proporção. Assim, FG apela, como efeito possível, ao sentimento de medo – um dos principais sentimentos que estão envolvidos no apelo intertextual a passagens bíblicas, de acordo com os comentários que foram selecionados para compor nosso *corpus* de análise.

Por fim, o comentário de OM se inicia com uma frase muito popular em discursos religiosos que, no entanto, não corresponde a um conteúdo próprio da Bíblia e sim a um conteúdo gerado por reflexões acerca das escrituras. Temos, a nosso ver, uma alusão ampla, tendo em vista que, para Cavalcante, Faria e Carvalho (2017, p. 19), “as alusões amplas não convocam a memória de um texto específico, mas remetem difusamente a vários textos que abordaram determinada temática ou situação interacional”. Esse apelo intertextual é o responsável, assim como a paráfrase também feita no comentário dos versículos 6:9-11, da Primeira Epístola aos Coríntios, por desencadear, como efeito possível, o sentimento de medo, devido à punição pelo pecado. É importante ressaltar que a utilização do termo “abominar”,

dentro do contexto, também colabora para dar maior grau de dramaticidade à sugestão de punição aos pecadores.

Os comentários de JS e OM, bem como os comentários de SS, FS e MB (Texto C1) analisados na seção anterior, evidenciam que o apelo ao medo é significativamente recorrente quando se trata de questões interpretadas pela Igreja como pecaminosas, como a prática da homossexualidade e da interrupção da gravidez. Essa estratégia envolve predominantemente o *princípio de intensificação da apresentação*, haja vista o modo como se recategorizam essas práticas e como se constrói o argumento nesses comentários. Suscitar o medo, como já dissemos, é uma estratégia que só pode alcançar êxito se o interlocutor compartilhar minimamente os valores da doutrina cristã, o que implicaria, por exemplo, crer que o pecado leva à condenação ao inferno. Ungerer (1995) diz que metáforas baseadas na Bíblia, com suas conotações emocionais bem estabelecidas, são comuns no discurso jornalístico, que é alvo de sua análise. De acordo com o que observamos na análise de nosso *corpus*, pensamos que, de maneira geral, o apelo intertextual a certas passagens bíblicas carrega consigo conteúdos emocionalmente marcados, passíveis de gerar emoções como o ódio, a indignação e o medo, de acordo com as crenças e valores defendidos por determinada comunidade.

8 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, tivemos, como principal objetivo, investigar as estratégias textuais de referenciação e de intertextualidade que servem à mobilização do *pathos* em textos da modalidade argumentativa polêmica. Com esse propósito, inicialmente, assumimos como pressuposto a profícua interface entre a Argumentação no Discurso (Amossy, 2018a [2006]), e a Linguística Textual, aventada por Cavalcante (2016) e sistematizada pela tese de Macedo (2018), que sugere evidenciar explicações da argumentação (inter)discursiva por categorias de textualidade. Tal pressuposto se mostrou basilar para a condução metodológica que realizamos em nossa análise, pois entendemos que é “na dimensão das relações de textualização que a argumentação se inscreve, em total dependência com as relações de coerência textual” (CAVALCANTE, 2016, p. 122).

Visando, portanto, a uma análise textual do *pathos*, apresentamos e confrontamos as pesquisas de autores como Ungerer (1995), Micheli (2008a, 2008b, 2010), Plantin (2008, 2010), Charaudeau (2007, 2010) e Amossy (2017, 2018a), além de Aristóteles (2012) –, os quais propuseram, em seus estudos, uma investigação do *pathos* na argumentação, em busca de fundamentar a concepção de *pathos* que serviu de base a esta dissertação.

De início, concordamos com a premissa de que as provas retóricas - *pathos*, *logos* e *ethos* - sejam inseparáveis à medida que são da ordem do razoável, isto é, do que é considerado plausível em uma argumentação. Assim sendo, para nós, o *pathos*, em uma visão ampla, não se desvincula da razão, mas não pode submeter-se inteiramente a ela.

Embora tenhamos optado, nesta dissertação, por observar a manifestação do *pathos* como uma mobilização estratégica, que pode ser apenas suposta em uma análise como um efeito possível, acreditamos que as emoções nem sempre se resumem a valores sociais, motivo pelo qual o *pathos* não pode ser equiparado à noção de *valores*, nem sempre são racionalmente explicáveis, nem intencionalmente mobilizadas. Ainda que não se resuma aos valores de uma determinada comunidade, pôde se perceber em nossa análise que as emoções estão profundamente ligadas a eles, como afirmou Charaudeau (2010). Acreditamos que, em muitos casos, as emoções emergem da interpretação de circunstâncias pelo sujeito apoiadas nos valores que supõe sustentar. Assim sendo, verificou-se frequente, em nossa análise, a interpretação de contextos interdiscursivos e de valores (que constituem *doxas*) para que fossem explicadas as possíveis motivações dos apelos ao *pathos* e as possíveis razões para o desencadeamento de emoções.

Pelo fato de termos proposto uma investigação do *pathos* que fosse além das marcas gramaticais, nossa dissertação elegeu como critérios os processos referenciais e intertextuais, em busca de explicar como se dava o apelo ao *pathos* em textos. Ter recorrido a esses critérios nos permitiu confirmar nossa hipótese básica de que essas estratégias textuais podem revelar o desencadeamento das emoções nos textos, como efeitos possíveis. Foi por essa razão que propusemos que os processos referenciais e os processos intertextuais (de modo particular, as intertextualidades por copresença e as por alusão ampla) fossem considerados no quadro de Ungerer (1995), no estudo dos princípios de inferência emocional. Em nossa análise, comprovamos a eficácia dos princípios propostos pelo autor - *princípio de proximidade, de animação, de classificação e numeração, de avaliação, da intensidade de apresentação e do conteúdo emocional* -, demonstrando as estratégias e explicando-as a partir dos critérios textuais supracitados.

Nesse ponto, para apresentar as constatações a que chegamos acerca da mobilização da figura patêmica em textos de modalidade polêmica, organizamo-las, primeiramente, pelos gêneros escolhidos para a análise – a webnotícia e o comentário de *post* de Facebook –, de modo a confrontar as particularidades do apelo ao *pathos* em cada gênero; e, dentro das constatações de cada gênero, pelos critérios da referência e da intertextualidade.

Quanto à mobilização do *pathos* em notícias, é importante reforçar que, ainda que seja um gênero no qual, teoricamente, se espera maior grau de imparcialidade, torna-se perceptível, sobretudo pela construção de certas redes referenciais, a sugestão de pontos de vista defendidos pelos jornalistas por meio das escolhas que faz para noticiar um fato. Dentro do *corpus* que elegemos, por exemplo, algumas redes referenciais construídas pelas notícias colaboram para a mobilização do *pathos*. Por exemplo, nas notícias (N1) e (N6), que reportam a conversa do Papa Francisco com o comediante Stephen K. Amos, há recategorizações que auxiliam na construção de um referente de um homem gay não aceito, como nos trechos com citação direta da fala de Stephen - “não me sinto aceito” – e da fala de Francisco – “As pessoas que decidem rejeitar o outro por um adjetivo não têm coração humano”. Do mesmo modo, há recategorizações que auxiliam na construção, em oposição, de um referente da pessoa que tem preconceito contra homossexuais como alguém cruel, como demonstra a citação da declaração do Papa. Nesses casos, a depender dos valores defendidos pelo interlocutor, espera-se que a construção desses referentes mobilize sentimentos como a compaixão e a indignação.

Além disso, observamos certa frequência de construção de redes referenciais que se relacionam com o *princípio da intensidade de apresentação* (Ungerer 1995), tendo em vista que a introdução de certos referentes e a recategorização deles ao longo do texto contribuem

para uma exacerbação dos fatos, tornando-os mais dramáticos. Como exemplo, tem-se a construção do referente *aborto*, na notícia (N2), que é retomado, por exemplo, pela expressão referencial *nazismo de luvas brancas e homicídio das crianças*.

No que tange especificamente aos apelos intertextuais no gênero notícia, concluímos que, por se tratar de notícias sobre declarações do Papa em determinados contextos, as manchetes recorriam, na maioria dos casos, a citações e paráfrases das declarações do Pontífice. Recorrer a esses apelos intertextuais permite dar maior ênfase, em maior parte dos casos, aos trechos das declarações do Papa que fossem propícios a gerar repercussão – como em “‘Deus te fez assim’, diz Papa Francisco a um homem gay” e “Papa Francisco compara aborto à ideologia nazista de pureza da raça”, uma vez que tratam de temas polêmicos e de questões de interesse público. Essa estratégia de exacerbar o modo de apresentação dos fatos, que também reflete na construção da manchete, ao eleger trechos que sejam propícios a gerar repercussão, é, por vezes, interpretada pelos leitores do jornal e usuários em geral como estratégia de sensacionalismo, pois destacam-se determinados trechos mais impactantes, às vezes, descontextualizando-os, de modo que possam tornar a imagem mais apelativa e gerar maior visibilidade à notícia.

Por fim, embora não tenhamos proposto uma investigação específica à questão das imagens, foi perceptível que a escolha delas pelo jornal, para cada notícia que utilizava esse recurso, dava pistas quanto ao ponto de vista que se deixava transparecer em cada notícia. Por exemplo, na notícia (N1), que trata da conversa do Papa Francisco com o comediante Stephen K. Amos, é utilizada uma imagem em que Amos está com a mão esquerda no peito, como posição de respeito ao líder religioso, e o Papa apresenta uma feição com sorriso, imagem que pode endossar a tese de que homossexuais devem ser acolhidos no âmbito da Igreja. Já a notícia (N2), por exemplo, que trata da comparação do aborto ao Regime Nazista feita pelo Papa, traz como imagem a figura centralizada do Pontífice com rosto sisudo, em um fundo todo preto. Essa imagem tanto reforça a imagem do Pontífice frente à questão do aborto quanto auxilia a construção de uma imagem negativa do Papa, como alguém maléfico.

Quanto à mobilização do *pathos* em comentários de *post* do Facebook, ressaltamos que esse gênero, pelos próprios traços que o constituem, permite maior liberdade e variedade quanto à utilização das estratégias de apelo ao *pathos*. Em comentários de *post* de Facebook, gênero que prototipicamente cumpre função metatextual, é possível observar maior frequência de uma argumentação mais apelativa e, por vezes, violenta. A internet, ao promover um distanciamento físico entre os interactantes da troca argumentativa, possibilita discussões mais inflamadas, que, em muitos casos, chega à violência verbal. Isso vai ao encontro da afirmação

de Amossy (2017, p. 173) quando diz que “as interações pelo computador são apontadas por alguns como lugar de livre curso de uma violência desenfreada e perigosa”. No entanto, diferentemente do que pensa a autora, no contexto brasileiro e, em específico, no ambiente do Facebook, quase não se observou qualquer preocupação com a utilização de pseudônimos ou de outras estratégias que permitem preservar a identidade dos usuários que comentavam. Pelo contrário, boa parte dos comentários partiam de perfis pessoais.

Tratando especificamente das estratégias de mobilização do *pathos* utilizadas nos comentários, no âmbito da referenciação, constatamos que a recategorização de referentes correspondeu à estratégia mais frequente na análise de nosso *corpus*, sendo utilizada, muitas vezes, para dar maior carga emocional a um referente, como a recategorização do referente *aborto* para a expressão referencial *genocídio*, feita pelo comentário de FAS, no texto (C3). Além disso, constatamos que a recategorização mantém profunda relação com a desqualificação do adversário, que ora se dava pelo ataque à tese oposta, ora pelo ataque pessoal ao adversário.

Em relação às desqualificações do adversário pelo ataque à tese, a maior parte das ocorrências tratou-se de comentários que recategorizam a tese do Oponente de modo pejorativo. Por exemplo, no comentário de SS, no texto (C1), há a recategorização do referente *prática homossexual*, que é retomado pelas expressões referenciais *vomitável*, *condenada* e *esse pecado*, reforçando uma visão negativa da homossexualidade - posicionamento que se opunha à tese de que os homossexuais precisam de acolhimento e respeito no ambiente religioso. Ademais, também foram frequentes as desqualificações que se davam pela associação do referente que permeava a temática da tese a outro referente que, por conhecimentos prévios do interlocutor e pelos valores que ele sustenta, despertava sentimentos como a indignação e o ódio. Nos comentários, por exemplo, de EA, VR, do texto (C1), e LM, do texto (C2), é feita uma associação do referente *Igreja*, e de referentes correlatos que emergem no texto, ao referente *pedofilia*, prática que comumente acarreta ojeriza no interlocutor.

Já em relação às desqualificações do adversário pelo ataque pessoal, constatamos que os Oponentes, quando mencionados em certos comentários, eram recategorizados de modo fortemente pejorativo, com o intuito de gerar descredibilidade à imagem deles e à tese que defendiam. São exemplos dessa estratégia a expressão referencial *monte de crente idiota*, utilizada no comentário de RF, do texto (C1), como forma de recategorizar os Oponentes; a expressão referencial *chefe dos pedófilos*, utilizada no comentário de VR, no texto (C1), para difamar a imagem do Papa Francisco e, conseqüentemente, a tese oposta, que era comum, naquele contexto, à opinião emitida pelo papa; e “doente”, no comentário de LA, modo que escolhe para recategorizar o usuário JA, no texto (C4).

Embora não tenha sido encontrado um número significativo de ocorrências em nosso *corpus*, foi possível confirmar nossa hipótese de que a dêixis pessoal também constitui uma estratégia de mobilização da figura patêmica, como observado no comentário de FS, no texto (C3). Essa estratégia, como visto, está profundamente relacionada ao *princípio de proximidade*, de Ungerer (1995), uma vez que, para focalizar o que está próximo ao leitor, utiliza-se um dêitico pessoal para interpelá-lo e introduzi-lo em uma cena emocionada marcada.

No que diz respeito aos apelos intertextuais para a mobilização do *pathos* no gênero comentário, constatamos, inicialmente, que os processos intertextuais, embora se distingam dos processos referenciais, guardam significativa relação com estes. Essa constatação se deu pois, durante a análise, tornou-se perceptível que o apelo intertextual era responsável por convocar certas redes referenciais que eram determinantes para a mobilização da figura patêmica.

Desse modo, atestamos que uma das funções do apelo às intertextualidades alvo de nossa análise – citação, paráfrase e alusão estrita e ampla – é a de recategorizar referentes, dando-lhes maior carga emocional (*princípio de intensidade de apresentação*) e, às vezes, associá-los a outros referentes que eram emocionalmente marcados. Um exemplo é o apelo à citação atribuída à Madre Teresa de Calcutá, no comentário de LS, no texto (C4), que, ao passo que recategoriza o referente *aborto* para a expressão *matar crianças inocentes*, associa a prática de interrupção de gravidez aos referentes *AIDS*, *guerra nuclear* e *fome*, elementos que, na época de Madre Teresa, estavam muito associados a ideias relacionadas a morte e extermínio. Essas estratégias, além de, como dissemos, dar maior dramaticidade a um referente, também se relaciona com o *princípio de animação* (Ungerer, 1995), pois, como já visto, aquilo que gera risco de morte a humanos está mais suscetível a desencadear emoções nos interlocutores.

Ainda sobre a utilização de citações e paráfrases, observamos recorrentes menções a passagens bíblicas que buscavam apelar ao medo, uma vez que recorriam a trechos os quais ressaltavam “punições” aos que defendiam ou praticavam aquilo que é interpretado pela Igreja como pecaminoso, como a homossexualidade e o aborto. São exemplos dessa estratégia os comentários de SS, FS e MB, no texto (C1), e também os de JS e OM, no texto (C6). Como ressaltado em nossa análise, a eficácia dessa estratégia depende de que o Terceiro compartilhe minimamente valores da doutrina cristã, de forma que cresça, por exemplo, em condenações ao inferno. De modo geral, tornou-se perceptível que o apelo intertextual a certas passagens bíblicas carrega consigo conteúdos emocionalmente marcados, e isso explicaria o porquê da regularidade desse tipo de estratégia de mobilização da figura patêmica.

Por fim, observamos recorrente apelo a alusões amplas para a desqualificação do adversário. Essas alusões remetiam a contextos comoventes, como à menção a Inquisição, nos

comentários de DB e WBO, do texto (C5), e aos casos de pedofilia na Igreja que já foram destaque nos noticiários, como nos comentários de MS, AA WBO, no texto (C5), de LM, no texto (C2), e nos comentários de EA e VR, no texto (C1). Essa estratégia foi responsável por desencadear sentimentos como a indignação, tendo em vista que esses contextos são considerados negativos para a imagem da Igreja. Desse modo, a desqualificação do adversário ocorria porque o posicionamento do Oponente coincidia com o posicionamento da Igreja. Desmoralizá-la, portanto, significava desqualificar o adversário e sua tese.

Em geral, em nossa análise, verificou-se uma quase exclusividade de apelos ao *pathos* que objetivavam, como efeito possível, provocar emoções “negativas” (como o medo e a raiva, por exemplo) no Terceiro, aquele que assiste ao embate polêmico e para quem as estratégias persuasivas dos Proponentes e dos Oponentes se dirigem. Acreditamos que essa constatação seja consequência de pelo menos dois fatores: 1) o foco de nossa análise argumentativa em textos de modalidade polêmica, tendo em vista que o embate argumentativo nessa modalidade normalmente ganha tons agressivos ; 2) as temáticas que permeavam a delimitação do *corpus* de nossa pesquisa, que tratavam de assuntos ainda considerados tabus na sociedade, como a homossexualidade e o aborto, o que impulsionaria, a nosso ver, reações negativas baseadas nos valores defendidos por uma parcela da sociedade brasileira.

Apesar dessa constatação, é importante ressaltar que as emoções consideradas “positivas” também podem gerar impacto em um projeto persuasivo, como foi possível observar no comentário de AT, no texto (C6), que buscava apelar ao sentimento do amor. Vale frisar que, já em Aristóteles (2012), as emoções foram concebidas em pares (o lado positivo e o seu oposto) e todas elas, positivas e negativas, podem carregar a mesma força persuasiva.

No processo de finalização desta dissertação, traçamos algumas questões que não foram contempladas nesta pesquisa e que ficam como lacunas para que possam ser desenvolvidas em estudos futuros, de maneira que seja dada continuidade ao estudo do *pathos* na complexidade das interações argumentativas em variados gêneros discursivos.

Primeiramente, reforçamos a necessidade de se ampliar a análise da mobilização do *pathos* para textos de gêneros variados e pertencentes a outras modalidades argumentativas, uma vez que, com esse estudo, pensamos ser possível não só encontrar outros tipos de estratégias de apelo à figura patêmica, investigando também outras estratégias textuais que possam servir à mobilização do *pathos*, como também compreender melhor o papel das emoções em outras situações enunciativas, inclusive as que perpassam a modalidade patêmica, proposta por Amossy (2008). Dessa lacuna, em particular, desdobra-se uma outra: a importância de se caracterizar a modalidade patêmica, aquela em que o apelo ao *pathos* é

imprescindível, para que seja possível identificar suas particularidades e, por consequência, diferenciá-la, com mais clareza, de uma exclusiva estratégia de persuasão em outras modalidades argumentativas.

Por fim, embora tenhamos tratado pouco sobre a questão dos estereótipos, que surgiu sempre no percurso de nossa análise, um trabalho que busque relacionar essa temática ao estudo do *pathos* pode gerar boas contribuições tanto para as pesquisas com ênfase nos estereótipos quanto para as que enfatizam o papel do *pathos* na construção argumentativa, já que acreditamos haver relação próxima entre a estabilização e desestabilização de estereótipos, as *doxas* sustentadas pelos sujeitos e as emoções.

Ao término das discussões teóricas e empíricas, gostaríamos de salientar que, no atual contexto brasileiro, é de suma importância analisar aquilo que é dito pelos sujeitos, ainda que este possa ser um processo árduo para quem o faz, considerando-se tamanha truculência vista em debates públicos. Nem podemos temer o debate, nem desistir de lutar por aquilo em que acreditamos, ainda que nosso desejo seja um princípio básico da dignidade humana: o respeito.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J-M. *Textos: tipos e protótipos*. Contexto: São Paulo, 2019.
- AMOSSY, R. *As modalidades argumentativas do discurso*. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.
- _____. *Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares*. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011
- _____. *É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios*. Trad. Rosalice Pinto, Mariza Angélica Paiva Brito e Meire Virgínia Cabral Gondim. *ReVEL*, edição especial, vol. 14, n. 12, 2016, p. 165-190.
- _____. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.
- _____. *A argumentação no discurso*. Trad. Eduardo Lopes Piris *et al.* São Paulo: Contexto, 2018a[2006].
- _____. Introduction: la dimension argumentative du discours – enjeux théoriques et pratiques, *Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne], n. 20, 2018b, Disponível em <<http://journals.openedition.org/aad/2560>>. Acesso em 24/02/2019.
- _____. *A argumentação no discurso: uma abordagem sociodiscursiva dos argumentos*. In: GRÁCIO, R. A.; FERREIRA-OLÍMPIO, M. (Orgs.). *Contingência, incerteza e prudência: caminhos da retórica e da argumentação*. Coimbra: Grácio Editor, 2018c, p. 67-86.
- ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 73p.
- _____. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fones, 2012.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas a edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016. 176p.
- BRETON, P.; GAUTHIER, G. *Histórias das teorias da argumentação*. Trad. Maria Carvalho. Lisboa: Bizâncio, 2001.
- BRITO, M. A. P. *A atualização da polêmica nos comentários de notícias*. *Colóquio Argumentação e Polêmica*, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018 (Comunicação oral).
- _____.; OLIVEIRA, R. L. *A construção do referente em uma análise do pathos na polêmica*. *Organon*, v. 33, n. 64, 2018, p.1-16.
- CARVALHO, A. P. L. *Sobre intertextualidades estritas e amplas*. 136f. - Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014. 170p.

_____.; BRITO, M. A. P. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. In: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (Orgs.). *Estudos do discurso: caminhos e tendências* [Internet]. São Paulo: Paulistana, p. 119-133, 2016.

_____. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. *ReVEL*, edição especial vol. 14, p. 106-124, 2016.

_____.; Argumentação e Polêmica. *I Workshop em Linguística Textual*, Fortaleza, UFC, 2017. (Comunicação oral).

_____.; BRITO, M. A. P.; ZAVAM, A. Intertextualidade e ensino. In: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. *Linguística textual e ensino*. São Paulo: Contexto, p. 108-127, 2017.

_____.; FARIA, M. G. S.; CARVALHO, A. P. L. Sobre intertextualidades estritas e amplas. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 2, n. 36, p. 7-22, jul./dez 2017.

_____.; SILVA, L. P.; CAPISTRANO JÚNIOR, R.; LIMA, S. C.; CUSTÓDIO FILHO, V. Coerência e referenciação. In: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. *Linguística textual e ensino*. São Paulo: Contexto, p. 91-107, 2017.

_____.; OLIVEIRA, R. L. O recurso aos memes em diferentes padrões de gêneros à luz da Linguística Textual. *Revista Desenredo*, v. 15, n. 1, 16 mar. 2019.

_____.; et al. A negociação persuasiva para a análise da argumentação nos discursos. *Revista (Con)Textos*, v. 13, n. 25, 2019, p. 99-116.

CHARAUDEAU, P. *Pathos* e discurso político. In: MACHADO, I. L., MENEZES, W., MENDES, E. (org.). *As emoções no discurso*, volume I. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 240-251.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (Orgs.). *As emoções no discurso*, volume II. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 23-56.

_____. Le maelstrom de l'interdiscours. In: *L'analyse de discours: sa place dans les sciences du langage et de la communication. Hommage à Patrick Charaudeau*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015. p. 125-138.

_____. A argumentação em uma problemática da influência. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. Tradução de Maria Aparecida Lino Pauliukonis. [www.revel.inf.br].

CIULLA, A. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 207f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CIULLA, A.; MATOS, J. G. Os processos de recategorização na construção avaliativo-argumentativa do texto. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, p. 258-277, 2016.

CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 331p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011

- EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, R.; HENKEMANS, F. S. *Fundamentals of Argumentation Theory: a Hand-book of Historical Backgrounds and Contemporary Developments*. Lawrence Erlbaum: New Jersey, 1996.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FORTE, J. S. M. *Funções textual-discursivas de processos intertextuais*. 131f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2013.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas. 1999.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XX siècle? Remarques et aperçus. In: PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. *Les émotions dans les interactions*. Lyon: Press Universitaires de Lyon, p.33-74, 2000. 57
- KING, A.; FLOYD, D. A. Nixon, Agnew, and the ‘Silent Majority’: a Case Study in the Rhetoric of Polarization. *Western Speech*, 1971, p. 243-255.
- KOCH, I. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A.C. (orgs.) *Referenciação e Discurso*. Contexto: São Paulo, 2005.
- _____.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.
- KRISTEVA, J. *Introdução à semanálise*. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2001.
- MACEDO, P. S. A. *Análise da argumentação no discurso: uma perspectiva textual*. 245f - Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- MAINGUENEAU, D. *L'Analyse du Discours*. Paris: Hachette, 1991.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Gêneses do discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.
- _____.; CHARAUDEAU, P. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2016.
- MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola Editorial, 2012, 96p.
- MATOS, J. G. *As redes referenciais na construção de notas jornalísticas*. 259f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.
- MEYER, M. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- _____. Aristóteles ou a retórica das paixões. In: ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, p. XVII-L, 2000.
- _____. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007

MICHELI, R. La construction argumentative des émotions: pitié et indignation dans le débat parlementaire de 1908 sur l'abolition de la peine de mort. In: RINN, M. (Ed.) *Émotions et discours*. Rennes: Press Universitaires de Rennes, p. 127-140, 2008a.

_____. L'analyse argumentative em diachronie: le pathos dans les débat parlementaires sur l'abolition de la peine de mort. *Argumentation et Analyse du Discours*. Tel aviv, n. 1, p. 1-26, 2008b.

_____. *L'émotion argumentée*. L'abolition de la peine de mort dans le débat parlementaire français. Paris: Le Cerf, 2010.

_____.; HEKMAT, I.; RABATEL, A. Les émotions: des modes de sémiotisation aux fonctions argumentatives. *Semen*, Besançon, v. 35, p. 7-16, abril 2013.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referência. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referênciação*. São Paulo: Contexto, 2016 [2003].

MOZDZENSKI, L. P. *O ethos e o pathos em videoclipes femininos*: construindo identidades, encenando emoções. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Letras, 2012. 356f.

OLIVEIRA, M. L. S. *Construção tópica e mecanismo de (im)polidez em interações do Facebook*: uma análise pragmática dos recursos imagéticos digitais. 404 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de argumentação*: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

PINTO, R.; CORTEZ, S. L. Do pathos retórico à 'empatia rabateliana': argumentação emocionada em textos/ discursos polêmicos. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 2, n. 36, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/31254>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

_____. PINTO; CAVALCANTE, M.; BRITO, M. Polêmica e Argumentação. *Diacrítica*, v. 32, n.1, 2018, p. 5-24.

PIRIS, E. L. *O ethos e o pathos no hipergênero "primeira página"*. Análise discursiva das edições de abril de 1964 dos diários Correio da Manhã e o Globo. 2012. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PLANTIN, C. Les raisons des émotions. In: BONDI, M. (Ed.) *Forms of Argumentative Discourse/Per un'analisi linguística dell'argomentare*. Bologne: CLUEB, 1998.

_____. As razões das emoções. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (Org.). *As emoções no discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2010. v. II, p. 57-80.

_____. *A argumentação*: história, teorias e perspectivas. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Dictionnaire de l'argumentation*: une introduction aux études d'argumentation. Lyon: ENS Éditions, 2016. 633p.

SÁ, J. O. V. *As funções cognitivo-discursivas das anáforas encapsuladoras*. 105f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SILVA, C. M. O conceito de doxa (opinião) em Aristóteles. *Linha D'Água*, 29(2), 2016, p. 43-67. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v29i2p43-67>>. Acesso em 08 mar. 2019.

SILVA, F. O. *Formas e funções das introduções referenciais*. 126f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013

UNGERER, F. Emotions and emotional language in English and German news stories. In: *The Language of Emotions: Conceptualization, Expression, and Theoretical Foundation*. Duisburg: Gerhard Mercator University, 1995. p. 307-328.

VITALE, Alejandra; AMOSSY, Ruth. Uma conversa com Ruth Amossy. *Revista Conexão Letras*, [S.l.], v. 12, n. 18, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/79470>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

WALTON, D. *The place of emotion in argument*. State College: Pennsylvania State University Press, 1992.

ANEXO A - TEXTO (N3)

'Deus te fez assim', diz Papa Francisco a um homem gay



Este é considerado o comentário mais progressista sobre homossexualidade já vindo de um líder da Igreja Católica.

Papa Francisco teve uma conversa particular com Juan Carlos Cruz na semana passada, para falar sobre os abusos que sofreu de um padre durante sua infância Foto: FILIPPO MONTEFORTE / AFP

O Globo com sites internacionais

20/05/2018 - 12:31 / Atualizado em 21/05/2018 - 07:22

SANTIAGO - Um chileno que foi abusado sexualmente por um padre pedófilo afirmou que o Papa Francisco lhe disse que Deus o fez gay e o ama assim — o comentário sobre homossexualidade mais progressista já proferido pelo líder da Igreja Católica Romana. O relato foi publicado no portal do jornal espanhol "El País". Juan Carlos Cruz, que falou em particular com o Papa na semana passada sobre o abuso que sofreu nas mãos de um dos pedófilos mais notórios do Chile, disse que a questão em torno de sua sexualidade surgiu porque alguns bispos do país tentaram descrevê-lo como um perverso, alegando que ele estaria mentindo sobre o abuso.

— O Papa me disse: "Juan Carlos, que você é gay não importa. Deus te fez assim e te ama assim, e eu não me importo. O Papa te ama assim. Você precisa estar feliz com quem você é — contou Cruz ao "El País".

Agora com 87 anos, Fernando Karadima, o padre que abusou de Cruz, foi considerado culpado pelo Vaticano. Greg Burke, principal porta-voz do Vaticano, não respondeu ainda às perguntas sobre se a declaração de Cruz reflete com precisão sua conversa com o Papa.

Não é a primeira vez que se sugere que Francisco tenha uma atitude aberta e tolerante em relação à homossexualidade, apesar do ensinamento da Igreja Católica de que a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo — e, na verdade, todo sexo fora do casamento heterossexual — é um pecado. Em julho de 2013, em resposta à pergunta de um repórter sobre a existência de um suposto "lobby gay" dentro do Vaticano, Francisco disse: "Quem sou eu para julgar?".

NOVOS COMENTÁRIOS SURPREENDEM

As novas observações que o Pontífice teria feito parecem ir muito além ao abraçar a homossexualidade como uma orientação sexual concebida e concedida por Deus. Isso sugere que Francisco não acredita que os indivíduos escolham ser gays ou lésbicas, como argumentam alguns conservadores religiosos.

Austen Ivereigh, autor de uma biografia do Papa, disse que Francisco fez comentários semelhantes em conversas particulares no passado, quando ele serviu como diretor espiritual de gays em Buenos Aires, na Argentina. No entanto, o relato público de Cruz sobre sua conversa com o Papa traz os comentários mais "vigorosos" sobre o assunto desde 2013.

Porém, isso não representa uma mudança nos ensinamentos da Igreja, disse Ivereigh, uma vez que o catolicismo nunca se pronunciou formalmente sobre o porquê de os indivíduos serem gays.

Christopher Lamb, que é correspondente do Vaticano para o portal "Tablet", considera os comentários um sinal de que há uma mudança de atitudes ocorrendo:

— (Esses comentários) Vão além de "quem sou eu para julgar?". Passa a ser um "você é amado por Deus" — afirma Lamb. — Eu não acho que ele tenha mudado o ensino da Igreja, mas ele está demonstrando uma afirmação de católicos gays, algo que tem faltado ao longo dos anos em Roma.

MOMENTO DE MAIOR INCLUSÃO DE CATÓLICOS LGBT

As declarações surgem num momento em que vários membros de alto escalão do clero têm procurado publicamente incluir os católicos gays dentro da Igreja. Muitos desses fiéis se sentem evitados e mal recebidos na Igreja, e alguns foram até mesmo condenados ao ostracismo.

Padre James Martin, um padre jesuíta em Nova York que tem quase 200 mil seguidores no Twitter, liderou o esforço de divulgação da inclusão de diversas sexualidades e foi escolhido no mês passado para servir como consultor do secretariado do Vaticano para as comunicações.

Martin argumentou em seu livro "Construindo uma ponte" que o ônus da Igreja é fazer com que os católicos LGBT se sintam bem-vindos dentro dela e que se pare de discriminar as pessoas com base em sua "moralidade sexual".

ANEXO B – TEXTO (N4)

Papa Francisco recomenda psiquiatria para crianças homossexuais e é criticado



Pontífice pede diálogo e que pais não condenem a orientação sexual dos filhos

O GLOBO, COM AFP

27/08/2018 - 07:17 / Atualizado em 27/08/2018 - 14:02

ROMA — O Papa Francisco recomendou que os pais recorram à psiquiatria quando constatarem tendências homossexuais em seus filhos na infância, em uma entrevista coletiva no avião que o levou de volta a Roma após uma viagem à Irlanda.

Um jornalista perguntou ao Pontífice o que diria aos pais que observam orientações homossexuais em seus filhos.

— Eu diria, em primeiro lugar, que rezem, que não condenem, que dialoguem, que deem espaço ao filho ou filha — respondeu o Papa, destacando que os pais devem levar em consideração a idade da criança. — Quando é observado a partir da infância, há muito o que pode ser feito por meio da psiquiatria, para ver como são as coisas. É outra coisa quando se manifesta depois dos 20 anos.

Por outro lado, o Pontífice pediu que as famílias não condenem nem ignorem a orientação sexual dos filhos, tampouco os expulsem de casa. Em vez disso, devem orar, conversar e tentar compreender.

— Nunca direi que o silêncio é um remédio. Ignorar seu filho ou filha com tendências homossexuais é uma falha da paternidade ou maternidade — afirmou o Papa. — Essa criança tem direito a uma família.

Associações LGBT francesas criticaram as palavras "irresponsáveis" de Francisco.

— Condenamos estas declarações que fazem referência à ideia de que a homossexualidade é uma doença. Se há uma doença é esta homofobia arraigada na sociedade — disse à AFP Clémence Zamora-Cruz, porta-voz da Inter LGBT.

Suas palavras "graves e irresponsáveis incitam o ódio contra as pessoas LGBT em nossas sociedades já marcadas por altos níveis de homofobia", reagiu no Twitter a organização SOS Homofobia.

ANEXO C - TEXTO (N5)

Papa Francisco preocupado que 'moda' da homossexualidade invada a Igreja



Pontífice alerta que no sacerdócio 'não há lugar para este tipo de afeto'

AFP

02/12/2018 - 11:36 / Atualizado em 02/12/2018 - 18:06

CIDADE DO VATICANO - O Papa Francisco está “preocupado” com o número de sacerdotes e religiosos homossexuais, estimando que a Igreja Católica poderia se ver invadida pela “moda” da homossexualidade, segundo revelou um livro de entrevistas publicado na Itália neste sábado, 01.

“A homossexualidade é um assunto muito sério que deve ser discernido adequadamente pelos candidatos” ao sacerdócio e à vida religiosa, declarou o pontífice argentino no livro intitulado “A força de uma vocação”, que será publicado em dez idiomas. “Em nossas sociedades, inclusive, parece que a homossexualidade está na moda e esta mentalidade, de certo modo, também afeta a vida da Igreja”, acrescentou. “É algo que me preocupa”.

Após a sua escolha em 2013, o Papa Francisco adotou um tom mais acolhedor com os homossexuais, lançando sua agora famosa frase “Quem sou eu para julgar?” e recebendo casais homossexuais. Mas a sua postura sobre a homossexualidade continua sendo a da Igreja.

Um documento oficial de 2005 proíbe o acesso ao sacerdócio de qualquer homem com tendências homossexuais, apesar de muitos bispos optarem por fazer vista grossa, especialmente devido à drástica queda das vocações, em grande parte no mundo ocidental.

No livro de entrevistas, Francisco pede aos responsáveis dos seminários e noviciados que mantenham os olhos abertos e, inclusive, detectem candidatos que poderiam “desenvolver mais tarde” essas “tendências”.

“Na vida consagrada e no sacerdócio, não há lugar para este tipo de afeto, por isso a Igreja recomenda que as pessoas com este tipo de tendência profundamente arraigada não sejam aceitas no ministério ou na vida religiosa”, explicou o pontífice argentino.

Os homossexuais que já são sacerdotes ou religiosos “devem ser estimulados a viver plenamente o celibato e, sobretudo, serem totalmente responsáveis, sem buscar criar escândalos em sua comunidade ou entre os fiéis que vivem uma vida dupla”, acrescenta o Papa. “É melhor que renunciem ao sacerdócio ou à vida consagrada do que vivam uma vida dupla”, insistiu.

ANEXO D - TEXTO (N6)

Papa diz que pessoas que rejeitam homossexuais 'não têm coração humano'

Em outra ocasião, Francisco lamentou que migrantes encontrem portas fechadas por cálculos políticos

Agências Internacionais, O Estado de S.Paulo
19 de abril de 2019 | 18h48

Roma - O papa Francisco afirmou durante uma conversa com o comediante britânico Stephen K. Amos - que ainda não foi ao ar, mas teve trechos antecipados nesta sexta-feira pela rede de televisão "BBC" nas redes sociais - que as pessoas que rejeitam os homossexuais "não têm coração humano".

Na conversa para o programa "Pilgrimage: The Road To Rome", o comediante conta ao papa Francisco que não é crente e que viajou a Roma "em busca de respostas e fé".

"Porém, como homem gay, não me sinto aceito", disse Stephen.

Diante dessa questão, o papa Francisco disse imediatamente que dar "mais importância ao adjetivo (gay) do que ao substantivo (homem) não é bom".

"Todos somos seres humanos, temos dignidade. Se uma pessoa tem uma tendência ou outra, isso não lhe tira a dignidade como pessoa", disse Francisco.

"As pessoas que decidem rejeitar o outro por um adjetivo não têm coração humano", acrescentou Francisco, deixando Amos visivelmente emocionado.

O papa Francisco já havia defendido em várias ocasiões a necessidade de respeitar pessoas homossexuais e, na viagem de retorno a Roma após uma visita ao Brasil, em 2013, perguntou quem era ele para julgar os gays.

Além disso, no Sínodo de Bispos sobre a família realizado em outubro de 2014 foi aprovado um extenso documento no qual lançava uma reflexão sobre problemas da família atual, como os divorciados casados novamente, e apoiava uma Igreja Católica que acolhesse todos, incluindo os homossexuais.

Migração

Nesta Sexta-Feira Santa, 19, o papa lamentou que os migrantes que fogem de países em conflito encontrem "as portas fechadas pelo medo e os corações blindados de cálculos políticos", durante sua oração na celebração da Via-Sacra, em frente ao Coliseu de Roma.

Francisco também criticou a cobiça e o poder, e que famílias sejam "destruídas pela traição, pelas seduções do demônio" ou pelo egoísmo.

O pontífice citou como cruces do mundo o fato de haver "pessoas famintas de pão e de amor" ou "abandonadas inclusive pelos próprios filhos e parentes", além de "pessoas que não têm o consolo da fé".

O papa lamentou outras situações e injustiças e falou sobre "idosos que se arrastam sob o peso dos anos e da solidão", e crianças "feridas na sua inocência e na sua pureza".

Francisco criticou "a humanidade que vaga na escuridão da incerteza e na escuridão da cultura do momento" e que haja pessoas que sejam rechaçadas e marginalizadas.

O papa também mencionou os crentes que, tendo fé e "tentando viver de acordo (com a palavra de Deus), são marginalizados e deixados de lado inclusive por parentes e seus companheiros".

Por fim, o pontífice criticou as fraquezas dos seres humanos, a hipocrisia, as traições, os pecados e as promessas quebradas, e também o egoísmo que cega os homens pela cobiça e o poder.

"Senhor Jesus, reviva em nós a esperança na ressurreição e na sua vitória definitiva contra todo o mal e toda morte", concluiu.

Com a mensagem, o papa pôs fim ao rito da Via-Sacra, que seguiu a tradição de ser celebrada no Coliseu romano, símbolo da perseguição e do sofrimento dos primeiros cristãos.

A freira italiana Eugenia Bonetti, missionária da Consolata e conhecida por ter dedicado a vida a lutar contra o tráfico humano, foi a responsável por redigir as meditações deste ano. /**EFE**

ANEXO E - TEXTO (N7)

‘Deus te fez assim e te ama’, diz papa Francisco a homossexual que foi abusado por padre no Chile

Segundo o ‘El País’, Juan Carlos Cruz teve uma conversa com o pontífice na qual falou sobre os abusos que sofreu; questionado, o porta-voz do Vaticano disse que ‘não comenta as conversas particulares do papa’

O Estado de S.Paulo

21 de maio de 2018 | 11h13

CIDADE DO VATICANO - O chileno Juan Carlos Cruz, que sofreu abuso sexual de um padre pedófilo, afirmou que o **papa Francisco** disse a ele que Deus o fez gay, "o ama assim e a mim não importa", segundo o jornal espanhol *El País*. Este seria um dos comentários mais progressistas já feitos pelo pontífice sobre homossexualidade.

De acordo com o relato feito à publicação, Cruz recentemente teve uma longa conversa em particular com o papa na qual falou sobre os abusos que sofreu e a falta de ação por parte dos bispos sobre as denúncias. "Haviam dito a ele que eu era praticamente um pervertido. Expliquei que não sou a reencarnação de São Luis Gonzaga, mas também não sou uma pessoa má. Tento não fazer mal a ninguém. Ele então me disse ‘Juan Carlos, você ser gay não importa. Deus te fez assim, te ama assim e a mim não importa’, contou o chileno ao *El País*. Ele também afirmou que Francisco pediu perdão "em nome do papa e da Igreja" por tudo o que Cruz passou.

Os comentários de Francisco foram elogiados pela comunidade LGBT como mais um sinal de que o pontífice quer fazer com que os homossexuais se sintam bem-vindos e amados pela Igreja Católica. Questionado sobre os comentários do pontífice feitos a Cruz, o porta-voz do Vaticano, Greg Burke, disse à emissora CNN que “normalmente não comentamos as conversas particulares do papa”.

De acordo com o *El País*, Cruz foi vítima de abusos cometidos pelo padre Fernando Karadima. Um de seus discípulos era Juan Barros, quem Cruz acusa de estar presente durante os episódios de abuso.

Inicialmente, Francisco desprezou os relatos das vítimas e até mesmo de membros do seu conselho sobre abuso sexual. Em 2015, ele nomeou Barros como bispo do Chile. Outros bispos se opuseram à nomeação porque sabiam que o passado de Barros era problemático.

Ainda em 2015, Francisco recebeu uma carta de Cruz detalhando seus erros. Na ocasião, o papa enfureceu os chilenos ao dizer que as acusações contra Barros eram "calúnias" e que tinha certeza de sua inocência.

Na sexta-feira, todos os bispos chilenos puseram seus cargos à disposição do pontífice. Em declaração à imprensa, os 34 bispos convocados pelo papa para prestar conta sobre os escândalos de abuso sexual anunciaram que "todos" puseram suas "acusações nas mãos do Santo Padre para que livremente decida em relação a cada um".

Entre os 34 bispos presentes na reunião estiveram vários dos acusados de terem acobertado durante décadas os abusos cometidos por Karadima, suspenso de forma vitalícia depois de ter sido declarado culpado em 2011 por abuso sexual de menores nos anos 1980 e 1990.

As demissões vieram após a divulgação dos detalhes de um relatório de 2,3 mil páginas produzido pelo Vaticano sobre os casos. Nas conclusões do papa sobre o documento, ele acusa os bispos de destruir provas dos crimes, pressionar os investigadores para minimizar as acusações de abuso e de cometer "graves negligências" na proteção das crianças contra padres pedófilos. / **com AP**

ANEXO F - TEXTO (N8)

Papa é criticado após recomendar psiquiatria para crianças LGBT

Após repercussão nas redes sociais, Vaticano retirou, nesta segunda-feira, a referência à psiquiatria na declaração dada, destacando que o pontífice não quis abordar o tema como 'uma doença psiquiátrica'

O Estado de S.Paulo

27 de agosto de 2018 | 09h54

Atualizado 27 de agosto de 2018 | 15h04

Uma declaração do **papa Francisco** no retorno da visita à **Irlanda**, no domingo, 26, tem gerado críticas de associações ligadas aos movimentos LGBT. A jornalista, o pontífice insinuou que pais e mães de crianças com "tendências **homossexuais**" deveriam submeter os filhos a **tratamento psiquiátrico**.

Na ocasião, em um voo para o **Vaticano**, o papa foi perguntado sobre o que diria a pais que percebem orientações homossexuais nos filhos. "Diria a eles, em primeiro lugar, que rezem, que não os condenem, que dialoguem, entendam, que deem espaço ao filho ou à filha", respondeu.

"Quando isso se manifesta desde a infância, há muitas coisas para fazer por meio da psiquiatria, para ver como são as coisas. Outra coisa é quando isso se manifesta depois dos 20 anos", acrescentou o papa, que disse ainda: "Nunca direi que o silêncio é um remédio. Ignorar a seu filho ou sua filha com tendências homossexuais é um defeito de paternidade ou de maternidade."

Em resposta, associações francesas LGBT chamaram as declarações do pontífice de "irresponsáveis".

"Condenamos estas declarações que fazem referência a uma ideia de que a homossexualidade é uma doença. Se há uma doença esta é a homofobia arraigada na sociedade", criticou Clémence Zamora-Cruz, porta-voz da associação Inter LGBT.

O pontífice também foi criticado nas redes sociais. No Twitter, a associação francesa SOS Homofobia chamou as palavras do papa de "graves e irresponsáveis" e que "incitam o ódio contra as pessoas LGBT na nossa sociedade, já marcada por alto nível de homofobia".

Após repercussão nas redes sociais, o Vaticano retirou, nesta segunda-feira, a referência à psiquiatria na declaração dada, destacando que o sumo pontífice não quis abordar o tema como "uma doença psiquiátrica".

A palavra "psiquiatria" foi retirada do "verbatim" publicado hoje pelo serviço de imprensa do Vaticano, "para não alterar o pensamento do papa", explicou à AFP uma porta-voz do Vaticano.

"Quando o papa se refere à 'psiquiatria', é claro que ele faz isso como um exemplo que entra nas coisas diferentes que podem ser feitas", explicou a mesma fonte.

"Mas, com essa palavra, ele não tinha a intenção de dizer que se tratava de uma doença psiquiátrica, mas que talvez fosse necessário ver como são as coisas no nível psicológico", acrescentou o porta-voz. /COM
INFORMAÇÕES DA AFP

ANEXO G - TEXTO (N9)

Papa critica diagnóstico pré-natal e diz que aborto não é solução

Em encontro com o grupo 'Yes to Life', Francisco disse que o diagnóstico pré-natal com "fins seletivos" deve ser desencorajada

EFE, O Estado de S.Paulo
25 de maio de 2019 | 11h28

Cidade do Vaticano - O **papa Francisco** criticou neste sábado, 25, o "diagnóstico pré-natal" realizado pela medicina que antecipa doenças no feto e opinou que o **aborto** não é a solução para tais problemas.

"O medo e a hostilidade relativos à deficiência levam com frequência à escolha do aborto, configurando-o como uma prática de 'prevenção'", afirmou o pontífice em um encontro com os participantes do congresso internacional "Yes to Life" ("Sim à Vida", em tradução livre do inglês) no **Vaticano**.

"A vida humana é sagrada e inviolável e a utilização do diagnóstico pré-natal com fins seletivos deve ser desencorajada porque é a expressão de uma mentalidade desumana de eugenia, que priva as famílias da possibilidade de acolher, abraçar e amar seus filhos mais frágeis", acrescentou o líder católico.

Francisco frisou que "o aborto nunca é a resposta que as mulheres e as famílias procuram" e lamentou que "o medo da doença e da solidão faz os pais hesitarem".

Para o papa, "as crianças, desde o ventre materno" são "pequenos pacientes, que frequentemente podem ser curados com intervenções farmacológicas, cirúrgicas e assistenciais extraordinárias".

Além disso, Francisco argumentou que essas crianças são capazes de "reduzir a terrível lacuna entre as possibilidades diagnósticas e terapêuticas, que durante anos foi uma das causas do aborto voluntário e do abandono da atenção ao nascer de muitas crianças com doenças graves".

Por fim, o **pontífice** reconheceu que "as técnicas modernas de diagnóstico pré-natal são capazes de descobrir desde as primeiras semanas a presença de más-formações e patologias", mas advertiu que "a evolução de cada doença é sempre subjetiva e nem sequer os médicos sabem com frequência como ela se manifestará em cada indivíduo". **EFE**

ANEXO H - TEXTO (N10)

Papa Francisco diz apoiar que educação sexual seja ensinada nas escolas

Pontífice deu declaração durante coletiva de imprensa após participar da Jornada Mundial da Juventude, no Panamá

Das agências, O Estado de S.Paulo
28 de janeiro de 2019 | 19h01

O **papa Francisco** disse nesta segunda-feira, 28, apoiar que a **educação sexual** seja ensinada nas escolas, mas acrescentou que o tema deve ser apresentado em sala de aula livre de "colonizações ideológicas". A declaração foi feita durante uma coletiva de imprensa após o pontífice participar da Jornada Mundial da Juventude, no **Panamá**.

O papa defendeu a importância da educação sexual ao responder a uma pergunta de um jornalista sobre o grande número de gravidez na adolescência em países da América Central e da ausência desse assunto nas escolas do Panamá.

"Sexo é um presente de Deus, não é um monstro. É um presente de Deus amar. Que alguma pessoas usem o sexo para ganhar dinheiro ou explorar a outros, é um problema. Mas é necessário ensinar sobre educação sexual, de forma objetiva", disse.

Ele ainda acrescentou que o ensino deve ser livre de "colonizações ideológicas" porque "destroem a pessoa". Para ele, é importante que se escolha bem os professores que vão dar aulas sobre o assunto. "O ideal é que se comece em casa, embora as vezes não seja possível porque as famílias não sabem lidar com o assunto e a escola tem que fazer esse papel."

Questionado se considerava a postura da igreja católica muito dura contra as mulheres que fizeram aborto, o papa disse que "a misericórdia é para todos e Deus sempre perdoa" e acrescentou que, se fosse por ele, autoriza "absolver o aborto por misericórdia".

O problema, explicou ele, "não é dar perdão, mas saber acompanhar mulheres que se tornaram conscientes de ter abortado ". Ele disse que quando uma mulher pensa sobre o que fez é um "drama terrível" e que "devemos dar consolo e não atacar".

ANEXO I – TEXTO (P3)

 **O Globo**
20 de maio de 2018 · 🌐

Este é considerado o comentário mais progressista sobre homossexualidade já vindo de um líder da Igreja Católica. ❤️ 🌈
<https://glo.bo/2rT1hgi>



OGLOBO.GLOBO.COM
'Deus te fez assim', diz Papa Francisco a um homem gay, abusado por padre pedófilo

  10 mil 1,6 mil comentários 1,3 mil compartilhamentos

 Curtir  Comentar  Compartilhar  ▼

Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornaloglobo/posts/2108719562501045>>. Acesso em 29 fev. 2020.

ANEXO J – TEXTO (P4)

 O Globo
27 de agosto de 2018 · 🌐

Por outro lado, o Pontífice pediu que as famílias não condenem nem ignorem a orientação sexual dos filhos. <https://glo.bo/2wk4Yi5>
#JornalOGlobo



OGLOBO.GLOBO.COM

Papa Francisco recomenda psiquiatria para crianças homossexuais e é criticado

   1,7 mil

436 comentários 246 compartilhamentos

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornaloglobo/posts/2277510538955279>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ANEXO K – TEXTO (P5)

 O Globo
2 de dezembro de 2018 · 🌐

Pontífice alerta que no sacerdócio 'não há lugar para este tipo de afeto'
<https://glo.bo/2KQ6Jcl> #JornalOGlobo



OGLOBO.GLOBO.COM

Papa Francisco está preocupado que 'moda' da homossexualidade invada a Igreja

   10 mil 1,9 mil comentários 2 mil compartilhamentos

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornaloglobo/posts/2446101818762816>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ANEXO L – TEXTO (P6)

 **Estadão** ⋮
19 de abril de 2019 · 🌐

O papa Francisco já havia defendido em várias ocasiões a necessidade de respeitar pessoas homossexuais #Estadao



BRASIL.ESTADAO.COM.BR
Papa diz que pessoas que rejeitam homossexuais "não têm coração humano"

  17 mil 1,2 mil comentários 7,3 mil compartilhamentos

 Curtir  Comentar  Compartilhar  ▾

Disponível em: <<https://www.facebook.com/estadao/posts/3228566930491680>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ANEXO M – TEXTO (P7)

 **Estadão** ⋮
21 de maio de 2018 · 🌐

Francisco recebeu vítima de abusos de padre chileno para conversa (via MetrÓpole Estadão) #estadão



BRASIL.ESTADAO.COM.BR
'Deus te fez assim e te ama', teria dito papa a homem gay no Vaticano

  2,3 mil 552 comentários 250 compartilhamentos

 Curtir  Comentar  Compartilhar  ▾

Disponível em: <<https://www.facebook.com/estadoo/posts/2529655217049525>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ANEXO N – TEXTO (P8)

 **Estadão** ...
27 de agosto de 2018 · 🌐

Após repercussão, Vaticano retirou referência e destacou que Francisco não quis abordar o tema como 'uma doença psiquiátrica' (via Metrópole Estadão) #estadão



BRASIL.ESTADAO.COM.BR

Papa é criticado após recomendar psiquiatria para crianças LGBT

   264 191 comentários 28 compartilhamentos

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

Disponível em: <<https://www.facebook.com/estadao/posts/2737523232929388>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ANEXO O – TEXTO (P9)

 **Estadão** 26 de maio de 2019 · 

Em encontro com o grupo 'Yes to Life', Francisco disse que o diagnóstico pré-natal com "fins seletivos" deve ser desencorajada (Via Metrópole Estadão) #estadao



BRASIL. ESTADAO.COM.BR
Papa critica diagnóstico pré-natal e diz que aborto não   soluço

   195 64 comentários 13 compartilhamentos

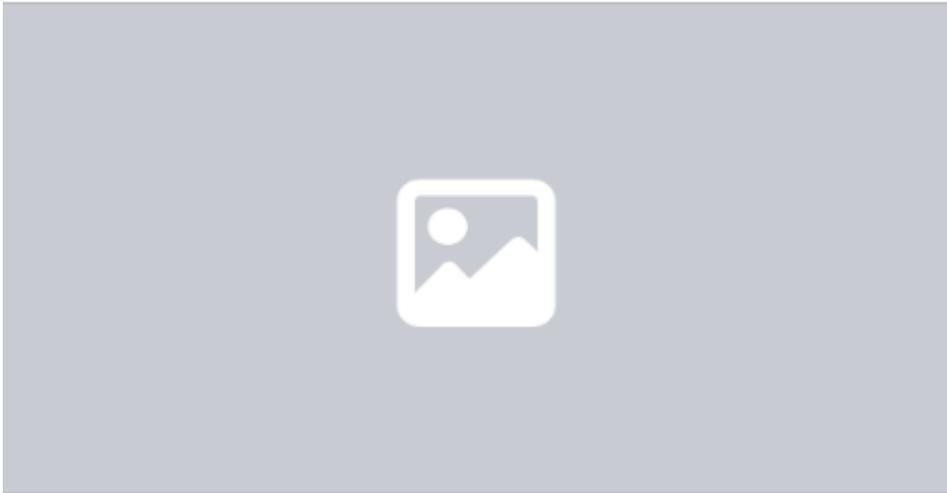
 Curtir  Comentar  Compartilhar 

Disponível em: <<https://www.facebook.com/estadao/posts/3312573698757669>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ANEXO P – TEXTO (P10)

 **Estadão** 28 de janeiro de 2019 · 🌐

'Sexo é um presente de Deus, não é um monstro. Que algumas pessoas usem o sexo para ganhar dinheiro ou explorar a outros, é um problema. Mas é necessário ensinar sobre educação sexual, de forma objetiva' (via Metrópole Estadão) #estadão



BRASIL.ESTADAO.COM.BR

Papa Francisco diz apoiar educação sexual nas escolas
Pontífice deu declaração durante coletiva de imprensa após participar da...

  33 mil 2,7 mil comentários 8,3 mil compartilhamentos

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

Disponível em: <<https://www.facebook.com/estadao/posts/3055373647811010>>. Acesso em: 29 fev. 2020.